

BASTA DE ASSASSINATOS

ESTE RELATÓRIO, PRODUZIDO PELO MEMORIAL DE DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS, É UMA ANÁLISE DAS CAUSAS PRIMORDIAIS DOS ASSASSINATOS DE PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL, COLÔMBIA, GUATEMALA, HONDURAS, MÉXICO E FILIPINAS. É BASEADO PRIMARIAMENTE EM PESQUISAS REALIZADAS POR: Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, Brasil; Programa Somos Defensores, Colômbia; UDEFEGUA, Guatemala; ACI-Participa, Honduras; Comitê Cerezo, México; iDefend, Karapatan e PAHRA, Filipinas.



HRD
memorial

HOMENAGANDO AQUELAS PESSOAS QUE FORAM MORTAS
NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

BASTA DE ASSASSINATOS

EDITADO PELA FRONT LINE DEFENDERS

O PRESENTE RELATÓRIO FOI PRODUZIDO COMO PARTE DO MEMORIAL DE DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS. ESSE É UM PROJETO SINGULAR, DESENVOLVIDO POR UMA COALIZÃO INTERNACIONAL DE ORGANIZAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS, COM O INTUITO DE MANTER A MEMÓRIA DE TODAS AS PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS QUE FORAM MORTAS DESDE A ENTRADA EM VIGOR DA DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS, EM 1998.

Atualmente, a rede inclui: ACI-Participa, ACCUDEH, Amnistia Internacional, Artículo 19, Brasil (representando o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos), AWID, CALAS, CIVICUS, Comité Cerezo, Mexico, ESCR-Net, East and Horn of Africa Defend the Defenders Programme, FIDH, Asian Forum for Human Rights and Development (FORUM-ASIA), Front Line Defenders, Global Witness, Human Rights Defenders' Alert – India, ILGA, KARAPATAN, Iniciativa Mesoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Humanos (IM-Defensoras), OMCT, PBI, Protection International, RMP-NMR, Somos Defensores, UDEFEGUA, Urgent Action Fund.

A Rede do Projeto Memorial de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos está aberta a qualquer organização que compartilhe do objetivo do projeto – acabar com as mortes de pessoas defensoras. Se sua organização tem interesse em participar da Rede do Projeto Memorial, por favor entre em contato através do e-mail HRDmemorial@frontlinedefenders.org

A Front Line Defenders gostaria de agradecer a todas as organizações, tanto as mencionadas quanto aquelas que não tiveram seus nomes citados, mas cujas pesquisas proporcionaram as bases para este relatório.

Publicado por: Front Line, the International Foundation for the Protection of Human Rights Defenders
Grattan House, Temple Road, Blackrock, A94 FA39, County Dublin, Ireland.
Versão em português traduzida e revisada por Rafael Diógenes Marques.

Copyright © 2018 por Front Line Defenders
Este trabalho é licenciado sob a Creative Commons Attribution – NonCommercial ShareAlike 3.0 Licence.

Este relatório foi produzido em benefício das pessoas defensoras de direitos humanos e pode ser citado e copiado, desde que as fontes e autores/as sejam referenciados/as.
Cópias deste relatório estão disponíveis através do e-mail HRDmemorial@frontlinedefenders.org

APRESENTAÇÃO

HÁ QUASE VINTE ANOS, A ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS ADOTOU POR CONSENSO A Declaração sobre Pessoas Defensoras de Direitos Humanos. Todos os governos assumiram o forte compromisso de priorizar a segurança e a proteção de defensores e defensoras de direitos humanos, reconhecendo os direitos de todos os indivíduos e organizações de defenderem pacificamente os direitos humanos. No entanto, o mundo parece cada vez menos seguro para aqueles e aquelas que defendem a dignidade humana.

Nos últimos quatro anos viajando para documentar a situação de pessoas defensoras de direitos humanos, pude testemunhar como ataques contra advogados/as, indígenas, jornalistas, lideranças de movimentos sociais, denunciante e voluntários/as em comunidades locais estão em ascensão em todo o mundo. Ataques contra pessoas que promovem os direitos sexuais e reprodutivos em países onde grupos religiosos fundamentalistas têm mais peso na tomada de decisões do que cidadãos/ãs comuns. Ataques contra pessoas que defendem sua água ou terra em face de megaprojetos. Ataques contra pessoas que procuram por seus entes queridos desaparecidos. Ataques contra pessoas que lutam contra a corrupção ou a impunidade. Todos os dias ouvimos falar de outro assassinato e cada um desses assassinatos é uma tragédia. Uma tragédia para a família da vítima, para as suas comunidades e para todos e todas nós, pois estas mortes significam que a nossa paz, segurança e liberdade estão em risco.

Essa violência não é aleatória. Eu me convenci de que os incidentes em questão não são atos isolados, mas sim ataques combinados contra aqueles/as que tentam incorporar o ideal da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em um mundo livre de medo e escassez. Estou profundamente preocupado com a falta de visibilidade e reconhecimento do trabalho das pessoas defensoras. Muitas vezes há uma desconexão entre a opinião pública e a comunidade ativa de defensores e defensoras de direitos humanos. Quando me encontro com defensores e defensoras

de diversos países, eles/as costumam me dizer que são representados/as em seus próprios países como traidores/as, defensores/as de criminosos ou contra o desenvolvimento. A classe política, o setor de negócios e a grande mídia propagam essas imagens. Essa falta de compreensão acerca do papel das pessoas defensoras é explorada por alguns Estados para colocar setores inteiros da população uns contra os outros e enfraquecer a situação das pessoas que estão trabalhando para proteger os direitos humanos e as liberdades.

Preocupa-me a falta de resposta a observações que foram feitas repetidas vezes desde o estabelecimento do mandato da Relatoria Especial da ONU sobre a situação de pessoas

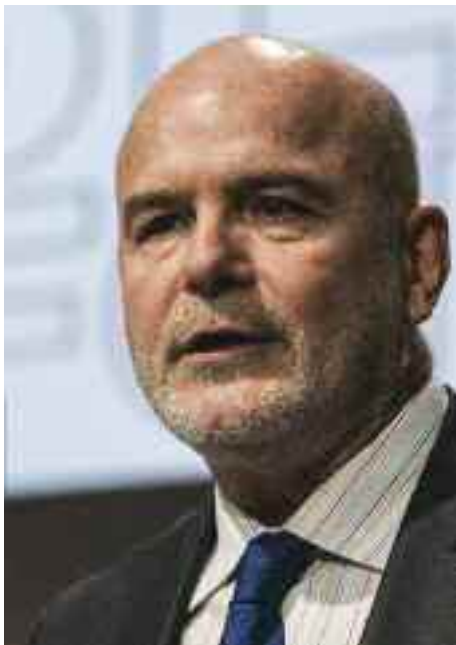
defensoras de direitos humanos. Os relatórios das minhas antecessoras, Hina Jilani e Margaret Sekaggya, referiam-se à falta de uma ação política enérgica e ambiciosa destinada a dar um fim duradouro aos ataques contra defensores e defensoras.

Aqueles que atacam e matam pessoas defensoras de direitos humanos fazem-no na crença de que, após uma onda inicial de indignação, essas pessoas logo serão esquecidas. É essencial que nunca permitamos que isso aconteça. É por isso que o Memorial de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, desenvolvido pela Front Line Defenders em parceria com uma coalizão de organizações nacionais e internacionais, é uma iniciativa tão importante, que celebra a coragem e o comprometimento daqueles e daquelas que deram a vida para defender os direitos dos outros/as. É o exemplo dessas pessoas que deve nos inspirar a maiores esforços em defesa dos direitos humanos. Temos de ter mais ousadia e criatividade para enfrentar ameaças que pesam muito sobre a sociedade civil como um todo e sobre todas as pessoas que lutam pelos direitos e liberdades fundamentais.

Considero particularmente bem-vindo o foco deste relatório sobre os riscos específicos que mulheres e defensores/as LGBTI enfrentam. Discriminação e ataques contra eles/as estão aumentando em um ritmo alarmante, em parte como resultado do aumento do fundamentalismo religioso em todo o mundo. É essencial que medidas de proteção levem em conta os riscos específicos enfrentados por esses grupos. Isto implica dar-lhes um papel ativo no desenvolvimento de medidas e mecanismos destinados a protegê-los/as, mas também combater as causas que levam a tal discriminação e violência.

Também fiquei impressionado com os alarmantes relatórios, emitidos por muitas organizações, sobre os riscos enfrentados por pessoas comprometidas com a preservação dos recursos naturais e a proteção do direito à terra. Não posso expressar em palavras o quão importante são os defensores e as defensoras de direitos humanos na luta pelo nosso planeta e por nossos direitos face a interesses privados poderosos. No entanto, fico contente em observar que muitas empresas estão cada vez mais conscientes do impacto de suas atividades nos direitos humanos. Empresas, especialmente aquelas que trabalham nos setores extrativista e madeireiro, ou em megaprojetos hidrelétricos, são frequentemente mencionadas em casos de violência perpetrada contra pessoas defensoras de direitos humanos. É crucial envolvê-las em um diálogo franco e

ESSA VIOLÊNCIA NÃO É ALEATÓRIA. CHEGUEI À CONVICÇÃO DE QUE OS INCIDENTES EM QUESTÃO NÃO SÃO ATOS ISOLADOS, MAS SIM ATAQUES COMBINADOS CONTRA AQUELES QUE TENTAM INCORPORAR O IDEAL DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS



construtivo, com vistas a ajudá-las a estabelecer mecanismos para impedir o desenvolvimento de situações trágicas em suas atividades. Várias opções estão sendo exploradas para melhorar a participação de defensores e defensoras em projetos de desenvolvimento e na criação de mecanismos de reparação e remediação em caso de violações.

Sou inspirado diariamente pela coragem e compromisso das pessoas defensoras de direitos humanos que arriscam suas vidas para defender os direitos de outros/as. É nos espelhando na força da convicção, inovação e tenacidade de defensores e defensoras que, coletivamente, podemos melhor apoiá-los/as e protegê-los/as. As esperanças criadas pela Declaração permanecem vivas. O mesmo se aplica às aspirações legítimas de milhões de pessoas: viver em uma sociedade mais livre, mais justa, mais igualitária e onde todos e todas possam desfrutar de seus direitos humanos. Aquelas pessoas que estão lutando para que isso se torne uma realidade devem ser reconhecidas como heróis e heroínas do nosso tempo. Com muita frequência, defensores e defensoras de direitos humanos sacrificaram suas vidas e a segurança de suas famílias para que pudéssemos ter acesso a moradia decente, educação de boa qualidade ou simplesmente podermos votar ou nos expressar sem medo. Essas bravas mulheres e homens continuam sendo difamados/as, ameaçados/as e atacados/as em todo o mundo. Todos os dias, todas as semanas, há tentativas insidiosas de destruir anos de trabalho duro visando melhor proteger pessoas defensoras.

Quando pessoas defensoras de direitos humanos são atacadas, é a própria democracia que está sob ameaça. Hoje, reconhecer as situações trágicas e aparentemente sem esperança que tantas pessoas defensoras enfrentam não é mais o problema. De fato, repetidamente, essas situações foram denunciadas, condenadas e comunicadas por muitos/as. Esta situação terrível não nos permite o luxo de sentar e esperar. Que não haja dúvidas. É nossa responsabilidade moral incorporar os ideais da Declaração Universal dos Direitos Humanos e é urgente agir. Em cada um dos seis países destacados neste relatório, a questão principal é a falta de vontade política para insistir na proteção das pessoas defensoras de direitos humanos como um elemento-chave da política do governo. Os governos devem reconhecer o papel vital de defensores e defensoras de direitos humanos na construção de sociedades mais justas e iguais. Não é suficiente assinar acordos internacionais de direitos humanos e introduzir legislações progressistas. Esses compromissos devem ser honrados e os governos devem fornecer apoio político e recursos financeiros tanto para proteger pessoas defensoras de direitos humanos em risco quanto para investigar os ataques contra elas

Michel Forst

Relator Especial das Nações Unidas

para a situação de pessoas defensoras de direitos humanos

QUANDO PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS SÃO ATACADAS, É A PRÓPRIA DEMOCRACIA QUE ESTÁ SOB AMEAÇA

“

EU RELATEI O IMPACTO DESSES ASSASSINATOS E A ‘CRIMINALIZAÇÃO’ QUE FREQUENTEMENTE OS PRECEDE, DURANTE MINHAS VIAGENS, EM NOME DA ONU, A HONDURAS, BRASIL, MÉXICO E MUITOS OUTROS PAÍSES. EU VI AS CICATRIZES DEIXADAS POR BALAS E AS SEPULTURAS DE LIDERANÇAS ASSASSINADAS. OS ASSASSINATOS VIRAM NOTÍCIA, MAS ESCONDIDO POR TRÁS DESSAS MANCHETES HÁ ALGO AINDA MAIS INSIDIOSO: O SILENCIAMENTO DE COMUNIDADES INTEIRAS

”

**VICTORIA TAULI-CORPUZ,
RELATORA ESPECIAL DA ONU PARA OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS**

INTRODUÇÃO

NOS 20 ANOS DESDE A ADOÇÃO DA DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE PESSOAS defensoras de direitos humanos,¹ houve um crescimento exponencial do número de pessoas que trabalham em nível local e nacional para defender e promover os direitos humanos. Isto é em parte uma consequência das tendências políticas e econômicas que abriram algum espaço (frequentemente contestado) para a liberdade de expressão e associação. Maior acesso à educação e mudanças nas tecnologias de comunicação, o que dificulta o controle das informações, também têm sido fatores importantes. Não pode haver dúvida de que o exemplo positivo das conquistas daquelas pessoas engajadas na luta pelos direitos humanos encorajou outros/as, mesmo que isso também tenha provocado uma reação dos/as que estão no poder. Também há um reconhecimento crescente do papel vital desempenhado pelas pessoas defensoras de direitos humanos na proteção dos direitos de suas comunidades e povos, desafiando a opressão e ganhando reconhecimento e respeito público.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas de número 16 reconhece a importância do trabalho de defensores e defensoras de direitos humanos para: “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”.² A reação contra pessoas defensoras incluiu legislação restritiva, esforços para bloquear financiamento, indiciamentos baseados em acusações forjadas e sofisticadas campanhas de difamação. No entanto, o uso de violência letal para silenciar aqueles/as que defendem os direitos dos/as mais vulneráveis disseminou-se e é endêmico em vários países. Em seu Relatório Anual de 2017,³ a Front Line Defenders reportou a morte de 312 defensores e defensoras de direitos humanos em 27 países; o número verdadeiro é quase certamente maior. Dois terços das pessoas mortas trabalhavam em questões relacionadas à proteção do meio ambiente, ao direito à terra e aos direitos dos povos indígenas, muitas vezes em áreas rurais remotas.⁴ A fraca resposta dos governos nacionais e da comunidade internacional dá pouca esperança de que a escala dos assassinatos mude a curto prazo. Desde que a Front Line Defenders começou, em 2014, a produzir uma lista global anual de pessoas defensoras de direitos humanos mortas, a organização reportou que 821 defensores e defensoras foram mortos/as até dezembro de 2017, perseguidos/as por causa de seu trabalho pacífico em direitos humanos. Desse total de pessoas defensoras mortas, 79% advêm de 6 países: Brasil, Colômbia, Guatemala, Honduras, México e Filipinas. A grande maioria desses casos nunca foi devidamente investigada e poucos perpetradores ou autores intelectuais dos assassinatos foram levados à justiça.

DOIS TERÇOS DAS PESSOAS MORTAS TRABALHAVAM EM QUESTÕES RELACIONADAS À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE, AO DIREITO À TERRA E AOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS, MUITAS VEZES EM ÁREAS RURAIS REMOTAS

Uma análise do trabalho realizado pelas pessoas assassinadas é instrutiva: 67% das pessoas mortas em 2017 estavam engajadas na defesa dos direitos à terra, ao meio ambiente e de povos indígenas e, quase sempre, no contexto de megaprojetos ligados a indústrias extrativistas e grandes empresas. Em muitos países, os governos e as forças de segurança foram, na melhor das hipóteses, indiferentes às ameaças e ataques enfrentados por defensores e defensoras e, na pior das hipóteses, as forças de segurança do Estado perpetraram os assassinatos. Em sua maioria, investidores internacionais e empresas controladoras, cujo financiamento e apoio iniciaram e permitiram tais projetos, ainda não consideram as lideranças comunitárias locais e as pessoas defensoras de direitos humanos como atores-chave a serem consultados/as no planejamento de projetos. Essa falta de consulta aumenta o risco de confrontos mais adiante no desenvolvimento do projeto e omite às companhias sinais de alerta prévios, quando surgem conflitos em áreas locais. Em 84% dos homicídios de 2017, para os quais a Front Line Defenders tem as informações necessárias, o/a defensor/a já havia recebido uma ameaça previamente, destacando o fato de que se ações preventivas fossem tomadas pela polícia ou se outras partes interessadas, incluindo investidores, abordassem publicamente a necessidade de proteção de defensores e defensoras em um estágio inicial, os ataques contra essas pessoas poderiam ser drasticamente reduzidos.

Este relatório foca na situação de apenas seis países: Brasil, Colômbia, Guatemala, Honduras, México e Filipinas, uma vez que, juntos, eles foram responsáveis por 85% dos assassinatos de pessoas defensoras de direitos humanos em 2017. O mesmo padrão foi replicado nos Relatórios Anuais da Front Line Defenders para 2014⁵, 2015⁶ e 2016⁷. Embora os governos procurem justificar suas ações com referência à guerra ao terror e às atividades de narcotraficantes ou do crime organizado, há uma série de falhas estatais sistêmicas muito claras que geram o clima de impunidade para a ocorrência desses assassinatos: falha do Estado em reconhecer a legitimidade e a importância do trabalho de pessoas defensoras de direitos humanos:

- ❖ campanhas de difamação contra pessoas defensoras por parte do Estado e/ou seus agentes
- ❖ políticas econômicas que priorizam a exploração implacável dos recursos naturais em vez da proteção do meio ambiente e do direito à terra das comunidades camponesas e povos indígenas

- ❖ falta de sistemas efetivos para documentar e investigar ataques contra pessoas defensoras, bem como prover sua proteção
- ❖ conluio do Estado e/ou seus agentes no assassinato de pessoas defensoras de direitos humanos

No entanto, também devemos reconhecer que contar com as estatísticas, por si só, não revela a história completa. O menor número de mulheres defensoras de direitos humanos reportadas como mortas não reflete o nível de violência ao qual elas estão sujeitas, de forma que os números verdadeiros são quase certamente maiores. As defensoras são rotineiramente alvo de campanhas de difamação que prejudicam suas posições como lideranças em suas comunidades ou como esposas e mães. Elas podem ser alvo de violência em casa, por parte de suas famílias e comunidades, e até no próprio movimento de direitos humanos. Também é notável que, quando as defensoras são assassinadas, o nível de crueldade e brutalidade envolvido é, muitas vezes, significativamente maior, incluindo violência sexual, conforme destacado em um relatório recente sobre a Colômbia.⁸ Da mesma forma, a falta de dados precisos sobre os assassinatos de pessoas defensoras atuando no direito à informação e ativistas Dalit,⁹ na Índia, e ativistas LGBTI nas Américas, torna difícil obter uma imagem real do nível de violência a que esses grupos são submetidos. Nem sempre é fácil identificar se pessoas defensoras dos direitos LGBTI são mortas por causa de seu ativismo ou por causa de sua identidade, ou ambos. Em 2016, o jornal espanhol *El País* informou que, em 2015, 119 integrantes da comunidade LGBTI foram mortos/as na Colômbia.¹⁰ No Brasil, 343 integrantes da comunidade LGBTI foram mortos/as em 2016¹¹ e 445 foram mortos/as em 2017.¹² No México, 202 integrantes da comunidade LGBTI foram mortos/as em um período de três anos, de 2014 a 2016.¹³ O Trans Murder Monitoring Project (Projeto de Monitoramento de Assassinatos de Trans) do Transgender Europe (Europa Transgênero)¹⁴ reportou que pelo menos 1.700 pessoas transgênero e gênero-expansivas (um termo genérico utilizado para pessoas que ampliam as definições comumente aceitas em sua própria cultura acerca de gênero) foram mortas desde 2008 nas Américas do Sul e Central. O Projeto cita 2.343 assassinatos reportados de pessoas trans e gênero-diversas em 69 países em todo o mundo, entre 2008 e 2016. A ausência de dados propriamente segmentados torna impossível identificar quantos desses assassinatos envolveram pessoas defensoras de direitos humanos mortas por causa de seu ativismo pacífico de direitos humanos, mas esse é um desafio que precisamos abordar aqui em diante.

Muitos dos governos que apoiam ostensivamente a democracia e os direitos humanos também forneceram assistência financeira direta e de segurança a alguns dos regimes mais opressivos do mundo. Em todos os países apresentados neste relatório, houve um extenso financiamento, treinamento e fornecimento de armamento, equipamento de vigilância e apoio técnico à polícia, órgãos de inteligência e forças militares, os quais estão fortemente implicados na morte de defensores e defensoras de direitos humanos. Ditadores corruptos e populistas autoritários foram encorajados a atacar não apenas pessoas defensoras, mas a própria ideia de direitos humanos universais. Isso reflete, em parte, mudanças na dinâmica econômica e de poder, incluindo a ascensão da China como potência internacional, mas também a fraqueza e a hipocrisia dos governos ocidentais. Essa situação foi facilitada pela disseminação do nacionalismo de direita, e do extremismo religioso, e exacerbada pelo uso sistemático de tortura e assassinatos indiscriminados por parte das potências ocidentais na chamada “guerra ao terror”, bem como pelos acordos feitos pela UE com governos brutalmente repressivos, como os da Turquia e do Egito, em um suposto esforço para reduzir o número de refugiados/as que chegam à Europa. Este é um momento político crucial. Precisamos de uma resposta política mais consistente e crível de governos ativos na defesa da democracia e dos direitos humanos. Deve haver uma renovação na prioridade política para proteger pessoas defensoras de direitos humanos e a sociedade civil independente. Isso requer maior liderança política de alto escalão, uma estratégia consistente que integre prioridade máxima para a proteção de defensores e defensoras de direitos humanos em várias áreas de políticas públicas e suporte prático constante para aqueles/as que estão sob ataque na linha de frente.



Andrew Anderson
Diretor ejecutivo
Front Line Defenders

Em seu Relatório Anual para 2017/18, que abrangeu 159 países e territórios, a Anistia Internacional acusou os governos de todo o mundo de “descaradamente retroagirem em relação a direitos humanos, reprimindo a dissensão e instituindo medidas que assegurassem a continuação da perseguição a grupos marginalizados”.¹⁵ Estima-se que 3.500 pessoas defensoras de direitos humanos foram mortas por causa de seu trabalho pacífico defendendo os direitos de outros/as desde que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração sobre Pessoas Defensoras de Direitos Humanos, por consenso, em 1998. Na grande maioria dos casos, ninguém foi condenado ou sequer acusado. Nos últimos anos, temos visto um aumento tanto no número de assassinatos quanto no número de países nos quais eles ocorrem. Muitos assassinatos sequer são documentados legalmente. É esse histórico de impunidade que normaliza a morte de pessoas defensoras. Por mais complexa que a situação possa parecer, é a simples questão da ausência de vontade política que impede os governos de tomar medidas significativas para proteger as pessoas defensoras de direitos humanos em risco.

**MUITOS DOS GOVERNOS QUE
APOIAM OSTENSIVAMENTE A
DEMOCRACIA E OS DIREITOS
HUMANOS TAMBÉM
FORNECERAM ASSISTÊNCIA
FINANCEIRA DIRETA E DE
SEGURANÇA A ALGUNS DOS
REGIMES MAIS OPRESSIVOS
DO MUNDO**

BRASIL



“

VIVEMOS UMA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E RECORRENTE. A IMPUNIDADE DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS OCORRIDAS NO CAMPO GARANTE A EFICÁCIA DA REPRESSÃO E AUMENTA A LISTA DE PESSOAS E GRUPOS AMEAÇADOS E ASSASSINADOS

”

**GRUPO DE AÇÃO URGENTE DO CONSELHO
DE DIREITOS HUMANOS DO BRASIL**

NOS ÚLTIMOS ANOS, TEM HAVIDO UM RESSURGIMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA DIREITOS HUMANOS E CONTRA PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS no Brasil e uma redução na proteção dos direitos humanos pelo Estado. A polícia comete excessos no uso da força, particularmente durante protestos. Homens negros e pessoas jovens, especialmente aqueles/as que vivem em favelas e outras comunidades marginalizadas e que defendem seus direitos, são desproporcionalmente alvo de violência por parte de agentes da lei. Pessoas defensoras de direitos humanos, principalmente aquelas que defendem os direitos à terra e ao meio ambiente, ou os direitos dos povos indígenas e quilombolas (afrodescendentes), enfrentam ameaças e ataques crescentes. A violência contra mulheres e meninas é generalizada, mas os riscos específicos enfrentados pelas defensoras de direitos humanos são amplamente ignorados, tanto pela sociedade civil quanto pelo governo. Violações de direitos humanos e discriminação contra refugiados/as, solicitantes de refúgio e migrantes intensificaram-se, criando um clima de hostilidade ao trabalho de defensores e defensoras.¹⁶ Dado o aumento dos níveis de violência contra pessoas defensoras e o dismantelamento sistemático dos sistemas estatais de proteção¹⁷ de direitos humanos, agora, mais do que nunca, é necessário fortalecer as lutas de movimentos sociais, ativistas, povos indígenas e comunidades para alcançar a proteção de seus direitos humanos, por meio da priorização de implementação de uma estratégia eficaz para proteger defensores e defensoras de direitos humanos.

A situação das pessoas defensoras no Brasil está intimamente ligada à crise política e econômica do país. A economia sofreu uma enorme recessão, com uma queda na renda real per capita de 9% entre 2013 e 2016; o crescimento é estruturalmente muito lento; a posição fiscal é insustentável; e um escândalo de corrupção¹⁸ afundou a elite política e os principais empresários. De acordo com projeções baseadas em dados do Banco Mundial, o Brasil será a economia mais fraca da região ao longo de 2019.¹⁹ Ao mesmo tempo, o Supremo Tribunal Federal autorizou investigações criminais para um terço dos atuais ministros do governo, um terço dos/as senadores/as e um terço dos/as governadores/as estaduais, além do presidente e lideranças do Congresso e dos principais partidos políticos.²⁰ Após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, as elites políticas e econômicas estão ainda mais determinadas a avançar com projetos baseados na extração e exploração de recursos naturais e humanos do Brasil como solução para seus problemas econômicos. O governo e seus aliados no Congresso veem qualquer tentativa de proteger o meio ambiente, os direitos dos povos indígenas ou comunidades rurais como uma ameaça aos seus interesses econômicos. No entanto, em uma decisão que causou surpresa, o governo brasileiro anunciou oficialmente que acabaria com a política estabelecida de construção de grandes represas, incluindo a construção de várias delas na região amazônica. Isso potencialmente remove uma grande ameaça às condições de vida dos povos indígenas na região.²¹ A crise política, além de gerar instabilidade, tem contribuído para a intensificação das manifestações de ódio e ataques a pessoas defensoras. Apesar do fato de que esforços consideráveis foram feitos nos últimos anos para documentar todos os ataques, ainda há falhas devido à complexidade da situação, incluindo: o tamanho do país e a dificuldade em acessar informações precisas em áreas remotas.

ESSA SITUAÇÃO É EXACERBADA PELO FATO DE QUE OS QUE ESTÃO NO PODER SE CONCENTRAM EM PROTEGER SEUS PRÓPRIOS INTERESSES E OS INTERESSES DOS GRANDES PROPRIETÁRIOS DE TERRAS E DAS CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS

Em 2016, o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino - CPT²² (criado pela Comissão Pastoral da Terra para coletar e analisar informações sobre violações de direitos humanos em áreas rurais) documentou o maior número de conflitos em áreas rurais dos últimos 32 anos. Foram registrados 1.079 conflitos, uma média de 2,9 incidentes por dia. Além disso, os assassinatos de ativistas em áreas rurais aumentaram 22% em relação a 2015 e representaram o maior número de casos desde 2003.²³ O relatório "Vidas em Luta: Criminalização e Violência contra Defensoras e Defensores de Direitos Humanos no Brasil"²⁴ publicado em 2016 pelo Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos²⁵ (CBDDH), com base em dados do CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT, documentou o assassinato de 66 pessoas defensoras em 2016. Em seu Relatório Anual de 2017, publicado em janeiro de 2018, a Front Line Defenders reportou a morte de 65 pessoas defensoras de direitos humanos no Brasil.²⁶ Os números revisados para 2017, publicados em abril de 2018 pelo CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT, mostram este continuado aumento dramático, com 70 assassinatos registrados, um aumento de 15% até mesmo em relação a 2016.²⁷ A grande mudança em 2017 é o aumento do número de massacres.²⁸ Dos 70 assassinatos registrados em 2017, 28 – ou 40% – ocorreram durante um massacre.²⁹

Essa situação é exacerbada pelo fato de que os que estão no poder se concentram em proteger seus próprios interesses e os interesses dos grandes proprietários de terras e das corporações transnacionais. A situação também é reforçada pela influência dos militares e persistentes desigualdades sociais, étnicas, raciais e de gênero. Enquanto não houver nenhum movimento para abordar as causas sistêmicas da injustiça, continuarão a haver ataques diários a pessoas defensoras de direitos humanos e abuso geral dos direitos humanos. Embora a maioria dos assassinatos no país esteja relacionada à defesa da terra e dos direitos dos povos indígenas, a violência contra defensores e defensoras de direitos humanos ultrapassou esses setores e inclui violações em áreas urbanas, como contra aquelas pessoas que trabalham nas favelas do Rio de Janeiro

ou ativistas LGBTI em Curitiba. O modelo econômico brasileiro baseia-se, em grande parte, no desenvolvimento de megaprojetos, como represas e plantas hidroelétricas, que impactam enormemente a vida de povos indígenas. A decisão de acabar com o desenvolvimento de projetos de represas hidroelétricas na bacia do Amazonas é um progresso bem-vindo. Esses projetos devem ser desenvolvidos sob a supervisão de órgãos estatais apropriados. No entanto, a falta de supervisão resulta em irregularidades financeiras e de planejamento, devido à falha em medir o impacto social e ambiental desses projetos. Esse modelo de “desenvolvimento a qualquer custo”,³⁰ baseado na implacável exploração dos recursos naturais do país, é inerentemente discriminatório, na medida em que prioriza ganhos econômicos de curto prazo para poucos em detrimento do acesso a direitos para a maioria da população brasileira.

ATAQUES A TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS

Os grandes proprietários de terra detêm cerca de 45% das terras rurais no Brasil,³¹ enquanto os pequenos agricultores possuem apenas 2,3% das terras. Essa concentração de recursos nas mãos de poucos ricos deriva da história de escravidão do país e do assassinato em massa de povos indígenas. O resultado hoje é a tensão crônica entre aqueles/as que possuem terras e aqueles/as que não as possuem.³² Isso criou uma situação de agravamento, infelizmente previsível, da violência que está afetando a vida daquelas pessoas que defendem os direitos humanos no Brasil.³³ Famílias que vivem em terras de reassentamento, no âmbito do programa de reforma agrária, estão sob ameaça de ataques constantes, incluindo ameaças de morte, tortura, manutenção em cativeiro, incêndio de casas, cercas cortadas, envenenamento por dispersão aérea de agrotóxicos e tiros em casas e veículos. De acordo com um relatório da Global Witness de 2017,³⁴ 46 pessoas defensoras do meio ambiente e do direito à terra foram mortas no Brasil em 2017.³⁵ Na maioria desses casos, não houve investigação adequada e os agressores não foram levados à justiça.

O Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores dos Direitos Humanos³⁶ considera que um sistema de alerta preventivo para identificar conflitos sérios, à medida que se desenvolvem, é de extrema importância e permitiria ao governo intervir preventivamente para prevenir o agravamento das violações de direitos humanos, como o aumento do número de assassinatos múltiplos. Embora o Estado tenha total responsabilidade pela proteção das pessoas defensoras, em muitos casos a polícia ou integrantes das forças de segurança estão implicados nos assassinatos. O Estado tem uma clara responsabilidade de proteger defensoras e defensores de direitos humanos, mas também de tomar medidas efetivas contra os perpetradores que fazem parte da polícia e das forças de segurança. De acordo com dados do CEDOC Dom Tomás Balduino -

CPT, em 2015 houve 50 mortes, 144 pessoas foram ameaçadas e houve 59 tentativas de assassinatos em áreas rurais. Os estados de Rondônia, Pará e Maranhão foram responsáveis por 90% desses casos. Em 2016, as regiões Norte e Nordeste foram as mais perigosas para pessoas defensoras, representando a maioria dos assassinatos, com 56 mortes.³⁷ Desde 2017, o padrão de assassinatos mudou de mortes individuais para ataques brutais em comunidades, com destaque para a extrema crueldade empregada.³⁸ Em maio de 2017, dez pessoas defensoras do direito à terra foram mortas a tiros pela polícia em Pau D'arco. Seis semanas depois, uma testemunha dos assassinatos, que havia se escondido, também foi assassinada.

EMBORA VÁRIAS LEIS QUE PROTEGEM OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS TENHAM ENTRADO EM VIGOR APÓS A INTRODUÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988, PERMANECE O FATO DE QUE, APÓS MAIS DE 25 ANOS, AINDA HÁ MUITO A SER FEITO PARA IMPLEMENTAR ESSES DIREITOS

MARIA TRINDADE DA SILVA COSTA



Maria Trindade da Silva Costa era uma líder quilombola na comunidade de Santana do Baixo Jambuagu em Moju, estado do Pará. No dia 23 de junho de 2017, Maria Trindade partiu em sua bicicleta para visitar amigos/as da região. Seu corpo foi encontrado no dia seguinte. Ela foi severamente espancada e havia sinais de agressão sexual. Segundo familiares, Dona Trindade, como era conhecida, era popular na área e reconhecida por seu trabalho como líder comunitária e era uma respeitada defensora de direitos quilombolas. Ela

também era uma integrante ativa de uma igreja local. A brutalidade e a natureza sexual do ataque destacaram mais uma vez o duplo impacto do racismo e da discriminação de gênero enfrentados pelas mulheres negras no Brasil e, principalmente, a vulnerabilidade de mulheres como Dona Trindade, que fazem campanha pelos direitos quilombolas.

FLAVIO GABRIEL PACIFICO DOS SANTOS



No dia 19 de setembro de 2017, o líder quilombola Flávio Gabriel Pacifico dos Santos, 38 anos, conhecido por todos como “Binho do Quilombo”, foi morto com pelo menos 10 tiros na cidade de Simões Filho. Binho do Quilombo era filho da ex-secretária de Promoção da Igualdade Racial do município, Maria Bernadete Pacifico. Ele havia acabado de deixar o filho na escola e estava se dirigindo ao funeral de um amigo, quando um carro branco parou e dois homens abriram fogo. Binho do Quilombo era um respeitado defensor de direitos quilombolas na região

de Pitanga de Palmares. Ele também foi candidato a vereador nas eleições de 2012 e 2016.

POVOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Povos indígenas e comunidades tradicionais são rotineiramente marginalizados na sociedade brasileira. Suas terras e territórios são usurpados por grileiros, fazendeiros e pelo próprio Estado. Embora várias leis que protegem os direitos dos povos indígenas tenham entrado em vigor após a introdução da Constituição de 1988, permanece o fato de que, após mais de 25 anos, ainda há muito a ser feito para implementar esses direitos, especialmente no que diz respeito ao acesso e recuperação de terras. “A incerteza jurídica gerada pela falta de reconhecimento territorial exacerba esses conflitos e a situação de vulnerabilidade que essas comunidades sofrem ao lidar com atores de interesse econômico nesses territórios”.³⁹ Mesmo o progresso limitado alcançado até o momento está ameaçado pelas propostas do governo para reduzir o número de terras dos povos indígenas e minar o trabalho da FUNAI⁴⁰ e do INCRA⁴¹ (órgãos responsáveis pela proteção dos direitos dos povos indígenas) na demarcação e concessão de títulos às terras dos povos indígenas. Em maio de 2017, foi aprovado o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou a FUNAI e o INCRA. Este relatório preocupantemente exigiu o indiciamento de 67 pessoas, incluindo lideranças indígenas e antropólogos/as. A criminalização e o desmantelamento do trabalho do INCRA e da FUNAI é uma área particular de preocupação, uma vez que isso serve aos interesses do grupo “ruralista” latifundiário⁴² no Congresso Nacional, o qual quer acesso a grandes extensões de terra pertencentes a povos indígenas. Este grupo considera o trabalho da FUNAI e do INCRA e o processo de reforma agrária como uma ameaça aos seus interesses econômicos.

O relatório da CPI⁴³ alegou que a FUNAI e o INCRA estavam envolvidos em corrupção e eram desnecessariamente conflituos, mas omitiu qualquer referência ao aumento de conflitos fundiários nos últimos anos e ao aumento da incidência de assassinatos de lideranças indígenas, quilombolas e pessoas lutando pela redistribuição de terras. Desde 2015, houve um aumento consistente da violência contra integrantes de comunidades quilombolas. De acordo com organizações da sociedade civil brasileira, 14 integrantes de comunidades quilombolas foram mortos/as em 2017. A violência contra os povos indígenas no estado do Maranhão, que abriga o povo Gamela, é típica da crise em todo o país. Existem atualmente cerca de 376 comunidades no estado do Maranhão que vivenciam a violência e os conflitos no campo. Somente em 2016, 196 incidentes de violência contra comunidades rurais foram relatados. O Maranhão foi o estado com o maior número de pessoas indígenas assassinadas em 2016. Neste mesmo ano, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) denunciou vários ataques paramilitares organizados por fazendeiros tendo como alvo lideranças do povo Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Um dos ataques resultou na morte de Clodiodi Aquileu.⁴⁴ Gravações de vídeo mostraram vários homens armados incendiando habitações em um episódio brutal que, além de matar um indígena, deixou outros/as seis feridos/as, incluindo uma criança. O grupo étnico Guarani-Kaiowá é formado por aproximadamente 60.000 pessoas que vivem em mais de 50 comunidades. Embora o caso do Mato Grosso do Sul seja particularmente terrível, há um padrão claro de abuso e violência contra pessoas defensoras de direitos humanos indígenas em todo o Brasil.

A VIOLÊNCIA E A CRIMINALIZAÇÃO QUE OCORREM NAS CIDADES AFETAM ESPECIALMENTE AS PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS QUE TRABALHAM PELO DIREITO À MORADIA, GRUPOS QUE DEFENDEM OS DIREITOS DA COMUNIDADE LGBTI, PROFISSIONAIS DO SEXO, JOVENS NEGROS/AS, LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS, TRABALHADORES/AS COMUNITÁRIOS/AS NAS FAVELAS E ESTUDANTES

JANE JULIA DE ALMEIDA



Em 24 de maio de 2017, dez trabalhadoras e trabalhadores rurais foram mortos/as no município de Pau d'Arco, no estado do Pará, durante uma operação combinada das Polícias Militar e Civil. A ação aconteceu na fazenda Santa Lúcia, que mais uma vez fora ocupada por sem-terra. As famílias estão lutando para que a terra seja redistribuída no âmbito do programa de reforma agrária. Entre os/as mortos/as estava Jane Júlia de Almeida, liderança do acampamento, a única mulher assassinada naquele dia. Jane Júlia de Almeida havia sugerido que o grupo ficasse onde estavam. Ela acreditava

que a polícia não iria procurá-los na chuva, mas estava enganada. De acordo com uma testemunha: “Enquanto o grupo estava sob uma lona esperando a chuva parar, a polícia chegou atirando, enquanto corriam e gritavam que todos iriam morrer. Eu fugi, mas ela ficou sentada lá. Eu não sei se eles a mataram sentada, só me lembro que eles estavam dizendo: levante-se para morrer, puta velha, vagabunda, vadia. Então eles sorriram e atiraram nela”.

MARINALVA MANOEL



Marinalva Manoel vivia em Ñu Verá, uma comunidade de 28 famílias Guarani Kaiowá que lutam para que a terra onde vivem e trabalham seja reconhecida como pertencente a um povo indígena. A comunidade está reivindicando uma área de aproximadamente 600 hectares. Apesar de o processo legal de reconhecimento estar em estágio avançado, as comunidades estão sob muita pressão de fazendeiros locais que contestam sua reivindicação, e também de empreiteiras, que querem ter a terra para construção de empreendimentos, já que ela fica próxima à cidade. Marinalva era integrante do Grande Conselho Guarani-Kaiowá Aty Guassu

dos Guarani Kaiowá. Duas semanas antes de ser morta, Marinalva foi a Brasília como parte de uma delegação de lideranças representando povos indígenas. Eles/as haviam acampado em frente ao Supremo Tribunal Federal para protestar contra a proposta de reverter a decisão de conceder a terra aos Guarani Kaiowá. Marinalva havia denunciado repetidamente o recente aumento de ameaças por parte de fazendeiros locais ou de pessoas empregadas por eles. Na manhã de 1 de novembro de 2014, o corpo de Marinalva foi encontrado na beira de uma estrada com vários ferimentos por faca.

Na Bahia, os/as indígenas tupinambás também sofrem todo tipo de preconceito e violência física e cultural. Ameaças de morte são constantes e suas lideranças são perseguidas, atacadas e encarceradas. O fracasso do Estado em reconhecer ou abordar a questão dos ataques contra os povos indígenas e quilombolas e suas lideranças indica que há um risco real de que esses povos indígenas sejam marginalizados, a fim de que se possa usurpar suas terras e seja facilitada a exploração dos recursos naturais disponíveis nelas. Este fato de que há virtualmente impunidade total significa que pessoas defensoras de direitos dos povos indígenas e lideranças comunitárias específicas podem ser sistematicamente eliminadas como forma de aterrorizar toda a comunidade. Os povos indígenas no Brasil e suas lideranças estão mais em risco agora do que em qualquer outro momento de sua história recente.⁴⁵

VIOLÊNCIA EM MEIOS URBANOS

A violência e a criminalização que ocorrem nas cidades afetam especialmente as pessoas defensoras de direitos humanos que trabalham pelo direito à moradia, grupos que defendem os direitos da comunidade LGBTI, profissionais do sexo, jovens negros/as, lideranças comunitárias, trabalhadores/as comunitários/as nas favelas e estudantes. As cidades brasileiras estão experimentando uma onda acelerada e sistêmica de violência brutal, incluindo violência estatal, particularmente por parte da polícia; ataques de grupos extremistas e milícias financiadas por grandes empresas; e violência indiscriminada resultante de disputas territoriais entre gangues. Neste clima de violência generalizada, os assassinatos de mulheres ou ativistas que trabalham com as populações de rua e prisionais são todos agrupados como “violência urbana” ou são incluídos nas estatísticas da “guerra às drogas”. Muitas pessoas também foram feridas ou até mortas durante desocupações. Em maio de 2017, por exemplo, durante uma desocupação forçada na favela de Belo Horizonte, um ativista de direitos urbanos de 14 anos foi baleado na boca a uma distância de menos de 1,5 metro.

No Rio de Janeiro, ativistas e moradores/as das favelas que lutam contra a violência institucional têm sido sistematicamente intimidados/as e seriamente ameaçados/as por policiais militares e civis.⁴⁶ Os relatos incluem grampos ilegais, sequestros direcionados, invasões de domicílios, assédio sexual, estupro e até mesmo disparos de armas de fogo contra defensores e defensoras. Entre janeiro e julho de 2017, 642 pessoas foram mortas como resultado de operações policiais no Rio de Janeiro. Segundo a ONG brasileira Justiça Global, até o final de 2017, 1.124 pessoas foram mortas pela polícia, fazendo desse o ano mais letal de todos.⁴⁷ A maioria dessas mortes foram execuções sumárias de jovens negros, o que a

polícia alegou serem ações em legítima defesa. E 2018 não está nada melhor – onze dias após o assassinato da vereadora e defensora de direitos humanos do Rio, Marielle Franco, pelo menos oito pessoas foram mortas no que alegadamente foi um ataque de vingança da polícia depois que um policial foi morto.⁴⁸ A impunidade em torno dos casos de assassinatos cometidos pela polícia alimenta o ciclo de violência policial no Rio de Janeiro. Essa atitude envia uma mensagem de que as autoridades toleram o comportamento ilegal da polícia e os policiais envolvidos em execuções extrajudiciais o fazem com a certeza de que nunca serão responsabilizados.

A VIDA DE FRANCISCA FOI RETIRADA POR ELA SER UMA DEFENSORA DE DIREITOS HUMANOS E O SEU CORPO FOI VIOLADO PARA REGISTRAR QUE ELA, COMO MULHER E NEGRA, NÃO DEVERIA OUSAR OCUPAR AQUELE ESPAÇO DE LIDERANÇA

DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

Ao analisar os problemas da violência e da criminalização, é importante considerar questões de gênero, raça, orientação sexual e identidade de gênero em termos de como são identificadas as várias categorias de perpetradores e a maneira pela qual as lutas individuais são criminalizadas. O fato de que a grande maioria das pessoas defensoras de direitos humanos mortas no Brasil é homem é um reflexo da maneira pela qual as mulheres são marginalizadas tanto na sociedade quanto no movimento de direitos humanos. Está evidente que as mulheres por vezes sofrem violência por parte de suas próprias famílias ou de seu círculo próximo de relações, o que as impede de continuar em seu trabalho de direitos humanos. Há também relatos de dificuldades experimentadas por organizações de mulheres dentro dos movimentos sociais como resultado da violência baseada em gênero. Há várias razões para explicar por que é tão difícil para as mulheres ocuparem esses espaços políticos dentro dos movimentos sociais, incluindo a divisão do trabalho baseada em gênero, a qual cria um fardo triplo para as mulheres. Elas sofrem violência dentro e fora de casa quando defendem publicamente seus direitos. O racismo e violência sexual contra as mulheres negras as torna ainda mais vulneráveis. Ainda é o caso que a maioria dessas questões sequer é abordada nas discussões e na literatura sobre o trabalho de pessoas defensoras de direitos humanos. Essa invisibilidade significa que a maioria dos ataques a defensoras simplesmente não é registrada ou a violência é atribuída a outras causas, como violência doméstica, por exemplo. A morte da defensora de direitos humanos Francisca Chagas da Silva, quilombola da comunidade de Joaquim Maria e liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miranda do Norte, no Maranhão, ilustra as formas específicas pelas quais as mulheres são atacadas. O corpo de Francisca foi encontrado em uma poça de lama, nu e com sinais de estupro, estrangulamento e esfaqueamento. Segundo o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, “a vida de Francisca foi retirada por ela ser uma defensora de direitos humanos e o seu corpo foi violado para registrar que ela, como mulher e negra, não deveria ousar ocupar aquele espaço de liderança.”⁴⁹



Marinete da Silva segura um retrato de sua filha Marielle Franco, uma defensora de direitos humanos brasileira assassinada.

ASSASSINATOS DE PESSOAS LGBTI

Assassinatos de pessoas LGBTI no Brasil atingiram índices inéditos. De acordo com relatórios do Grupo Gay da Bahia,⁵⁰ 343 pessoas integrantes da comunidade LGBTI foram assassinadas no Brasil em 2016,⁵¹ além de outras 445 terem sido mortas em 2017.⁵² Segundo alguns relatórios,⁵³ uma pessoa LGBTI é morta no Brasil a cada 28 horas, enquanto transexuais e travestis, isoladamente, sofrem os maiores índices.⁵⁴ Há ameaças constantes nas redes sociais contra lideranças e eventos LGBTI. Em 2015, por exemplo, um evento chamado Dezeembrada foi realizado em Curitiba com o objetivo de criar uma Frente Nacionalista de direita, com uma agenda abertamente antigay.⁵⁵ Eventos como esse mostram como grupos empenhados em cometer crimes contra pessoas LGBTI estão se fortalecendo e se organizando melhor. Desde 2005, pessoas defensoras de direitos humanos LGBTI vêm sofrendo ameaças e perseguições em Curitiba. Essa situação se deu após a entrega de um dossiê às autoridades policiais que continha queixas graves contra *skinheads*, resultando na prisão de um grupo de neonazistas. No ano seguinte, os defensores LGBTI Igo Martini e Márcio Marins foram agredidos fisicamente por três homens⁵⁶, em razão de seu envolvimento no caso.

CRIMINALIZAÇÃO DE PROTESTOS SOCIAIS

Em vez de adotar medidas para defender os direitos humanos e proteger as pessoas defensoras de direitos humanos, a resposta do Estado tem sido enfraquecer os mecanismos de proteção existentes, criminalizar protestos sociais e difamar os/as defensores e defensoras. Até mesmo o Programa de Proteção às Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, criado pelo governo, foi amplamente ineficiente em decorrência da falta de apoio político e da falta de um arcabouço legal e de recursos financeiros. Criado em 2005, o Programa de Proteção foi implantado em nove estados brasileiros: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Bahia, Rio Grande do Sul, Maranhão e Pará. Em junho de 2017, continuava a existir apenas nos estados de Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco e Ceará. As políticas de proteção devem e podem desempenhar um papel importante na proteção das pessoas defensoras de direitos humanos, mas os estados precisam implementar políticas adequadamente pensadas e com recursos suficientes, para que impeçam os abusos de direitos humanos e de fato garantam direitos.

De acordo com o Grupo de Ação Urgente do Conselho Nacional de Direitos Humanos: “vivemos uma situação de violência estrutural e recorrente. A impunidade das violações de direitos humanos ocorridas no campo garante a eficácia da repressão e aumenta a lista de pessoas e grupos ameaçados e assassinados”.⁵⁷ O sistema de justiça criminal intensifica sua repressão contra pessoas defensoras de direitos humanos por meio da aplicação de legislações como a Lei das Organizações Criminosas⁵⁸ e a Lei de Segurança Nacional.⁵⁹ A nova legislação antiterror⁶⁰ tem sido utilizada de forma crescente para atingir movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST.⁶¹ Em 2016, houve 64 casos de processos contra organizações que faziam campanha contra megaprojetos de desenvolvimento.⁶² Defensores e defensoras de direitos humanos são regularmente taxados/as – inclusive por políticos, empresários e líderes religiosos – como pessoas “más” ou “moralmente corruptas” que “merecem” o que quer que aconteça a elas. Esse tipo de discurso, visível principalmente em plataformas on-line, aumenta o espaço para a ocorrência de ataques violentos.

O QUE PRECISA SER FEITO

A principal questão que liga todas essas lutas individuais é o fato de que o governo brasileiro fechou os olhos para uma crise profunda de direitos humanos criada por suas próprias ações. O que vemos hoje é que a profunda crise política, ética e financeira do Brasil é usada como uma desculpa para atropelar direitos humanos estabelecidos. O número de assassinatos e ataques a defensores e defensoras é um indicador da falta de vontade política por parte do governo em cumprir com suas obrigações nacionais e internacionais. As chamadas “reformas” introduzidas pelo presidente Temer tiveram um efeito devastador na proteção dos direitos humanos no Brasil. O Ministério dos Direitos Humanos não existe mais como uma entidade separada. O Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos foi incluído no Ministério da Justiça, sob a autoridade de um Secretário de Estado, enquanto o Programa de Proteção às Defensoras e Defensores de Direitos Humanos carece dos recursos necessários para prover proteção adequada às pessoas defensoras de direitos humanos em risco. No entanto, a principal responsabilidade pela proteção das pessoas defensoras ainda está no Estado brasileiro – uma situação que terá que ser resolvida com urgência ou os assassinatos continuarão sem trégua.

RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO DO BRASIL

O governo do Brasil deve:

- ❖ Tomar medidas imediatas para assegurar a implementação plena e efetiva do Programa de Proteção às Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.
- ❖ Criar um panorama legal claro com recursos financeiros adequados para garantir a implementação eficaz do Programa.
- ❖ Providenciar documentação e investigação eficazes de ataques a pessoas defensoras de direitos humanos.
- ❖ Desenvolver uma metodologia para abordar os riscos específicos enfrentados pelas pessoas defensoras de direitos humanos que defendem os direitos de povos indígenas, de mulheres e de pessoas LGBTI.
- ❖ Coordenar e integrar as atividades de todos os setores da justiça e dos sistemas de segurança pública envolvidos na proteção das pessoas defensoras.⁶³
- ❖ Priorizar estratégias específicas para superar os sérios desafios estruturais enfrentados pelas comunidades mais vulneráveis do país.
- ❖ Reverter a política de sucateamento de órgãos públicos como a FUNAI e o INCRA, que têm a responsabilidade primária pela proteção dos direitos indígenas e pela reforma agrária,
- ❖ Garantir que a FUNAI e o INCRA tenham apoio político e recursos financeiros para realizarem seu trabalho.

COLÔMBIA



“

APESAR DA APARENTE BOA NOTÍCIA, QUANDO COMPARAMOS ESSES PEQUENOS AVANÇOS COM O NÚMERO ACUMULADO DE ASSASSINATOS, PODEMOS VER QUE A IMPUNIDADE CONTINUA A PREVALECE

”

PROGRAMA SOMOS DEFENSORES

EM 2018, O GOVERNO COLOMBIANO ENFRENTA MUITOS OBSTÁCULOS PARA ALCANÇAR A IMPLEMENTAÇÃO DOS acordos de paz, a criação da verdadeira paz e a proteção dos direitos humanos, incluindo: violações dos acordos de paz pelo próprio Estado colombiano; recusa da classe política tradicional em se engajar em qualquer processo de reforma política; extração agressiva dos recursos naturais, apesar da oposição local e do impacto na mudança climática; corrupção nas elites políticas e econômicas do país; e uma cultura de ódio exacerbada por segmentos da extrema direita da população, o que está levando o país a um estado de polarização social do qual será difícil retornar.

A incorporação prática do compromisso de construir uma paz duradoura, por meio do fim da violência e da capacitação das comunidades, significa proteger os/as ativistas que realmente fazem esse trabalho. De acordo com o Programa Somos Defensores,⁶⁴ “Se as comunidades locais continuarem a ver pedidos de proteção serem negados, enquanto pessoas defensoras de direitos humanos são ameaçadas, atacadas e assassinadas com impunidade, elas entenderão que a participação ativa no processo de paz implica em riscos fatais para suas vidas e suas famílias. E quando comunidades locais estão com medo de participar no processo de construção da paz, o acordo fracassa. A proteção de pessoas defensoras de direitos humanos é de suma importância para o sucesso do processo de paz”.⁶⁵

Em 2017, o conflito armado e sua interminável lista de vítimas deixou de ser notícia diária. A assinatura dos acordos de paz com as FARC⁶⁶ (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e o início das negociações com o ELN⁶⁷ (Exército de Libertação Nacional) resultaram em uma redução substancial dos assassinatos políticos. No entanto, em meio a essa tendência positiva, surgiu outro fenômeno: o aumento vertiginoso nos assassinatos de lideranças sociais e pessoas defensoras de direitos humanos.⁶⁸ Durante 2017, o Programa Somos Defensores realizou uma revisão de vários relatórios publicados sobre a situação de defensores e defensoras na Colômbia.⁶⁹ Todos os relatórios enfatizaram o nível crítico de risco enfrentado pelas pessoas defensoras de direitos humanos no país e também destacaram o papel fundamental nessa violência desempenhado por atores econômicos que têm interesse em ganhar controle sobre o território e veem o trabalho de lideranças comunitárias e pessoas defensoras como um obstáculo potencial aos seus próprios interesses políticos e financeiros. Nos últimos anos, tem havido um grande número de diagnósticos, iniciativas, análises, alertas de risco tanto da sociedade civil como da Defensoria do Povo e muitas declarações oficiais reconhecendo os esforços feitos pelo governo nacional para abordar o problema dos ataques a pessoas defensoras de direitos humanos. No entanto, o assassinato dessas pessoas defensoras da paz, democracia e direitos humanos continua com quase total impunidade.

O padrão de violência e assassinatos documentado em 2016 continuou em 2017: polarização social, falta de confiança no sistema político, além de uma redução histórica da violência no contexto do confronto entre o Estado e as FARC. No entanto, no que diz respeito à situação das pessoas defensoras, a implementação dos acordos de paz com as FARC tem sido uma experiência contraditória. Embora seja muito importante reconhecer que o silêncio das armas trouxe a menor taxa de mortes entre a população geral dos últimos 30 anos,⁷⁰ o número de assassinatos de defensores e defensoras aumentou

dramaticamente. Segundo dados do Programa Somos Defensores,⁷¹ houve um aumento geral dos assassinatos de defensores e defensoras desde o início do processo de paz: (2013 – 78 casos, 2014 – 55 casos, 2015 – 63 casos, 2016 – 80 casos) em 2017, esse número subiu para 121 casos.⁷² A situação em 2018 não melhorou e está se tornando ainda pior, com 46 pessoas defensoras mortas nos primeiros três meses do ano.⁷³ Como tem sido repetidamente documentado, os ataques contra lideranças sociais e pessoas defensoras de direitos humanos têm sido uma realidade histórica no contexto da violência sociopolítica há mais de 10 anos. O fracasso do Estado em responder adequadamente a esta crise é particularmente preocupante. Uma análise dos dados para 2017 mostra que 70% dos assassinatos de lideranças sociais e pessoas defensoras de direitos humanos ainda estão no estágio preliminar de investigação; em outras palavras, nenhum progresso foi feito.⁷⁴ Em 11% desses casos há acusação em andamento, enquanto em apenas 10% houve uma condenação. Em 4% dos casos foi expedido um mandado de prisão e foi cumprida a sentença do tribunal em apenas 5%.⁷⁵ Esta situação continua a ser um grande desafio, não só para o gabinete do Procurador-Geral, mas também para o Judiciário. Se não houver um esforço conjunto para resolver o problema, a taxa de impunidade permanecerá a mesma ou até aumentará.

SEGUNDO DADOS DO PROGRAMA SOMOS DEFENSORES, HOVE UM AUMENTO GERAL DOS ASSASSINATOS DE DEFENSORES E DEFENSORAS DESDE O INÍCIO DO PROCESSO DE PAZ

ATAQUES EM RAZÃO DE GÊNERO

Em relação aos ataques em razão de gênero, das 560 pessoas defensoras atacadas em 2017, 74% eram homens e 26% eram mulheres. Esse tem sido o padrão desde 2016, embora com uma ligeira diminuição recente no número de defensoras atacadas. No entanto, esses números não refletem a estigmatização que as defensoras experimentam ou a natureza extrema da violência contra elas. Os ataques a defensoras mostram consistentemente níveis mais altos de violência, incluindo violência sexual.

LIDERANÇAS MAIS AFETADAS

Muitas das pessoas defensoras de direitos humanos mortas são ativas unicamente a nível local e não possuem incidência nacional.⁷⁶ A maioria

das pessoas defensoras mortas estava trabalhando em defesa do direito à terra ou para proteger o território de povos indígenas. Sob risco particular estão integrantes de minorias étnicas, comunidades camponesas, povos indígenas, afrodescendentes ou integrantes de conselhos locais de ação comunitária em áreas rurais. Esses assassinatos são cometidos em lugares onde a presença do Estado é limitada e as pessoas não podem exercer plenamente seus direitos humanos.⁷⁷ Em termos de resposta oficial, as autoridades estatais precisam levar em conta o impacto de um assassinato não apenas sobre a família imediata do defensor ou da defensora, mas também sobre a comunidade como um todo.⁷⁸ Como resultado dos assassinatos e do clima geral de violência, comunidades são deslocadas e famílias são separadas e perdem seus meios de sustento.⁷⁹ Os departamentos com o maior número de pessoas defensoras assassinadas são Cauca, Antioquia, Vale do Cauca, Narino, Córdoba, Bogotá, Putumayo, Norte de Santander, Risaralda, Bolívar, Chocó, Meta, Huila e Arauca.

Em 90% desses territórios há incidência histórica do conflito armado. Apesar do processo de paz, abusos como o assassinato de integrantes de comunidades afro-colombianas e povos indígenas, deslocamentos forçados coletivos, confinamento de comunidades a certas áreas, recrutamento forçado de crianças para grupos paramilitares, violência sexual e uso de minas antipessoais persistem nessas áreas.⁸⁰ Na maioria dos casos, o motivo dessas mortes foi o fato de que o/a defensor ou defensora estava trabalhando em questões como denunciar ou se opor à atividade econômica ilegal e à criminalidade; reivindicar seus próprios direitos ou os da coletividade; e apoiar políticas derivadas da implementação dos acordos, como o programa para substituir o cultivo de coca por outras culturas. Dos 105 assassinatos de pessoas defensoras de direitos humanos documentados pelas Nações Unidas entre janeiro e o início de dezembro de 2017, 59% foram supostamente perpetrados por matadores de aluguel, o que destaca a necessidade não apenas de levar os autores materiais à justiça, mas também de identificar e condenar os autores intelectuais dos assassinatos.⁸¹

SUPOSTOS AGRESSORES

A maioria dos relatórios e organizações destaca as dificuldades em identificar os responsáveis pelos assassinatos. No entanto, os estudos e organizações consultados identificam a presença de grupos paramilitares, incluindo traficantes ou pessoas próximas a eles, como as *Autodefensas Campesinas de Colombia* (Autodefesas Campesinas da Colômbia), como principal fonte de violência contra defensores e defensoras.⁸² O Defensor do Povo em matéria de Direitos Humanos, Carlos Alfonso Negret Mosquera, recentemente assinalou que “uma das principais causas desse

fenômeno é a tentativa de grupos armados ilegais de ocupar o território do qual as FARC se retiraram”.⁸³ Ao mesmo tempo, vários casos de conluio entre funcionários do Estado e grupos paramilitares foram documentados em diferentes partes do país, como Norte de Santander e Antioquia. Nos casos documentados entre 2009-2016, onde as forças estatais foram alegadamente responsáveis pela morte de lideranças comunitárias, há um padrão consistente nas circunstâncias dos assassinatos:⁸⁴ “As pessoas defensoras de direitos humanos são mortas com mais frequência no período da manhã ou tarde da noite, em áreas rurais, dentro ou nas

AS PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS SÃO MORTAS COM MAIS FREQUÊNCIA NO PERÍODO DA MANHÃ OU TARDE DA NOITE, EM ÁREAS RURAIS, DENTRO OU NAS PROXIMIDADES DE SUAS CASAS OU QUANDO VIAJAM. FINALMENTE, NA MAIORIA DOS CASOS, COM O EMPREGO DE ARMAS DE FOGO

JOSÉ YIMER CARTAGENA ÚSUGA



O corpo de José Yimer Cartagena Úsuga foi encontrado ao meio-dia de 11 de janeiro de 2017, em um cercado próximo ao hospital do município de Carepa, em Antioquia Urabá. Ele foi esfaqueado várias vezes e seu corpo mostrava sinais de tortura. José Yimer havia trabalhado, por mais de sete anos, como liderança camponesa no sul do estado de Córdoba, onde, na década de 1990, as FARC e as AUC haviam realizado massacres, sequestros e o deslocamento forçado de comunidades. Desde 2012, ele trabalhava com o movimento “Marcha Patriótica” e

depois ingressou na “Asociación Campesina para o Desenvolvimento do Alto Seno” (Asodecas), da qual foi vice-presidente. José Yimer trabalhava com os agricultores/as, incentivando-os/as a entrar em programas para promover a substituição de cultivos ilícitos, mas também pressionava o governo para impedir a implementação de uma política de erradicação forçada.

BERNARDO CUERO



Em 07 de junho de 2017, Bernardo Cuero estava em casa assistindo a um jogo de futebol em Malambo, na Colômbia, quando dois homens armados entraram e atiraram nele, tendo sua parceira e outros membros da família presenciado o ato. Bernardo Cuero era o “Fiscal” (investigador principal) da Associação Nacional de Afro-Colombianos Deslocados (AFRODES) e representante legal da Associação de Pessoas Deslocadas em Malambo (ADEVIM). Bernardo Cuero participou da 149ª sessão da CIDH em 2013, durante a qual denunciou os riscos postos por grupos

paramilitares a pessoas defensoras de direitos humanos afro-colombianas. Bernardo Cuero foi ele próprio vítima de deslocamento forçado, em 2000, quando teve que deixar Tumaco, na província de Narino, após ser alvo de grupos paramilitares. Desde então, ele havia se tornado alvo frequente de ameaças e tentativas de assassinato. Em 19 de março de 2018, os filhos de Bernardo, Silvio Duban e Javier Bernardo, foram mortos enquanto trabalhavam em seu negócio, em razão de sua campanha por justiça para seu pai.

proximidades de suas casas ou quando viajam. Finalmente, o assassinato desses ativistas é realizado, na maioria dos casos, com o emprego de armas de fogo.⁸⁵

MOTIVAÇÕES DOS ASSASSINATOS

A maioria dos assassinatos de defensoras e defensores de direitos humanos está relacionada a disputas por terras e territórios, surgimento de novos agrupamentos políticos, interesses de mineração ou exploração de outros recursos naturais, tráfico de drogas, microtráfico, cultivos para uso ilícito e programas de substituição desses cultivos. Enquanto isso, o governo colombiano continua a afirmar que esses assassinatos são incidentes isolados, negando o padrão de atuação paramilitar sistemática.⁸⁶ O fracasso do governo em reconhecer e enfrentar essa situação põe em risco o próprio Acordo de Paz.

AÇÃO DO ESTADO, INSUFICIÊNCIA INSTITUCIONAL E FALTA DE UMA RESPOSTA ESTATAL INTEGRADA

Segundo o presidente Santos, seu governo acredita firmemente na proteção de pessoas defensoras de direitos humanos e lideranças comunitárias. Ele declarou publicamente que “não permitiremos a repetição de tragédias como a que ocorreu com a União Patriótica (UP) nos anos 1980 e 1990⁸⁷ [...], não permitiremos que pessoas violentas, intolerantes e criminosas escapem”.⁸⁸ No entanto, o nível de violência experimentado pelas organizações da sociedade civil e pessoas defensoras em geral, bem como os perigos específicos enfrentados por integrantes de comunidades camponesas, comunidades étnicas minoritárias e movimentos de mulheres, mostram a extensão do fracasso do Estado em proteger os direitos humanos na Colômbia.⁸⁹

Nos últimos nove anos, a investigação de crimes contra defensores e defensoras de direitos humanos tem sido uma função isolada do gabinete do Procurador-Geral e é administrada, ou não, a critério do indivíduo que estiver ocupando o cargo. Como resultado, tem havido um completo fracasso por parte desse órgão em desenvolver uma política adequadamente integrada e dotada de recursos. Os esforços para resolver casos pendentes iniciados pela Mesa Nacional de Garantias e apoiados pelo OHCHR (Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos) resultaram em progresso em apenas 13% das investigações iniciadas no último 8 anos. É hora de estabelecer uma nova política dentro dessa entidade que atenda a todas as diretrizes e regulamentos internos, permitindo uma ação efetiva em relação a ataques contra defensores e defensoras de direitos humanos. Uma única política coordenada e administrada pelo gabinete do Procurador-Geral estabeleceria uma resposta unificada, abrangente e quantificável ao surto de mortes. No entanto, um dos problemas do gabinete é que os julgamentos estão espalhados pelo país. Obviamente, a solução não é centralizá-los em Bogotá. A solução ideal seria que esses julgamentos fossem realizados nas regiões correspondentes e que os escritórios regionais da Procuradoria-Geral tivessem recursos técnicos, conceituais e materiais para lidar com essas investigações de maneira eficaz e imparcial.

OUTRO DESAFIO É ELIMINAR A CORRUPÇÃO E A PRESSÃO DE GRUPOS ARMADOS ILEGAIS E OUTROS ATORES LOCAIS QUE POSSAM IMPEDIR A REALIZAÇÃO DE INVESTIGAÇÕES

JUANA BAUTISTA ALMAZO URIANA (EPIAYÚ)



No domingo, 24 de setembro de 2017, Juana Bautista Almazo Uriana deixou seu sítio em uma comunidade indígena Wayuu em Camino Verde, para fazer negócios no centro da vila de Uribia, a cerca de 15 minutos de distância. Quando ela não voltou na hora do almoço, ou mesmo à noite, sua família alertou a polícia e começou uma busca por ela, inclusive pedindo ajuda em várias redes sociais. No dia 26 de setembro, seu corpo foi encontrado, em estado avançado de decomposição, perto da aldeia de El Pájaro, por um grupo de homens que se

dirigiam ao trabalho. Juana Bautista foi uma professora e líder comunitária que se manifestou contundentemente na defesa dos direitos do povo Wayuu.

GONZALO ANTONIO MARTINEZ GUISAO



O líder comunitário e camponês Gonzalo Antonio Martínez Guisao viajava de micro-ônibus, com sua esposa, na cidade de Carepa, departamento de Antioquia, quando o veículo foi interceptado por homens fortemente armados, os quais afirmavam ser membros do grupo paramilitar AGC (Autodefensas Gaitanistas de Colombia). Gonzalo foi retirado do veículo e seu corpo foi encontrado no dia seguinte. Ele havia sido baleado quatro vezes e seu corpo mostrava sinais de tortura. Gonzalo Antonio era presidente do Conselho de Ação Comunitária da vila de

Pechinde e era também membro da Asociación Campesina para el Desarrollo del Alto Sinú (Asodecas). Seus familiares relataram que eles e outras famílias na área se sentem muito ameaçados por causa da atividade paramilitar.

Outro desafio é eliminar a corrupção e a pressão de grupos armados ilegais e outros atores locais que possam impedir a realização de investigações. Isso só será possível através do monitoramento rigoroso desses casos a partir de Bogotá. Paralelamente, o Judiciário como um todo deve se concentrar nos ataques contra pessoas defensoras, já que estes são ataques contra elementos centrais para a construção da democracia e da paz. Instituições como o Ministério da Justiça, os tribunais superiores e os/as vários/as juizes/as em todo o país demonstram uma indiferença acentuada em relação à questão dos crimes contra defensoras e defensores de direitos humanos, e o impacto de sua falta de engajamento é profundamente sentido. Essas instituições devem iniciar discussões sobre esta questão com todos os departamentos relevantes do governo e com os órgãos de monitoramento que já possuem conhecimento detalhado das questões, tais como a Defensoria do Povo em matéria de Direitos Humanos e o gabinete do Procurador-Geral, a fim de coordenar uma estratégia abrangente.

Em 2017, o gabinete do Procurador-Geral avançou como nunca antes nas investigações sobre crimes contra pessoas defensoras e, pela primeira vez na história recente do país, a instituição demonstrou a vontade política de priorizar casos de assassinatos ocorridos desde 2016. No entanto, vale ressaltar que esses chamados “avanços históricos” resultantes da implementação de sua “Estratégia de Investigação e Judicialização de Homicídios contra Defensores de Direitos Humanos”⁹⁰ mostraram que houve progresso em apenas 30% dos casos do ano anterior

A IMPUNIDADE CONTRA-ATACA

O relatório “STOP WARS, *Paran la Guerra contra los Defensores*”,⁹¹ produzido pelo Programa Somos Defensores, sinalizou o fato de que a taxa de impunidade em assassinatos de pessoas defensoras na Colômbia, em 2013, era de 95%. Nos 458 assassinatos de defensores e defensoras ocorridos entre 2009 e 2016, há uma taxa de impunidade de 87%. O progresso limitado alcançado em investigações recentes não está acompanhando o aumento nos assassinatos de pessoas defensoras nos últimos anos. A maioria dos casos permanece no estágio preliminar do inquérito, mesmo oito anos após os assassinatos, assegurando assim, efetivamente, que não haverá mais investigação, já que é praticamente impossível coletar evidências de uma cena de crime ou coletar depoimentos de testemunhas após um intermédio tão longo. Ainda há uma falta de análise estrutural dessa violência, a fim de identificar possíveis padrões entre esses crimes. É imperativo que o governo inicie um sistema abrangente de investigações para garantir que haja mais do que 28 condenações em mais de 450 casos de assassinatos em oito anos. Somente se os dados sobre os casos forem analisados com o mesmo rigor com que os casos são julgados pelos tribunais é que será possível estabelecer,

finalmente, se a violência contra defensores e defensoras de direitos humanos na Colômbia é sistemática ou não. Apesar do que parece ser uma boa notícia, ao comparar esses avanços com dados históricos, fica claro que a impunidade continua a prevalecer como regra geral.

OUTRO ELEMENTO RESULTANTE DO FIM DO CONFLITO COM AS FARC, O QUAL INFLUENCIA EM GRANDE PARTE O AUMENTO DE ASSASSINATOS, É A AUSÊNCIA DO ESTADO E O VAZIO DE DEMOCRACIA LOCAL EM ÁREAS QUE ERAM CONTROLADAS PELAS FARC

O PAPEL DO MINISTÉRIO DO INTERIOR

O Ministro do Interior da Colômbia é o principal ministro do governo em relação aos direitos humanos, com responsabilidade específica de acompanhar a aprovação de

textos legais no Congresso que subsidiam os Acordos de Paz, incluindo as disposições para a proteção dos direitos humanos e do trabalho de pessoas defensoras de direitos humanos. Apesar disso, é evidente que o ministro não foi capaz de cumprir sua obrigação de tomar medidas sobre a questão dos ataques a defensores e defensoras de direitos humanos, tal como estabelecido no Decreto 1066 de 2015.⁹² Em 2017, o Ministro do Interior recebeu o Relatório de Riscos 010-17 da Defensoria do Povo, o qual forneceu um panorama detalhado do perigo enfrentado por mais de 300 organizações sociais em 265 municípios do país.⁹³ Esse documento deveria ter sido analisado e avaliado com vistas a tomar as medidas urgentes necessárias. No entanto, isso foi feito apenas quatro meses após o Relatório de Riscos ter sido recebido pelo Ministério do Interior e, nesse intermédio, dezenas de lideranças comunitárias e pessoas defensoras de direitos humanos foram mortas. Conforme indicado pela Defensoria em um comunicado oficial,⁹⁴ o ministro não fez uso correto desse importante recurso preventivo que poderia ter salvado a vida de muitas lideranças sociais. O ponto importante é que é da exclusiva competência do Ministro do Interior decidir se deve ou não emitir um aviso prévio e enviar as instruções apropriadas às autoridades competentes – algo que simplesmente não foi feito.

PROCESSO DE PAZ E O CAMINHO A SEGUIR

A lenta e difícil implementação do Acordo de Paz incentivou o aumento nos assassinatos de lideranças, como evidenciado pelo fato de que muitas vítimas estiveram ativas na campanha em favor da implementação de um ou mais dos cinco pontos centrais do acordo (Desenvolvimento Rural; Garantias para Participação Política; Fim da Violência; Tráfico de Drogas; Direitos das Vítimas). Outro elemento resultante do fim do conflito com as FARC, o qual influencia em grande parte o aumento de assassinatos, é a ausência do Estado e o vazio de democracia local em áreas que eram controladas pelas FARC. Estas áreas não estão efetivamente sob a tutela das autoridades civis e a presença do Estado limitou-se à presença das forças de segurança. Essas áreas estão atualmente sob disputa de grupos com origens paramilitares; outros guerrilheiros; traficantes de drogas; dissidentes das FARC que não entraram no processo de reintegração ou que entraram e saíram dele; e facções do crime organizado.⁹⁵



Cartaz de uma campanha na Colômbia. O texto principal diz: "Defendemos a área de reserva do Vale do Rio Cimitarra." Isso destaca os atuais problemas ambientais na região.

Uma das mudanças necessárias identificadas no Acordo de Paz é que a justiça deve se tornar mais eficaz, especificamente em relação ao desmantelamento da atividade paramilitar e à prevenção e investigação de ataques contra lideranças sociais e pessoas defensoras de direitos humanos. O anúncio de criação, em 2017, de uma Unidade de Investigações Especiais no gabinete do Procurador-Geral aumentou a esperança de que finalmente haveria um mecanismo estatal efetivo para investigar os assassinatos de pessoas defensoras.⁹⁶ Enquanto se aguarda seu estabelecimento, resta saber se todas essas mudanças ocorrerão ou se, como no caso do mecanismo de proteção estatal para pessoas defensoras,⁹⁷ sua aplicação local definitiva permanecerá mínima e fraca.⁹⁸ Nesse contexto, o papel dos/as juízes/as e dos tribunais na aplicação da justiça é altamente importante em casos de crimes contra pessoas defensoras de direitos humanos. Mesmo que novas iniciativas do Procurador-Geral tenham produzido resultados, a verdade é que, se o sistema de justiça não tiver sido sensibilizado para compreender a legitimidade e importância do trabalho de pessoas defensoras de direitos humanos na construção da paz e da democracia, o progresso será mínimo e esses casos não terão a prioridade exigida pelo contexto político mais amplo.

PROTEÇÃO INDIVIDUAL VS. PROTEÇÃO COLETIVA

Nos últimos oito anos, o Tribunal Constitucional instou repetidamente o governo nacional a implementar um programa de proteção coletiva que, por meio da utilização de uma matriz coletiva de avaliação de riscos, gerencie os riscos de deslocamento forçado e, ao mesmo tempo, lide com outros aspectos do conflito armado interno.⁹⁹ Além disso, em 2017, a terceira seção do Conselho de Estado instou o Presidente da República a proteger as lideranças sociais e suas organizações, dado o alarmante número de ataques e assassinatos. A comunidade de direitos humanos tem instado o governo a implementar uma estratégia de proteção coletiva por muitos anos, não apenas porque já é uma obrigação existente nos programas de proteção atualmente em vigor, mas porque a proteção individual, física e armada não é mais sustentável a nível financeiro, operacional ou político. Conforme o tempo passa, o número de mortes continua aumentando; agora é a hora de construir um sistema de proteção coletiva eficaz.¹⁰⁰

UNIDADE DE INVESTIGAÇÕES ESPECIAIS

De acordo com as disposições do ponto 3.4 do Acordo de Paz, a Unidade de Investigações Especiais destina-se a desenhar estratégias e políticas relacionadas à investigação de assassinatos, atos ou comportamentos contra pessoas defensoras de direitos humanos, movimentos sociais e movimentos políticos; a implementação dos acordos e a construção da paz; a identificação de estruturas criminosas e as redes de apoio sob sua competência; e a análise dos contextos políticos e sociais que permitem o estabelecimento de padrões comuns de agressão.¹⁰¹ Essa unidade deve estar completamente aberta ao diálogo constante com organizações que também documentam violência contra pessoas defensoras de direitos humanos, a fim de incentivar o trabalho conjunto com vistas a reduzir, na medida do possível, a impunidade dos mais de 3.000 casos de violência documentados nos últimos quatro anos. Esta é também uma oportunidade para as pessoas defensoras, na

NO ENTANTO, APESAR DO AMPLO MARCO INSTITUCIONAL DEDICADO À PROTEÇÃO DE DEFENSORES E DEFENSORAS NA COLÔMBIA, A RESPOSTA INSTITUCIONAL CONTINUA A SER FRACA

medida em que um único e fluido canal de comunicação seria estabelecido para concentrar as informações de todas as denúncias de violência contra essas pessoas. É imperativo permitir que esta unidade supere a impunidade, por meio do fornecimento de informações precisas e exatas

PROGRAMA DE SEGURANÇA INTEGRAL

Uma das grandes oportunidades que pode desempenhar um papel de destaque na busca de uma proteção mais ampla para os defensores e defensoras de direitos humanos, suas organizações e comunidades é o recém-criado “Programa Integral de Seguridad y Protección para comunidades y organizaciones, líderes, lideresas, dirigentes, representantes y activistas de organizaciones sociales, populares, étnicas, de mujeres, de género y defensoras de derechos humanos en los territorios” (Programa Integral de Segurança e Proteção para comunidades e organizações, lideranças, dirigentes, representantes e ativistas de organizações sociais, populares, étnicas, de mulheres, de gênero e defensoras de direitos humanos nos territórios).¹⁰² Embora seja demasiado cedo para falar de uma plataforma que ainda não foi formalizada, é verdade que, em termos de implementação do Acordo de Paz, este será o programa-quadro que coordenará grande parte dos esforços de proteção, de uma maneira integral, do Estado colombiano em face de pessoas defensoras, organizações e comunidades.

HORA DE ADOTAR AÇÕES PREVENTIVAS

Vários governos nacionais fizeram esforços significativos para gerar uma estrutura regulatória, adaptar instituições e reunir recursos para enfrentar a situação de risco que pessoas defensoras de direitos humanos enfrentam. No entanto, apesar do amplo marco institucional dedicado à proteção de defensores e defensoras na Colômbia, a resposta institucional continua a ser fraca pelos seguintes motivos: falta de reconhecimento da legitimidade e importância do trabalho de defensores e defensoras, incluindo seu papel-chave na implementação do processo de paz; falta de recursos para enfrentar as causas estruturais que colocam essas pessoas em risco; falta de implementação no nível local de diretrizes e planos nacionais; e falta de um programa de proteção totalmente integrado e com recursos suficientes, o qual coordenaria as atividades de todos os

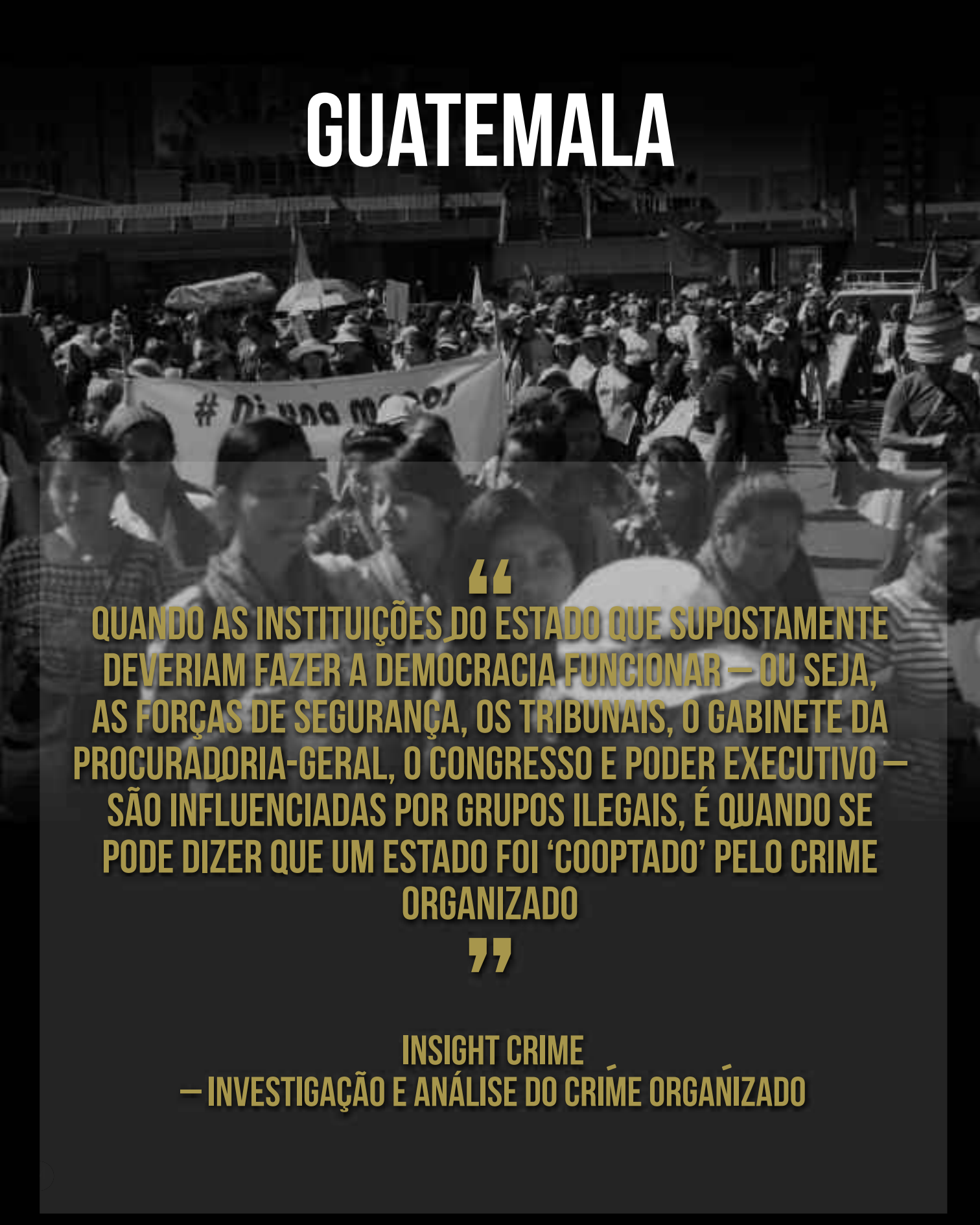
órgãos relevantes para garantir a máxima proteção às pessoas defensoras de direitos humanos. Além disso, tal estratégia deve considerar as diferentes necessidades de vários grupos, levando em conta questões como idade, etnia, gênero e nível socioeconômico.

RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO DA COLÔMBIA

O governo da Colômbia recebeu muitos alertas e está plenamente ciente dos perigos enfrentados por pessoas defensoras de direitos humanos em todo o país. É hora de começar a desenvolver e implementar planos reais de prevenção que tenham liderança política clara nos níveis nacional e local. É uma injustiça que cada vez mais pessoas defensoras são mortas quando existem maneiras de impedir que elas morram. O governo da Colômbia deve

- ❖ Desenvolver uma política integral, no âmbito do gabinete do Procurador-Geral, que reúna todas as diretrizes e regulamentos internos, a fim de garantir que haja um programa de ação adequadamente integrado para proteger as pessoas defensoras de direitos humanos.
- ❖ Realizar uma análise situacional integrada para identificar e processar os autores de ataques.
- ❖ Assegurar que o Ministério do Interior, o gabinete do Procurador-Geral, a polícia nacional, a Unidade Nacional de Proteção e as autoridades regionais e locais se reúnam, de forma coordenada, para implementar os compromissos políticos e técnicos acordados com defensores e defensoras, no que diz respeito à prevenção, proteção e investigação.
- ❖ Garantir que o Poder Judiciário como um todo se concentre na violência contra pessoas defensoras dos direitos humanos, uma vez que essa violência é um ataque aos esforços para construção da democracia e da paz.
- ❖ Iniciar discussões dentro dessas instituições com urgência, em parceria com os órgãos estatais que já realizaram alguns avanços, como os escritórios da Defensoria do Povo em matéria de Direitos Humanos e da Procuradoria-Geral.
- ❖ Tomar medidas efetivas para combater a cultura de estigmatização e as campanhas de difamação contra defensoras e defensores de direitos humanos, que muitas vezes são precursoras de ataques.
- ❖ Projetar e implementar, com participação pública, mudanças estratégicas, institucionais, orçamentárias e operacionais para garantir a segurança dos/as cidadãos/ãs, especialmente em áreas rurais, de acordo com as normas internacionais e a Constituição.

GUATEMALA



“
QUANDO AS INSTITUIÇÕES DO ESTADO QUE SUPOSTAMENTE
DEVERIAM FAZER A DEMOCRACIA FUNCIONAR — OU SEJA,
AS FORÇAS DE SEGURANÇA, OS TRIBUNAIS, O GABINETE DA
PROCURADORIA-GERAL, O CONGRESSO E PODER EXECUTIVO —
SÃO INFLUENCIADAS POR GRUPOS ILEGAIS, É QUANDO SE
PODE DIZER QUE UM ESTADO FOI ‘COOPTADO’ PELO CRIME
ORGANIZADO

”

INSIGHT CRIME
— INVESTIGAÇÃO E ANÁLISE DO CRÍME ORGANIZADO

NA GUATEMALA, UMA CRISE INSTITUCIONAL NO ESTADO SE INTENSIFICOU NOS ÚLTIMOS ANOS,¹⁰³ O QUE levou o país a uma encruzilhada política e social. Começaram os debates entre setores que favorecem a transição de estruturas antigas, violentas e corruptas enraizadas nas instituições estatais e aqueles setores que buscam retornar a um modelo clientelista de privilégio para uma elite econômica pequena, mas poderosa. Esta crise provocou uma série de conflitos que geraram violência contra a população e, mais especificamente, contra aquelas pessoas que defendem os direitos e liberdades fundamentais. Em muitos casos, a ausência de uma forte presença estatal em vastos territórios significou que grupos criminosos organizados, particularmente aqueles envolvidos no tráfico de drogas e no tráfico de pessoas, se estabeleceram e assumiram o controle de comunidades em grandes áreas do país, especialmente próximo às fronteiras. Eles têm conexões próximas com a polícia e o exército, o que significa que estão efetivamente além da lei.¹⁰⁴ Segundo a Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (CICIG), “esses grupos representam um grave perigo ao Estado de Direito e ameaçam minar o progresso arduamente alcançado pelo país no processo de democratização. O Estado enfrenta um sério desafio em seu trabalho para assegurar o Estado de Direito e para proteger os direitos humanos fundamentais, como o direito à vida e à integridade física de cidadãos e cidadãs”.¹⁰⁵

Os 36 anos de guerra civil tiveram um impacto devastador sobre a Guatemala, caracterizado por deslocamentos em massa e graves violações dos direitos humanos, especialmente contra povos indígenas, mulheres e crianças. Para muitas comunidades maias, tortura, assassinatos seletivos, desaparecimentos e deslocamentos foram uma experiência diária.¹⁰⁶ Desde a assinatura dos Acordos de Paz em 1996, houve um certo progresso social e político, mas a maioria dos/as guatemaltecos/as ainda está privada de toda uma gama de direitos humanos básicos. Muitos compromissos dos acordos de paz ainda não foram cumpridos e ainda há enormes problemas de pobreza, ausência de participação social e política e oportunidades econômicas. Uma análise da situação dos direitos humanos na Guatemala, publicada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em dezembro de 2017, detalha como o governo guatemalteco tem sistematicamente deixado de abordar as inúmeras questões de direitos humanos que o país enfrenta: “mais de vinte anos após a assinatura dos Acordos de Paz, vários problemas que geraram o conflito armado interno ainda existem: uma economia que se baseia na concentração do poder econômico nas mãos de poucos, uma estrutura estatal fraca com poucos recursos para a arrecadação de impostos e altos níveis de corrupção. Problemas estruturais como a discriminação racial, a desigualdade social, um profundo nível de pobreza e exclusão e a falta de acesso à justiça constituem obstáculos ao pleno respeito aos direitos humanos na Guatemala”.¹⁰⁷ Setores da população historicamente marginalizados, como mulheres, pessoas LGBTI, crianças e adolescentes, povos e comunidades indígenas e afro-guatemaltecos/as, entre outros, enfrentam obstáculos específicos que limitam seu efetivo acesso à justiça.¹⁰⁸

OS 36 ANOS DE GUERRA CIVIL TIVERAM UM IMPACTO DEVASTADOR SOBRE A GUATEMALA, CARACTERIZADO POR DESLOCAMENTOS EM MASSA E GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS, ESPECIALMENTE CONTRA POVOS INDÍGENAS, MULHERES E CRIANÇAS

Avanços anteriores no sentido de consolidar um sistema de justiça criminal e promover o Estado de Direito enfrentaram grandes obstáculos. Vários casos-chave que trouxeram à justiça os perpetradores das principais violações de direitos humanos continuam estagnados.¹⁰⁹ Entre eles, o Caso Blanco Lapola, envolvendo um ex-diretor da polícia nacional acusado em 2012 de ordenar a execução de supostos criminosos. Cinco anos depois, o caso ainda não foi julgado. No “Caso dos Oficiais Militares Corruptos”, oito ex-funcionários do Ministério da Defesa foram acusados em 2009 de desviar mais de US\$ 70 milhões do governo. Oito anos depois, o caso ainda precisa ser julgado.¹¹⁰ Esses estão entre os casos mais bem documentados, alvos de pressão internacional e com clara evidência de comportamento criminoso, mas permanecem paralisados no sistema por causa da inação oficial.¹¹¹ Esses casos são emblemáticos dos desafios enfrentados por pessoas defensoras de direitos humanos na tentativa de garantir a efetivação da justiça na Guatemala. De particular interesse para defensores e defensoras de direitos humanos é o julgamento do general Rios Montt. O ex-ditador Rios Montt foi acusado em 2012 de genocídio pelo massacre de comunidades maias no início dos anos 1980. Ele foi julgado e condenado em 2013, mas a Suprema Corte anulou o veredicto e ordenou um novo julgamento. Após um atraso de mais de dois anos, um juiz determinou em 2015 que a deterioração da saúde mental de Rios Montt o tornou impróprio para um julgamento regular e ordenou que ele fosse submetido a procedimentos especiais, os quais não permitiam uma condenação. Depois de mais dois anos de atraso, este processo só começou em outubro de 2017. Ele morreu em abril de 2018 enquanto estava sendo julgado à revelia.¹¹²

CORRUPÇÃO E CRIMES COMETIDOS NO PASSADO

O alto nível de impunidade de que gozam os perpetradores de violações de direitos humanos aumenta significativamente os riscos atualmente vivenciados por pessoas defensoras de direitos humanos. Poucos ataques contra defensores e defensoras são investigados e menos ainda

resultam em sentenças. Esta combinação letal de violência potencial, indiferença do Estado com ataques contra defensores e defensoras e a falta de investigações de denúncias cria uma situação em que defensores/as são mortos/as com impunidade. Apesar de uma queda recente no nível geral de impunidade para homicídios na Guatemala, o número ainda permanece inaceitavelmente alto. Entre 1996 e 2006, a Guatemala sofreu com uma taxa geral de impunidade de 95% para todos os homicídios. Desde a formação da Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (CICIG), apoiada pela ONU,¹¹³ essa taxa caiu para 72%.¹¹⁴

Embora a Guatemala tenha feito alguns avanços em casos relativos a direitos humanos e corrupção, principalmente devido à colaboração entre o Ministério Público e a CICIG em 2017,¹¹⁵ o trabalho da CICIG provocou uma forte reação negativa entre funcionários/as públicos/as. O fato de mais de 300 pessoas terem sido detidas em casos de corrupção e mais de 20 militares terem sido implicados em casos de graves violações dos direitos humanos e confrontados com a justiça resultou em muitas testemunhas, familiares, querelantes, co-querelantes (*querellantes adhesivos*), além de advogados/as que os/as representam, tornando-se alvo de violência e atos de agressão orquestrados por grupos operando dentro das prisões. Há problemas adicionais com a intimidação de juízes/as e promotores/as públicos/as e a corrupção dentro do sistema de justiça.¹¹⁶ Essa situação foi exacerbada pela disponibilidade geral de armas de fogo, as atividades do crime organizado e a maneira pela qual as quadrilhas criminosas puderam permear as estruturas políticas e instituições do Estado.¹¹⁷ De acordo com a Insight Crime,¹¹⁸ um órgão de pesquisa especializado no estudo do papel do crime organizado nas Américas Central e do Sul, “quando as instituições do Estado que supostamente deveriam fazer a democracia funcionar – ou seja, as forças de segurança, os tribunais, o gabinete da Procuradoria-Geral, o Congresso e Poder Executivo – são influenciadas por grupos ilegais, é quando se pode dizer que um Estado foi ‘cooptado’ pelo crime organizado”.¹¹⁹

Como resultado da combinação de todos esses elementos, os casos de perseguição e ameaças contra defensores e defensoras de direitos humanos têm aumentado desde que Otto Pérez Molina se tornou presidente, em janeiro de 2012, e continuam com o atual governo do presidente Jimmy Morales. Defensoras e defensores na Guatemala estão sujeitos/as a ameaças de morte, ataques físicos, atos de assédio, vigilância, estigmatização, perseguição judicial, detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados e assassinatos. Muitas das violações são realizadas por estruturas de segurança clandestinas e grupos ilegais. Esse emprego sistêmico de violência direta contra defensores e defensoras de direitos humanos é agravado pela aplicação injusta de processos criminais, a fim de impedir que defensores e defensoras exerçam suas atividades legítimas de direitos humanos. Muitos processos criminais são instaurados pelas autoridades com base em queixas de empresas privadas

relacionadas ao setor de mineração e à construção de represas, acusando defensoras e defensores de crimes como atos de terrorismo, usurpação de terras ou sequestros. Como parte do processo de criminalização, campanhas de difamação e estigmatização foram realizadas por atores estatais e não estatais, particularmente empresas transnacionais e publicações em meios de comunicação de direita. As autoridades estatais continuam publicando declarações e notas à imprensa nas quais fazem acusações infundadas contra defensores e defensoras de direitos humanos.¹²⁰

O AUMENTO DO USO DE DISCURSOS DE ÓDIO E A PREVALÊNCIA DE CAMPANHAS DE DIFAMAÇÃO SÃO FREQUENTEMENTE OS PRECURSORES DE UM ATAQUE DIRETO A UMA PESSOA DEFENSORA DE DIREITOS HUMANOS

SULMA ALEGRIA ROBLES



Sulma Alegria Robles (também conhecida como Evelyn) era uma mulher transexual e defensora de direitos LGBTI. Ela era integrante da Organización de Apoyo a una Sexualidad Integral frente al SIDA - OASIS (Organização de Apoio a uma Sexualidade Integral frente a AIDS). Seu corpo sem vida foi encontrado na sexta-feira, 18 de novembro de 2016, com sinais de tortura e extrema violência física. Em 17 de dezembro de 2005, Sulma sobreviveu a um atentado contra sua vida, supostamente cometido por membros da Policía Nacional Civil. Paulina Marrot, Assistente de Comunicações da OASIS, foi morta nesse ataque. Sulma foi baleada na cabeça e passou um longo tempo no hospital em estado grave. Sulma foi beneficiada com medidas cautelares da Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 2006,

junto com o Diretor Executivo da OASIS, Jorge López Solórzano e outros/as integrantes da organização que haviam sido alvo de ameaças e ataques. Como Sulma era uma testemunha-chave nesse caso, acredita-se que os agressores queriam silenciá-la. A OASIS havia requisitado proteção policial para Sulma e o escritório do Procurador de Direitos Humanos também havia alegadamente solicitado proteção ao Ministério do Interior. No entanto, nenhuma proteção foi fornecida. Várias outras pessoas transgênero profissionais do sexo testemunharam os disparos, mas estão com muito medo de testemunhar, temendo represálias da polícia.

EUGENIO LÓPEZ Y LÓPEZ



Em 23 de junho de 2017, o defensor de direitos humanos Eugenio López y López foi morto a tiros enquanto participava de um protesto de ex-trabalhadores/as da fazenda San Gregorio Piedra Parada, em Coatepeque, Quetzaltenango. Eugenio era membro do movimento de ex-trabalhadores/as da fazenda San Gregorio Piedra Parada. O movimento foi criado em 2008, quando descobriu-se que a propriedade nunca havia pago o seguro social para seus/as 260 trabalhadores/as, apesar de sua obrigação de fazê-lo. O movimento tem lutado desde a sua criação para obter justiça para os/as trabalhadores/as que passaram mais de 30 anos trabalhando na propriedade. Por volta das 6 horas do dia 23 de junho, um grupo de aproximadamente 25 ex-trabalhadores/as da

propriedade e seus parentes se reuniram na estrada que leva a aldeia de Pacayá, para protestar pacificamente por seus direitos. Um homem não identificado veio da propriedade, com parte do rosto coberto, e disparou quatro tiros contra os/as manifestantes. Eugenio López y López foi morto no local, enquanto Israel Méndez Vásquez e Berta López Escobar ficaram gravemente feridos. Defensores/as e organizações de direitos humanos na Guatemala acreditam que o agressor era um membro da segurança privada da propriedade.

AUMENTO DO DISCURSO DE ÓDIO E O IMPACTO EM DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

O aumento do uso de discursos de ódio e a prevalência de campanhas de difamação são frequentemente os precursores de um ataque direto a uma pessoa defensora de direitos humanos. O discurso de ódio tem o efeito de colocar um ponto de interrogação na credibilidade de defensores e defensoras e os/as estigmatiza como alvos. Isso também significa que, quando ocorre um ataque, a morte pode ser explicada como estando ligada a esses outros problemas. Em 2013, a Procuradoria de Direitos Humanos condenou o uso de discurso de ódio e solicitou ao Ministério Público que investigasse Ricardo Méndez Ruiz, diretor da Fundação contra o Terrorismo,¹²¹ por “discurso de ódio com o intuito de degradar, intimidar e promover o preconceito” contra defensores e defensoras de direitos humanos.¹²² Apesar disso, mensagens de ódio continuam circulando nas mídias sociais e na imprensa incitando a violência contra defensores e defensoras. Em 2017, uma série de anúncios pagos apareceu nos principais jornais guatemaltecos, como parte de uma campanha de difamação contra integrantes do Centro de Ação Ambiental, Social e Legal da Guatemala – CALAS (*Centro de Acción Legal, Ambiental y Social de Guatemala*) chamando-os/as de “oponentes” e “manipuladores” que “contaminaram as mentes [da comunidade] com suas mentiras”,¹²³ após a organização questionar a licença da mineradora San Rafael em San Rafael Las Flores. É importante notar que o CALAS tem sido repetidamente alvo de ataques e violência, incluindo ataques fatais e quase fatais, ao longo dos anos, e tais declarações intensificam os riscos para integrantes da organização. Em 2008, Yuri Melini,¹²⁴ Diretor do CALAS, sobreviveu a um atentado contra sua vida, no qual ele foi gravemente ferido. Em 2015, um atirador abriu fogo nos escritórios do CALAS.¹²⁵ Em 12 de novembro de 2016, Jeremy Abraham Barrios Lima, membro da equipe da organização, foi morto a tiros na Cidade da Guatemala.¹²⁶ O discurso do ódio também é usado por funcionários do Estado, como no caso da Presidenta da Suprema Corte, que foi repreendida¹²⁷ por compartilhar uma postagem difamatória no WhatsApp sobre a defensora de direitos humanos Helen Mack, em conexão com um caso que trata de violações históricas de direitos humanos, o qual estava então sob análise perante os tribunais.¹²⁸

O MODELO DE DESENVOLVIMENTO EXTRATIVISTA E SEUS IMPACTOS EM PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

O atual modelo de desenvolvimento na América Latina promove e prioriza o crescimento econômico acima de outras dimensões do desenvolvimento, notadamente a sustentabilidade ambiental, a equidade, a justiça social e o respeito aos direitos humanos. Como resultado dessa abordagem e por causa da corrupção endêmica, empresas têm pressionado cada vez mais os Estados a abrirem territórios à extração de recursos naturais, a megaprojetos e ao agronegócio. Isso coloca pressão sobre ambientes por vezes frágeis e pessoas vulneráveis.¹²⁹ No caso da Guatemala, esse modelo de desenvolvimento caracterizou-se pela concessão de extensas autorizações e licenças extrativistas de mineração; e a apropriação e mal manejo de rios para plantação de monoculturas (em particular a palma africana e a cana-de-açúcar) e geração de energia através de projetos de hidrelétricas de grande escala, cujo produto final é destinado ao mercado internacional.

QUANDO ME AMEAÇAVAM, COSTUMAVAM DIZER QUE ME MATARIAM, MAS QUE ANTES ME ESTUPRARIAM. ELES NÃO DIZIAM ISSO AOS MEUS COLEGAS HOMENS. ESSAS AMEAÇAS SÃO ESPECIFICAMENTE VOLTADAS A MULHERES INDÍGENAS

JEREMY ABRAHAM BARRIOS LIMA



Por volta das 17 horas de 12 de novembro de 2016, o defensor de direitos humanos Jeremy Abraham Barrios Lima foi morto a tiros na Cidade da Guatemala. Nenhum de seus pertences pessoais, telefone celular, carteira ou cartões de crédito foram levados. Jeremy trabalhava como Assistente do Diretor Geral do Centro de Acción Legal Ambiental y Social de Guatemala - CALAS (Centro de Ação Legal Ambiental e Social da Guatemala). O CALAS tem sido ativo na denúncia de abusos cometidos por empresas de mineração na região e trabalha para proteger os direitos ambientais. Jeremy estava encarregado da administração e do gerenciamento de informações confidenciais relacionadas a vários casos legais que o CALAS estava levando a cabo contra poderosas

empresas de mineração, bem como a audiência preliminar em um processo contra o governo. O CALAS tem sido alvo de uma extensa campanha de difamação nos meios de comunicação de direita, bem como tem sido repetidamente alvo de ataques e violência e, em 2008, Yuri Melini, Diretor do CALAS, sobreviveu a um atentado contra a sua vida, no qual ficou gravemente ferido. Em 2015, um atirador abriu fogo nos escritórios do CALAS. Ninguém foi levado à justiça por esses ataques.

BRENDA MARLENI ESTRADA TAMBITO



Em 19 de junho de 2016, a defensora de direitos humanos Brenda Marleni Estrada Tambito foi baleada 5 vezes e morta enquanto dirigia na Cidade da Guatemala. Brenda estava dirigindo pela Zona 1 quando um veículo se emparelhou ao dela. Os ocupantes do veículo abriram fogo. Brenda foi atingida por 5 disparos e morreu no local do ataque. Brenda era integrante da Unión Sindical de Trabajadores de Guatemala – UNSITRAGUA (União Sindical de Trabalhadores da Guatemala) e Subcoordenadora da Comissão de Assistência Jurídica da União. A UNSITRAGUA reúne sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras das indústrias manufatureiras, de serviços e agrícolas, bem como trabalhadores/as autônomos/as e agricultores/as independentes.

Brenda também era filha do advogado Jorge Estrada, um membro de longa data da UNSITRAGUA e defensor de direitos trabalhistas. Atualmente, ele está envolvido na investigação e monitoramento de direitos trabalhistas em várias plantações de banana no departamento de Izabal.

Este modelo não cumpre com as garantias mínimas definidas pelas normas internacionais de direitos humanos, em particular, o direito dos povos indígenas ao consentimento livre, prévio e informado. Isso provocou atos de agressão e violência em todo o país, nos quais pessoas defensoras de direitos humanos foram mortas. Em janeiro de 2017, Sebastián Alonzo, de 72 anos, foi morto a tiros quando atiradores não identificados abriram fogo contra uma manifestação pacífica que protestava em face de um grande projeto hidroelétrico.¹³⁰ Em 26 de junho de 2017, Eugenio López fazia parte de um grupo de ex-trabalhadores/as da Fazenda San Gregorio Piedra Parada que protestava em frente à entrada da propriedade para exigir seus pagamentos da previdência social. Um atirador mascarado se aproximou do grupo de manifestantes e suas famílias e abriu fogo, matando Eugenio instantaneamente.¹³¹ Houve também numerosos casos de criminalização de defensores e defensoras, como o do professor Abelino Chub Caal.¹³² Em 6 de junho de 2017, o juiz do Tribunal Penal de Primeira Instância de Puerto Barrios, Guatemala, determinou que Abelino deveria permanecer detido, embora tanto a defesa quanto a acusação tivessem concordado que nenhuma evidência havia sido encontrada contra o defensor de direitos humanos para justificar as acusações de usurpação agravada de terras e incêndio criminoso. Abelino trabalha com 29 comunidades em Sierra Santa Cruz, Izabal, cujos direitos à terra, ao meio ambiente e à preservação de sua cultura estão ameaçados por interesses da mineração, particularmente as operações da Companhia Guatemalteca de Níquel (CGN) e de fazendeiros. Quando Ronal David Barillas Díaz,¹³³ do povo Xinka, foi morto em janeiro de 2018, o Observatório para a Proteção de Defensores de Direitos Humanos notou que “esses atos estão ocorrendo no contexto de uma alarmante intensificação da gravidade e intensidade dos atos de agressão contra defensores e defensoras de direitos humanos na Guatemala, particularmente nos últimos dois anos”.¹³⁴

RACISMO E VIOLÊNCIA CONTRA DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

As violações são agravadas quando a discriminação de gênero se cruza com a discriminação racial e étnica. Lolita Chávez,¹³⁵ uma defensora de direitos indígenas, explicou: “quando me ameaçavam, costumavam dizer que me matariam, mas que antes me estuprariam. Eles não diziam isso aos meus colegas homens. Essas ameaças são especificamente voltadas a mulheres indígenas. Além disso, há uma forma muito pronunciada de racismo contra nós. Eles se referem a nós como mulheres indígenas rebeldes que não têm nada para fazer e somos consideradas menos humanas”.¹³⁶ Esses ataques ocorrem em meio a um contexto mais generalizado de estigmatização e enfraquecimento do trabalho de defensoras de direitos humanos, especialmente nas mídias sociais. Isso ficou evidente no caso de Iduvina Hernández,¹³⁷ que foi assediada nas mídias sociais em relação ao seu trabalho no caso Molina Theissen, no qual cinco soldados aposentados estavam sendo processados por seu envolvimento no

desaparecimento forçado de Marco Antonio Molina Theissen e na detenção ilegal, tortura e estupro de sua irmã, Emma Guadalupe, 37 anos atrás.¹³⁸

ASSASSINATOS DE PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

O efeito combinado do fracasso em resolver os problemas do passado, as

campanhas de difamação contra defensores e defensoras de direitos humanos, a ausência de sua proteção e a falha em investigar adequadamente os ataques contra elas criaram uma situação na qual os defensores e defensoras são mortos/as com impunidade. Em seus Relatórios Anuais para os anos de 2014,¹³⁹ 2015,¹⁴⁰ 2016,¹⁴¹ e 2017,¹⁴² a Front Defenders reportou que um total combinado de 45 pessoas defensoras foram mortas na Guatemala. Em 2017, a UDEFEGUA também documentou a morte de 41 meninas após um incêndio na casa de acolhida Virgen del Hogar para menores de idade. Elas estavam protestando contra abusos físicos e sexuais no centro, os quais as autoridades falharam em dar uma solução, apesar das inúmeras queixas. Esse fato traria para 86 o número de mortes diretamente atribuíveis ao fracasso do Estado em confrontar os abusos flagrantes aos direitos humanos e os riscos enfrentados por defensoras e defensores. As vítimas incluem jornalistas, povos indígenas, sindicalistas, defensores/as de mecanismos de justiça transicional e aqueles/as que defendem terras, territórios e recursos naturais. Durante 2017, a UDEFEGUA registrou 483 atos de agressão contra pessoas defensoras de direitos humanos, dos quais 131 foram contra aquelas que defendem o meio ambiente, a natureza, os recursos naturais e a água, um aumento em comparação com os 37 atos de agressão perpetrados contra esse mesmo grupo de defensoras e defensores ao longo de 2016. Em 30 de junho de 2017, um grupo de Relatores Especiais das Nações Unidas e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos condenaram os ataques e assassinatos de pessoas defensoras do meio ambiente na Guatemala e ressaltaram que essas pessoas enfrentam “o maior perigo em escala global devido a suas atividades em defesa do território e do meio ambiente, enfrentando os desafios que se originam de projetos de desenvolvimento em larga escala que ameaçam seu direito a um meio ambiente saudável”.¹⁴³

RESPOSTA DO ESTADO

Em 2004, após demandas de grupos nacionais e internacionais da sociedade civil, o governo criou a Unidade de Coordenação para a Proteção dos Defensores de Direitos Humanos, Administradores e Operadores da Justiça, Jornalistas e Comunicadores Sociais (*Unidad Coordinadora de Protección para Defensores de Derechos Humanos, Administradores y Operadores de Justicia, Periodistas y Comunicadores Sociales*) com o objetivo de articular a resposta do Estado aos pedidos de proteção de pessoas defensoras de direitos humanos em situações de risco.¹⁴⁴ Em 2008, essa

O EFEITO COMBINADO DO FRACASSO EM RESOLVER OS PROBLEMAS DO PASSADO, AS CAMPANHAS DE DIFAMAÇÃO CONTRA DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS, A AUSÊNCIA DE SUA PROTEÇÃO E A FALHA EM INVESTIGAR ADEQUADAMENTE OS ATAQUES CONTRA ELAS CRIARAM UMA SITUAÇÃO NA QUAL OS DEFENSORES E DEFENSORAS SÃO MORTOS/AS COM IMPUNIDADE



Mulheres indígenas da Guatemala em uma marcha de protesto no Dia Internacional da Mulher

unidade foi complementada pelo Escritório de Análise de Ataques contra Defensores de Direitos Humanos na Guatemala (*Instancia de Análisis de Ataques Contra Defensores de Derechos Humanos en Guatemala*), para estabelecer e analisar padrões de ataques a pessoas defensoras. No entanto, de acordo com um relatório de 2017 da Anistia Internacional: “apesar do marco regulatório estabelecido na Guatemala para criar órgãos encarregados da proteção de defensores e defensoras, entre outros assuntos de proteção, e visando analisar padrões de ataques contra pessoas defensoras a fim de tomar medidas estruturais para combater as causas de tais ataques, não há uma abordagem sistemática ou coordenada das autoridades para a proteção dos/as defensores/as de direitos humanos. Além da impunidade, entre os principais desafios que as autoridades enfrentam para oferecer proteção efetiva estão a necessidade de: adotar medidas efetivas para combater o mau uso do sistema judiciário contra as pessoas defensoras e acabar com o padrão de estigmatização de seu trabalho”.¹⁴⁵ A Divisão de Proteção de Pessoas e Segurança da Força Nacional de Polícia Civil não documenta ou acompanha suficientemente os casos para avaliar os riscos contínuos e determinar a eficácia das medidas de segurança. Além disso, os processos de análise de riscos nem sempre levam em conta adequadamente a

cultura e o gênero das pessoas defensoras de direitos humanos, ou o contexto social e político geral em que trabalham.¹⁴⁶ O governo da Guatemala respondeu de forma teatral à pressão internacional para lidar com a violência endêmica contra pessoas defensoras. A realidade é que, até o momento, ele não conseguiu oferecer uma proteção eficaz a defensores e defensoras de direitos humanos.

RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO DA GUATEMALA

O governo da Guatemala deve:

- ❖ Reconhecer o papel fundamental das pessoas defensoras de direitos humanos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária na Guatemala.
- ❖ Tomar todas as medidas necessárias, com caráter de urgência, para concluir o processo de consulta pública para o desenvolvimento da “Política Pública para a Proteção de Defensores de Direitos Humanos”, em conformidade com os padrões internacionais.
- ❖ Quando esse processo de consulta ampla e participativa for concluído, a política será aprovada e implementada sem demora.
- ❖ Proporcionar todo o apoio político e financeiro necessário à “Unidad Coordinadora de Protección para Defensores de Derechos Humanos, Administradores y Operadores de Justicia, Periodistas y Comunicadores Sociales”, para ela que possa cumprir seu mandato de proteger defensores e defensoras de direitos humanos em risco.
- ❖ Lidar com as principais causas estruturais que sustentam os riscos enfrentados pelas pessoas defensoras, incluindo a falta de investigações adequadas e a alta taxa de impunidade dos ataques contra elas, bem como a reforma do panorama legislativo em questões relacionadas à terra e ao território.
- ❖ Implementar a Instrução Geral para investigar crimes cometidos contra pessoas defensoras de direitos humanos.
- ❖ Tomar medidas para reforçar as ações da Procuradoria que lida com essas questões.
- ❖ Cumprir os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, o que seria um importante impulso para o Estado guatemalteco executar seu Plano Nacional de Ação sobre o assunto, a fim de reduzir a violência perpetrada por empresas privadas contra pessoas defensoras.
- ❖ Emitir instruções claras ao Procurador-Geral da República sobre os elementos mínimos exigidos antes de iniciar investigações por fraude fiscal, audiências ou a emissão de mandados de prisão, para garantir a igualdade perante a lei de todos/as os/as cidadãos e cidadãs do país, a fim de evitar abuso do sistema legal para a perseguição de pessoas defensoras.

HONDURAS



“

A JÁ FRÁGIL SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM HONDURAS, QUE SOFRE COM ALTOS NÍVEIS DE VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA, DEVE SE DETERIORAR AINDA MAIS, A MENOS QUE HAJA UMA VERDADEIRA RESPONSABILIZAÇÃO PELAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS, E SEJAM EMPREENDIDAS REFORMAS PARA LIDAR COM A PROFUNDA POLARIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO PAÍS

”

**ALTO COMISSÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS,
ZEID RA'AD AL-HUSSEIN**

PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS EM HONDURAS SOFREM EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS, DESAPARECIMENTOS FORÇADOS, tortura, maus-tratos, perseguição judicial, ameaças e estigmatização. Jornalistas, advogados/as, procuradores/as de justiça, defensores/as de direitos das comunidades LGBTI, indígena e afro-hondurenha e os/as que trabalham com questões ambientais e fundiárias estão particularmente em risco.¹⁴⁷ Pessoas defensoras LGBTI em Honduras são duplamente discriminadas. Elas são discriminadas, em primeiro lugar, porque são defensoras de direitos humanos e, em segundo lugar, porque defendem os direitos LGBTI.¹⁴⁸ Jornalistas continuam a enfrentar riscos quando denunciam violações de direitos humanos. Ameaças constantes, assédio e assassinatos de jornalistas levaram muitos/as a se autocensurarem. Desde o golpe militar de 2009, o número de assassinatos, ameaças e atos de intimidação contra pessoas defensoras de direitos de camponeses/as e de direitos ambientais aumentou. Os autores de violações contra defensores e defensoras de direitos ambientais, à terra e indígenas são frequentemente proprietários de terras influentes ou empresas madeireiras.¹⁴⁹

Em 2017, a Comissão da Verdade e Reconciliação, estabelecida em consonância com o Acordo de Tegucigalpa/San José,¹⁵⁰ concluiu que as causas do golpe de Estado em 2009 estavam enraizadas nas profundas desigualdades da sociedade hondurenha, bem como na natureza disfuncional do Estado. A Comissão formulou 84 recomendações para lidar com as fragilidades institucionais e estabeleceu um mapa do caminho para a reconciliação nacional.¹⁵¹ Muitas dessas recomendações ainda não foram implementadas, mas continuam a ser relevantes, em particular no que diz respeito ao fortalecimento da democracia, reforma constitucional, responsabilização pelas violações de direitos humanos e reforma do sistema eleitoral.¹⁵² A Unidade de Acompanhamento da Comissão foi dissolvida pelo governo após a apresentação do seu relatório em 2013.

Crimes violentos estão em ascensão desenfreada em Honduras. Esforços para reformar as instituições responsáveis por prover segurança pública tiveram poucos progressos. Eivados pela corrupção e abuso, o Judiciário e a polícia permanecem em grande parte ineficazes. A impunidade em crimes e violações de direitos humanos é a norma.¹⁵³ Em seu Relatório Anual para 2016, a Comissão Nacional de Direitos Humanos de Honduras (Comisionado Nacional de Derechos Humanos CONADEH)¹⁵⁴ afirmou que “apesar dos avanços institucionais em Honduras, há uma contradição óbvia entre os direitos estabelecidos na Constituição da República, a qual defende, como sua mais alta prioridade, o bem-estar progressivo do povo, e a realidade enfrentada pela maioria dos hondurenhos, que vivem em condições de extrema privação em decorrência da pobreza e exclusão social”.¹⁵⁵

Existem muitas causas para a violência no país, mas o tráfico de drogas e a atividade criminosa de Maras (gângues), alimentados pela pobreza, pela falta de oportunidades e pelo desemprego, desempenham um papel destacado. Tanto os traficantes quanto os líderes de Maras tiram proveito dessa situação, o que facilita o recrutamento forçado de integrantes para as gângues, a fim de realizar suas atividades criminosas. No entanto, o tráfico de drogas e a atividade de gângues não são os únicos fatores que contribuem para a violência e os ataques às pessoas defensoras de direitos humanos em Honduras. O poder político e econômico em Honduras é controlado e manipulado por uma elite enraizada, com ligações estreitas com o exército e os serviços de segurança, que bloqueia iniciativas de reforma para proteger seus próprios interesses e frequentemente está por trás de ataques contra pessoas defensoras de direitos humanos que se opõem a seus projetos.

Em fevereiro de 2018, a Procuradoria-Geral de Honduras e a Asociación para una Sociedad más Justa (ASJ) lançaram uma contestação legal contra uma recente reforma legislativa denunciada pela crítica como um “pacto de impunidade”, “destacando as crescentes tensões entre defensores anticorrupção e as elites enraizadas”.¹⁵⁶ A reforma em questão, aprovada pelo Congresso em 18 de janeiro de 2018, teria bloqueado as investigações sobre alegações de corrupção por períodos de até três anos.¹⁵⁷ Segundo o Carnegie Endowment for Democracy, “não é mais possível pensar em corrupção apenas como feitos iníquos de indivíduos, sejam aquelas pessoas que pagam suborno nas ruas, funcionários/as do governo ou executivos/as de negócios. Em aproximadamente cinco dúzias de países, dos quais Honduras se destaca, a corrupção é o sistema operacional de redes sofisticadas que ligam os criminosos – incluindo assassinos – aos setores público e privado e cujo objetivo principal é maximizar os retornos para integrantes da rede. A corrupção está embutida no funcionamento das instituições desses países”.¹⁵⁸ Em 15 de fevereiro de 2018, o chefe da missão anticorrupção em Honduras da Organização dos Estados Americanos anunciou que renunciaria por falta de apoio das autoridades.¹⁵⁹ É essa combinação de corrupção institucional, nos níveis mais altos, e crime organizado que cria o contexto no qual pessoas defensoras de direitos humanos podem ser mortas com impunidade.

Como resultado do fracasso consistente do governo em lidar com essas questões, nos últimos oito anos Honduras vivenciou seus mais altos níveis de violência na história recente. De acordo com um relatório de 2017 do Fórum Econômico Mundial, Honduras ficou em nono lugar na lista dos 20 países mais perigosos do mundo.¹⁶⁰ Embora a taxa média de homicídios tenha diminuído de 86 mortes violentas por 100.000 habitantes (2011 – 2012) para 59 mortes violentas por 100.000 (2016), isto é mais de nove vezes a média global (de 6,4 mortes violentas por 100.000 habitantes).¹⁶¹ De muitas maneiras, o próprio Estado é a causa da insegurança, devido ao fracasso do sistema de justiça criminal em

EXISTEM MUITAS CAUSAS PARA A VIOLÊNCIA NO PAÍS, MAS O TRÁFICO DE DROGAS E A ATIVIDADE CRIMINOSA DE MARAS (GÂNGUES), ALIMENTADOS PELA POBREZA, PELA FALTA DE OPORTUNIDADES E PELO DESEMPREGO

levar criminosos à justiça e ao uso excessivo da força pela polícia, polícia militar e exército, que muitas vezes operam em conluio com gangues do crime organizado.¹⁶²

USO EXCESSIVO DA FORÇA DURANTE PROTESTOS PACÍFICOS

Um grande motivo de preocupação é o uso excessivo e desnecessário da força pelos órgãos de segurança durante protestos pacíficos.¹⁶³ A resposta do Estado aos protestos sociais tem sido culpar as pessoas defensoras de direitos humanos pela agitação e ameaçar a suspensão do status legal daquelas que “promovem a desestabilização do país”. De acordo com José Ángel Herrera, Diretor Regional do Ministério do Interior, “uma grande parte dos problemas decorrentes da crise política está sendo alimentada por organizações, neste caso algumas ONGs internacionais”.¹⁶⁴ A abordagem de “punho de ferro” do Estado pode ser observada na conduta de integrantes das forças de segurança hondurenhas, particularmente a polícia militar, e seu uso excessivo da força – incluindo força letal – para controlar e dispersar os protestos que ocorreram após as polêmicas eleições presidenciais de novembro de 2017.¹⁶⁵

Segundo um relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos – ACNUDH, pelo menos 22 civis e um policial foram mortos/as durante os protestos, incluindo duas mulheres e duas crianças que morreram como resultado de tiros disparados pelas forças de segurança.¹⁶⁶ Embora alguns/mas manifestantes tenham executado atos violentos, o relatório afirma que “uma análise dos tipos de ferimentos sofridos pelas vítimas indica que as forças de segurança usaram intencionalmente força letal, indo além da ação dissuasora ou das táticas de autodefesa, inclusive, por exemplo, quando os manifestantes estavam fugindo”. Isso ficou evidente no caso de sete vítimas que morreram de ferimentos causados por tiros na cabeça.

Além disso, no contexto desses protestos, o ACNUDH documentou “atos de violência, intimidação e ameaças contra pessoas defensoras de direitos humanos, tanto individual quanto coletivamente. O ACNUDH também documentou violações aos direitos à privacidade e à propriedade, por exemplo, com pessoas defensoras de direitos humanos se tornando alvo de vigilância, sendo seguidas, fotografadas ou tendo seus computadores roubados. Tudo isso está acontecendo no contexto da estigmatização constante de seu trabalho, o que cria uma situação de alto risco para pessoas defensoras”.¹⁶⁷ Em 20 de fevereiro de 2018, o corpo de Luis Fernando Ayala foi encontrado no município de Concepción Sur, no Departamento de Santa Bárbara. Seu corpo, que mostrava múltiplos sinais de tortura, foi mutilado e suas mãos foram decepadas.¹⁶⁸ Luis

Fernando era um ativista ambiental de 16 anos que vinha fazendo campanha contra projetos de mineração na área. Anteriormente, Luis Fernando, junto a outros/as jovens, havia sido hostilizado pela polícia militar por participar de protestos pacíficos para denunciar as irregularidades nas eleições de novembro de 2017. De acordo com o Observatory¹⁶⁹ “esses atos são parte de uma campanha sistemática de ataques públicos, verbais e físicos contra pessoas defensoras de direitos humanos e jornalistas em Honduras, que tem sido exacerbada no contexto atual de crise social e política no país”.¹⁷⁰

HONDURAS CONTINUOU A SER UM DOS PAÍSES MAIS PERIGOSOS DAS AMÉRICAS EM GERAL, ESPECIALMENTE AQUELES QUE TRABALHAM PELA PROTEÇÃO DOS DIREITOS À TERRA E AO TERRITÓRIO, OU PELA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

JOSÉ DE LOS SANTOS SEVILLA



operações ilegais de extração de madeira e mineração, que saquearam seus recursos sem consulta prévia às comunidades.

Na manhã de sexta-feira, 17 de fevereiro de 2017, José de los Santos Sevilla, líder do povo indígena Tzolupán, foi morto a tiros em sua casa na comunidade de La Ceiba, em Montaña de la Flor, Francisco Morazán, no centro de Honduras. José de los Santos Sevilla, professor e líder comunitário, estava em casa quando cinco homens fortemente armados invadiram sua residência e atiraram nele várias vezes. José morreu instantaneamente. Por quase uma década, os povos indígenas Tzolupán do norte de Honduras foram ameaçados, criminalizados e mortos por se oporem às

SHERLYN MONTAYA



Transexuais — Bonecas de Arco-íris), que faz parte da Arcoíris e se dedica à discussão e defesa de questões relativas a mulheres transexuais.

Em 4 de abril de 2017, Sherlyn Montoya, defensora de direitos LGBTI e mulher transgênero, foi encontrada morta nos arredores de Tegucigalpa, com o corpo mostrando sinais de tortura. Sherlyn Montoya era integrante da Asociación LGTB Arcoíris (Associação LGBT Arco-íris), uma organização que trabalha por igualdade e justiça para a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexo (LGBTI) em Honduras. A defensora de direitos humanos também era integrante do Grupo de Mujeres Transexuales - Muñecas de Arcoíris (Grupo de Mulheres

ASSASSINATOS SELETIVOS DE PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

Evidências adicionais sugerem que o exército e a polícia responderam aos protestos perseguindo as supostas lideranças do movimento. Em 22 de janeiro de 2018, o defensor de direitos humanos Ramón Fiallos foi morto quando a polícia abriu fogo durante um protesto de rua realizado contra os resultados eleitorais no município de Arizona, Departamento de Atlántida. Ramón Fiallos¹⁷¹ era o Coordenador Comunitário do El Retiro MADJ¹⁷² (Movimiento Amplio que lucha contra la corrupción y para el bien manejo de los recursos naturales del país - Movimento amplo que luta contra a corrupção e para a gestão sustentável dos recursos naturais do país) e era conhecido por sua liderança e trabalho em direitos ambientais e sociais. Em 23 de janeiro de 2018, Geovanny Díaz Cárcamo¹⁷³ foi encontrado morto em uma parte isolada de Pajuiles, no município de Tela Atlántida. Geovanny era um ativo defensor de direitos humanos e também era membro do MADJ. Ele foi tirado de sua casa por soldados aproximadamente às 4:00 horas, sem mandado de prisão, e foi encontrado morto mais tarde no mesmo dia.

Independentemente da violência ligada à repressão aos protestos contra supostas fraudes eleitorais, Honduras continua sendo um dos países mais perigosos das Américas, em geral, para defensoras e defensores de direitos humanos, especialmente aqueles/as que trabalham pela proteção dos direitos à terra e ao território e pela proteção do meio ambiente.¹⁷⁴ As pessoas defensoras que trabalham nessas questões são vistas como antidesenvolvimentistas e percebidas como obstáculo à exploração dos recursos econômicos do país. Elas são alvos de campanhas difamatórias, orquestradas por atores estatais e não estatais para desacreditar seu trabalho. Elas são frequentemente intimidadas, ameaçadas e atacadas. Em junho de 2017, integrantes do Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras - COPINH) foram alvo de um ataque armado quando retornavam de uma reunião. O COPINH é uma organização indígena Lenca que representa 200 comunidades Lenca nos estados hondurenhos ocidentais de Intibuca, Lempira, La Paz e Santa Bárbara. O Conselho defende as comunidades e seus recursos naturais em face de desmatamento, represas, projetos de mineração e outros megaprojetos que destruiriam seu modo de vida e o meio ambiente. Há contínuos ataques, ameaças e intimidações contra integrantes do COPINH e seus/as apoiadores/as, os quais se intensificaram após o assassinato de Berta Cáceres¹⁷⁵ em 3 de março de 2016.

No dia 15 de março de 2016, o colega de Berta, Nelson García, também foi morto a tiros e em 14 de outubro de 2016 houve um atentado contra a vida dos líderes do COPINH, Alexander García e Tomás Gómez Membreño, em dois incidentes separados.¹⁷⁶ ONGs locais confirmaram que tentativas legais de exigir reparação pelos ataques e assassinatos foram adiadas ou bloqueadas, como forma de atingir as pessoas defensoras de direitos humanos e forçá-las a abandonar sua luta. A maioria dos ataques contra defensores e defensoras permanece sem solução, em razão dos múltiplos obstáculos enfrentados durante o processo de investigação e julgamento. Embora o Sistema Nacional de Proteção para Pessoas Defensoras de Direitos Humanos, Jornalistas, Comunicadores Sociais e Operadores de Justiça¹⁷⁷ tenha contribuído para alguns avanços na proteção de pessoas defensoras dos direitos humanos, os esforços para implementar um sistema de proteção adequadamente organizado e financiado para defensores e defensoras progrediram pouco.

ATAQUES CONTRA JORNALISTAS SÃO CRIMES CONTRA A SOCIEDADE COMO UM TODO ... SEM REPÓRTERES PARA DOCUMENTAR ABUSOS, ALERTAR O PÚBLICO E DENUNCIAR INJUSTIÇAS, OS VIOLADORES DE DIREITOS HUMANOS TÊM O PODER DE CONTINUAR AMEAÇANDO E MATANDO QUALQUER UM QUE DESEJAREM

SILVINO ZAPATA MARTÍNEZ



Às doze e meia da noite de sábado, 14 de outubro de 2017, Silvino Zapata Martínez foi assassinado em Masca, departamento de Cortés, na costa atlântica hondurenha. Silvino estava saindo de seu restaurante quando dois atiradores dispararam repetidamente contra ele, deixando-o para morrer. Seriamente ferido, Silvino foi levado ao hospital em Cuyamel, mas morreu minutos depois de dar entrada. Silvino, 73 anos, era um respeitado líder da comunidade Garífuna (afrodescendente) e presidente do Conselho de Anciãos da comunidade. Ele havia feito campanha por anos para proteger o meio ambiente e os rios de sua região,

especialmente o rio Masca, onde empresários inescrupulosos, com apoio do governo, planejam construir uma represa hidroelétrica, sem considerar os danos ambientais envolvidos. Silvino e a comunidade conseguiram que o projeto parasse temporariamente, alegando que a empresa não havia realizado a consulta necessária para garantir o Consentimento Prévio, Livre e Informado da comunidade.

BERTA CÁCERES



Berta Cáceres era uma indígena Lenca que trabalhou por mais de 20 anos para defender o território e os direitos do povo Lenca. Em 1993, foi cofundadora do Consejo Cívico de Organizaciones Indígenas Populares — COPINH (Conselho Cívico de Organizações Indígenas Populares), que liderou campanhas contra os megaprojetos. Ela havia desafiado, com sucesso, madeireiras ilegais, donos de plantações, corporações multinacionais e projetos de barragens que cortariam o fornecimento de alimentos e água para as comunidades indígenas. Ela recebeu ameaças de morte, de estupro e de ataque físico. Em 3 de março de 2016, ela foi morta a tiros por

homens armados que invadiram sua casa logo cedo pela manhã, na cidade de La Esperanza. Até agora, nove pessoas foram acusadas de assassinato, incluindo David Castillo Mejía, presidente executivo da empresa que constrói uma represa contra a qual Berta havia feito campanha. Ele é o quarto acusado a ter ligações estreitas com os militares hondurenhos.

Nos relatórios anuais de 2014,¹⁷⁸ 2015,¹⁷⁹ 2016,¹⁸⁰ e 2017¹⁸¹, a Front Line Defenders¹⁸² documentou um total de 64 pessoas defensoras de direitos humanos mortas neste período total de quatro anos, sendo: 17 em 2014, 7 em 2015, 33 em 2016 e 7 em 2017. Em contraste com 2016, o número de pessoas defensoras mortas em 2017 foi significativamente menor; no entanto, isso não significa que tenha havido um aumento no respeito ao direito e obrigação de defender os direitos humanos, mas sim que houve uma mudança nas estratégias usadas para obstruir o trabalho de defensores e defensoras. Recentemente, táticas como criminalização, difamação e estigmatização de pessoas defensoras têm sido usadas para restringir e impedir que elas realizem seu trabalho.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) insta frequentemente o governo a proteger as pessoas que são alvo de intimidação ou ameaças de morte como resultado de seu trabalho na defesa do meio ambiente.¹⁸³ Em seu relatório de 2015 sobre direitos humanos em Honduras, a CIDH descreve dezenas de casos de ataques, ameaças e assédio contra pessoas defensoras de direitos humanos. A Comissão concluiu que “a falta de uma resposta judicial provoca um clima adverso para o seu trabalho”, destacando que a impunidade tem repercussões diretas e graves para o trabalho de defensores e defensoras.¹⁸⁴

O caso de Berta Cáceres engloba os muitos problemas que pessoas defensoras de direitos humanos enfrentam em Honduras. Berta Cáceres, Coordenadora Geral do COPINH, foi assassinada em março de 2016 por homens armados que invadiram sua casa em La Esperanza, departamento de Intibuca. Berta Cáceres foi uma liderança internacionalmente reconhecida por sua campanha contra os impactos à saúde e ao meio ambiente causados pela construção da represa de Água Zarca, no rio Gualcarque. Berta havia relatado 33 ameaças de morte às autoridades e a Comissão Interamericana conclamou o governo a intervir para protegê-la. A polícia não investigou nenhuma das ameaças contra ela antes de seu assassinato. Em maio de 2017, as autoridades prenderam cinco homens por sua suposta participação no assassinato de Berta, incluindo um major do exército e o oficial responsável pelos assuntos sociais e ambientais da empresa contratada para construir a represa de Água Zarca. O promotor afirmou que o assassinato fez parte de uma conspiração da empresa. Em setembro de 2017, uma sexta pessoa foi detida e, em março de 2018, autoridades hondurenhas prenderam Robert David Castillo,¹⁸⁵ Presidente Executivo da Desarrollos Energéticos Ltd (DESA), como o suposto autor intelectual do assassinato de Berta.¹⁸⁶ No entanto, a investigação foi marcada por numerosas irregularidades. Segundo a imprensa local, o arquivo do caso, que continha provas contra vários suspeitos, foi roubado do veículo do juiz em 29 de setembro de 2017. Embora a Suprema Corte de Justiça tenha anunciado que possuía cópias do arquivo, a maneira pela qual o governo lidou o incidente foi duramente criticada.¹⁸⁷ O International Advisory Group, em seu relatório¹⁸⁸ sobre o assassinato de Berta, concluiu que altos executivos e autoridades

hondurenhas haviam coordenado seu assassinato, ressaltando a extensão do conluio entre o Estado e a iniciativa privada no país centro-americano.¹⁸⁹

DEFENSORES E DEFENSORAS LGBTI SÃO MAIS VULNERÁVEIS A SOFRER ATOS DE VIOLÊNCIA POR UMA COMBINAÇÃO DE FATORES RELACIONADOS À PERCEPÇÃO DE SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO, SEU PAPEL COMO DEFENSORES/AS DE DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS QUE ESTÃO DEFENDENDO

causa da crueldade e dos níveis de violência empregados em todos os casos. A falta de estratégias preventivas ou investigativas contribui para a prevalência da impunidade nesses casos. Estima-se que entre 2006 e 2016, aproximadamente 4.787 mulheres morreram em circunstâncias violentas em Honduras. De acordo com o Observatório da Universidade Nacional Autônoma de Honduras (UNAH),¹⁹¹ 468 mulheres foram mortas em 2016 e 389 em 2017. A maioria desses crimes tem um denominador comum, a crueldade e perversidade com que foram perpetrados. Os riscos para as defensoras de direitos humanos é duplo: em nível político, elas são alvo de perseguição por seu trabalho em direitos humanos, mas também o são dentro de suas comunidades e até de suas próprias famílias. Em um período de três meses, de junho a agosto de 2017, IM-Defensoras¹⁹² publicou 14 alertas de ações urgentes referentes a ataques sofridos por defensoras, suas organizações e suas comunidades. A discriminação e a violência baseada em gênero criam riscos adicionais para mulheres ativistas que assumem um papel cada vez maior e mais visível dentro de diferentes movimentos sociais, na vanguarda da luta pela defesa da terra e do território. Entre 2012 e 2016, IM-Defensoras documentou 1.128 ataques e 13 assassinatos de defensoras de direitos humanos em Honduras.¹⁹³

JORNALISTAS

Entre 2001 e agosto de 2017, a Comissão Nacional de Direitos Humanos (CONADEH) registrou a morte violenta de 70 profissionais da mídia. Em apenas 6 desses casos o agressor foi condenado, o que significa que 91% dos casos permanecem sem solução.¹⁹⁴ Os/As jornalistas que correm maior risco são aqueles/as que investigam corrupção governamental, violações de direitos humanos pela polícia militar e por forças de segurança do Estado ou crime organizado. Segundo a diretora-geral da UNESCO, Irina Bokova, “os ataques a jornalistas são crimes contra a sociedade como um todo [...]. Sem repórteres para documentar abusos, alertar o público e denunciar a injustiça, os violadores de direitos humanos têm o poder de continuar ameaçando e matando quem quiserem”.¹⁹⁵

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Segundo a Comissão Nacional de Direitos Humanos,¹⁹⁰ as mortes violentas de mulheres são motivo de preocupação, principalmente por

PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS LGBTI

Segundo o Centro Cattrachas de Monitoramento da Mídia¹⁹⁶ (uma organização feminista lésbica), entre 2009 e 2017, 277 pessoas LGBTI foram mortas em Honduras, incluindo 34 assassinatos em 2017.¹⁹⁷ Dado o nível de violência no país e o clima de impunidade para esses crimes, ser defensor/a de direitos LGBTI em Honduras é excepcionalmente perigoso. Em agosto de 2017, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) instou Honduras a adotar medidas específicas para abordar de maneira adequada e efetiva o padrão de violência contra pessoas defensoras LGBTI.¹⁹⁸ A Comissão continuou a acompanhar numerosos casos de violência perpetrados contra pessoas defensoras LGBTI em Honduras, como o assassinato de Paola Barraza,¹⁹⁹ uma defensora de direitos humanos transgênero e integrante do Conselho de Diretores da Associação Arco-Íris LGBTI, e o assassinato do defensor LGBTI René Martínez,²⁰⁰ que era presidente da Comunidade Gay Sampedrana,²⁰¹ um grupo de incidência LGBTI com sede em San Pedro Sula, que trabalha em todo o norte de Honduras. A Comissão observou que defensores e defensoras LGBTI são mais vulneráveis a sofrer atos de violência por uma combinação de fatores relacionados à percepção de sua orientação sexual e identidade de gênero, seu papel como defensores/as de direitos humanos e os direitos que estão defendendo.²⁰² Arco-Íris²⁰³ é uma organização que presta apoio a pessoas LGBTI vítimas de violência. Ela também trabalha em iniciativas de conscientização, promove programas

de prevenção ao HIV e faz lobby junto ao governo hondurenho para promover os direitos LGBTI no país. Entre junho de 2015 e janeiro de 2016, seis de seus/as integrantes foram mortos/as e vários/as outros/as foram vítimas de ataques físicos, intimidação e ameaças. Em 4 de abril de 2017, Sherlyn Montoya, uma defensora transexual e integrante da Arco-Íris, foi encontrada morta nos arredores de Tegucigalpa e seu corpo mostrava sinais de tortura.²⁰⁴



Oferenda oferecida por membros do COPINH para celebrar Berta Cáceres

© Amnesty International

RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO DE HONDURAS

Segundo o Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad Al Hussein, a situação em Honduras, que já era frágil e sofre com altos níveis de violência e insegurança, provavelmente se deteriorará ainda mais se os responsáveis não forem responsabilizados por essas violações.²⁰⁵ O governo de Honduras deve:

- ❖ Fazer declarações públicas enfáticas reconhecendo o papel legítimo de pessoas defensoras de direitos humanos e comprometer-se a garantir sua proteção.
- ❖ Tomar medidas efetivas para permitir que o governo cumpra sua obrigação internacional de proteger todas as pessoas defensoras de direitos humanos, suas famílias, colegas e comunidades contra ameaças e represálias.
- ❖ Garantir que sejam implementadas medidas de proteção adequadas que respondam aos riscos, contexto, identidade e solicitações específicas de cada indivíduo.
- ❖ Fornecer recursos humanos, financiamento, liderança e apoio político necessários para garantir a implementação efetiva da lei de proteção às pessoas defensoras de direitos humanos e suas regulamentações operacionais.
- ❖ Prover os recursos e o apoio político requeridos pelo Judiciário para processar os autores materiais e intelectuais de ataques contra defensores e defensoras de direitos humanos.
- ❖ Fortalecer o acesso à justiça para as comunidades indígenas e rurais, levando em conta as barreiras geográficas, linguísticas e culturais.
- ❖ Fornecer mais recursos ao escritório do Promotor Especial para Direitos Indígenas (Fiscalía de Etnías).
- ❖ Definir como pretende implementar todas as recomendações recentes da ONU relativas a: proteção de pessoas defensoras de direitos humanos; direito à terra e direitos dos povos indígenas; consulta e consentimento das comunidades; e direitos humanos e empresas.

MÉXICO



**SÃO PARTICULARMENTE PRECUPANTES OS RELATOS DE
DESAPARECIMENTOS, EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS E
TORTURA, BEM COMO A SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA PARA
MULHERES, CRIANÇAS, MIGRANTES, PESSOAS DEFENSORAS
DE DIREITOS HUMANOS E JORNALISTAS, AS QUAIS SÃO
VÍTIMAS DE ASSASSINATOS, DESAPARECIMENTOS,
SEQUESTROS, TORTURA, ASSÉDIO E AMEAÇAS**



COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

LIDERANÇAS MEXICANAS RECENTES EXPUSERAM A NECESSIDADE DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E OPORTUNIDADES para os/as 121 milhões de habitantes do país. Elas buscaram progresso econômico por meio de um pacto abrangente de livre comércio com os Estados Unidos e Canadá, exploração de petróleo, privatização de empresas estatais e reformas em áreas como educação, energia, telecomunicações, mineração e justiça, o que provocou protestos em larga escala. Mas a almejada imagem de um país dinâmico, reformador, à beira da prosperidade, tem sido “esmagada por cenas chocantes de uma terra inundada por violência e injustiça: pesquisas sugerem que os cidadãos relatam apenas menos de dez por cento dos crimes às autoridades. O verdadeiro grau da impunidade no México é impressionante”.²⁰⁶

Enquanto as reformas introduzidas durante o mandato do presidente Calderón deram algum motivo para esperança, o que se vê na prática durante o mandato de seu sucessor, o presidente Peña Nieto, é a criminalização progressiva do protesto social e ataques a pessoas defensoras de direitos humanos.²⁰⁷ A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) reconheceu as reformas significativas introduzidas no México em 2011, incluindo a reforma da Constituição e a recente aprovação de protocolos para investigar casos de tortura e desaparecimento forçado. Apesar desses progressos, a implementação desse programa de reforma encontrou dificuldades e obstáculos institucionais. “A CIDH confirmou um profundo abismo entre a estrutura legislativa e judicial e a realidade cotidiana que milhões de pessoas enfrentam no acesso à justiça, à prevenção da violência e a outras iniciativas públicas. Reiteradamente, a CIDH ouviu de vítimas em todo o país que a administração da justiça é uma ‘simulação’”.²⁰⁸

Apesar dessas reformas tão alardeadas, a situação das pessoas defensoras permaneceu terrível no México em 2017, uma vez que continuaram sujeitas à violência por parte de atores estatais e não-estatais. Grupos vulneráveis incluem jornalistas, pessoas LGBTI, religiosos/as, ambientalistas, indígenas, migrantes e defensores/as de direitos das mulheres. Pessoas defensoras de direitos humanos e jornalistas no México estão sujeitas a intimidação, perseguição judicial, detenções arbitrárias, ameaças de morte, atos de agressão física, desaparecimentos forçados e assassinatos como resultado de suas atividades em defesa dos direitos humanos e do exercício da liberdade de expressão e jornalismo. Desaparecimentos são endêmicos no México, muitas vezes acontecendo em conluio com o Estado. Defensores e defensoras de direitos humanos que trabalham na defesa do território dos povos indígenas são particularmente vulneráveis. Eles/as são criminalizados/as, presos/as, difamados/as e frequentemente mortos/as. Jornalistas que trabalham em qualquer uma dessas questões, ou questões relacionadas ao tráfico de drogas e à cumplicidade do governo, também correm o risco de perder suas vidas. Durante uma visita ao México em janeiro de 2017, o Relator Especial da ONU para a situação de pessoas defensoras de direitos humanos, Michel Forst, declarou que pessoas defensoras “continuam sendo criminalizadas por seu trabalho, recebem ameaças pela internet e mídias sociais, incluindo tentativas de difamar sua identidade e seu papel e frequentemente sofrem prisões arbitrárias e abuso da força por parte das forças de segurança durante protestos pacíficos”.²⁰⁹

A SITUAÇÃO DAS PESSOAS DEFENSORAS PERMANECERU TERRÍVEL NO MÉXICO EM 2017, UMA VEZ QUE CONTINUARAM SUJEITAS À VIOLÊNCIA POR PARTE DE ATORES ESTATAIS E NÃO-ESTATAIS

A atual estratégia socioeconômica do governo do México baseia-se em três elementos: a imposição de um modelo econômico neoliberal, a limitação dos direitos de trabalhadores/as e a criminalização da dissensão.²¹⁰ A necessidade de maximizar a receita do mercado legal, aumentar o benefício para o Estado do mercado ilegal e, no processo, limitar os direitos de trabalhadores/as, salários e horas de descanso, estão no centro da estratégia econômica do governo. Quando combinadas com a privatização de bens e serviços básicos, como alimentos, água e eletricidade, que são indispensáveis para um padrão de vida decente, essas políticas não apenas privam a população de seus recursos naturais e territoriais, mas transformam esses serviços em produtos comerciais que somente aqueles/as com dinheiro podem acessar. Em relação aos direitos humanos, o objetivo claro do governo é rotular aquelas pessoas que se opõem à agenda neoliberal do governo como “inimigas do desenvolvimento”.²¹¹

ASSASSINATOS DE PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

Todos esses elementos criam um contexto no qual ataques e assassinatos de pessoas defensoras de direitos humanos são crimes rotineiros para os quais não há responsabilização. De junho de 2016 a maio de 2017, ocorreram 1.442 ataques a pessoas defensoras no México, o que se traduz em quatro ataques por dia.²¹² Somente nos estados de Chiapas e Oaxaca, duas pessoas defensoras são atacadas diariamente. No período de 2013 a 2018 houve 144 assassinatos de defensores e defensoras, 31 em Oaxaca. Em 2017, 48 pessoas defensoras foram mortas,²¹³ das quais 58% dividiram-se em 4 categorias principais: defensores e defensoras de direitos humanos que defendem a liberdade de expressão e o jornalismo (10), que defendem os direitos dos povos indígenas (6), que defendem o direito à terra/território (6) e que defendem o direito a um padrão de vida decente (6). Os estados que foram responsáveis pelo maior número de assassinatos de defensores/as foram Guerrero (8), Jalisco (6), Oaxaca (6) e Michoacán (6). Vale a pena notar que os assassinatos de pessoas defensoras ocorreram em 16 dos 32 estados, incluindo a Cidade do México. Um destaque desses assassinatos é a sobreposição entre o elemento criminoso e o político. Um exemplo é o assassinato da jornalista Miroslava Breach por um pistoleiro contratado, o qual trabalhava para uma das gangues do narcotráfico e cuja motivação real para o crime foi sua atividade jornalística que ameaçava expor as ligações políticas do tráfico de drogas.²¹⁴

ATAQUES A POVOS INDÍGENAS

Violações sérias de direitos humanos contra povos e comunidades indígenas no México ocorrem em três áreas principais: violência em terras e territórios ancestrais no contexto de megaprojetos, autorizados sem o devido processo legal, a fim de garantir consulta e consentimento livre, prévio e informado; no contexto de reivindicações de títulos legais que afetam suas terras; ou a falta de devido processo legal em casos criminais contra defensores e defensoras de direitos humanos.²¹⁵ Os povos indígenas reiteradamente denunciaram a oferta de concessões estatais a empresas privadas, violando seu direito de consulta prévia. Como resultado da luta por suas terras, houve repetidas tentativas de criminalizar o trabalho de pessoas defensoras de direitos dos povos indígenas, que são vistas como obstáculos ao desenvolvimento econômico do país. Durante sua visita em novembro de 2017 ao México, a Relatora Especial da ONU para os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, referiu-se a “um grave padrão de exclusão e discriminação, que por sua vez reflete a falta de acesso à justiça, entre outras violações de direitos humanos”.²¹⁶ Em 2016 e 2017, 37% das pessoas defensoras de direitos humanos mortas eram ativistas indígenas.²¹⁷ No meio dessa onda de violência, os massacres de Tlatlaya e Ayotzinapa são a ponta de um iceberg de violência, detenções arbitrárias e ataques violentos, incluindo assassinatos de defensores e defensoras. No caso de Tlatlaya, alega-se que oficiais do alto escalão do exército deram ordens por escrito incentivando soldados a matar 22 jovens, supostos/as integrantes de grupos criminosos organizados,²¹⁸ enquanto que, no caso Ayotzinapa, 43 jovens garotos que estudavam em uma faculdade de formação de professores, na cidade rural de Ayotzinapa, haviam ocupado diversos ônibus²¹⁹ na esperança de chegar a uma manifestação, mas foram interceptados pela polícia local e nunca mais foram vistos.²²⁰

ATAQUES A DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

De acordo com IM-Defensoras, “o México é o país mais violento para as defensoras de direitos humanos na Mesoamérica.”²²¹ De 2013 a 2016, isto é, durante o mandato de Enrique Peña Nieto, um total de 1.360 ataques contra defensoras ocorreu, uma média de um por dia”. No mesmo período, pelo menos 22 defensoras foram mortas.²²² Mulheres são alvos específicos de assassinatos em alguns locais. Em Ciudad Juárez, Chihuahua, centenas e possivelmente milhares de mulheres desapareceram e foram assassinadas desde 1993. Muitos corpos de mulheres foram encontrados posteriormente no deserto, muitas vezes tendo sido assassinados de formas brutais. A maioria era pobre e trabalhava em fábricas ou na economia informal; algumas foram estupradas ou mutiladas e muitas mais continuam desaparecidas. Segundo uma fonte, existem razões para

acreditar que houve 4.306 feminicídios no México entre 2006 e 2012,²²³ e a Rede Nacional de Defensoras de Direitos Humanos no México (*Red Nacional de Defensoras de Derechos Humanos en México, RNDDH*) identificou 615 ataques a defensoras de direitos humanos do início de 2012 até 2014, incluindo 36 assassinatos. Na pesquisa de seu relatório de 2016, a CIDH observou: “com relação à situação das defensoras no México, a CIDH emitiu uma série de medidas cautelares destinadas a proteger a vida e a integridade pessoal das mulheres que foram atacadas, ameaçadas e assediadas como consequência direta de seu trabalho. Nesse cenário, a CIDH recebeu informações sobre a falta de implementação oportuna de medidas efetivas de segurança que permitam a

ENTRE 1995 E 2014, HOUVE PELO MENOS 1.218 ASSASSINATOS NO MÉXICO MOTIVADOS POR PRECONCEITO CONTRA INDIVÍDUOS POR CAUSA DE SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL REAL OU PERCEBIDA E/OU IDENTIDADE DE GÊNERO

BERNARDO RANFERI HERNÁNDEZ ACEVEDO



Em 14 de outubro de 2017, o corpo de Bernardo Ranferi Hernández Acevedo foi encontrado nas ferragens de seu carro incendiado, perto de Nejapa, Chilapa de Álvarez, no estado de Guerrero, a meio quilômetro de um posto militar. O líder político foi morto na rodovia Chilapa-Ahuacoutzingo, no centro da cidade de Guerrero, uma região particularmente atingida pela disputa entre grupos criminosos que querem controlar o tráfico e o cultivo da papoula. A polícia foi notificada de um carro em chamas na estrada e, quando chegaram, encontraram o carro incendiado e, dentro dele, os corpos de Bernardo, sua esposa, sua sogra e seu motorista. Ranferi, 64 anos, era um respeitado defensor de direitos humanos que sobrevivera à chamada Guerra Sucia (Guerra Suja) dos anos 1970. Ele foi um crítico ferrenho de Rubén Figueroa, ex-governador de Guerrero, a quem ele acusou de ser responsável pelo assassinato de 17 agricultores em Aguas Blancas em 1995. Como resultado, mais de 35 ordens de detenção foram emitidas contra ele e em 1997 ele foi ao exílio na França por 4 anos. Quando retornou ao México em 2001, dedicou-se a organizar comunidades camponesas e indígenas na defesa de seus direitos.

MEZTLI OMIXOCHITL SARABIA REYNA



Em 29 de junho de 2017, Meztli Omixochitl Sarabia Reyna, defensora de direitos humanos, foi morta no escritório de sua organização em Puebla, no México. Meztli Omixochitl Sarabia Reyna era uma defensora de direitos trabalhistas, integrante da Unión Popular de Vendedores Ambulantes 28 de Octubre — UPVA (União Popular de Vendedores Ambulantes 28 de outubro) e filha do defensor Ruben Sarabia “Simitrio”, cofundador da UPVA. A UPVA é uma organização que defende os direitos dos vendedores ambulantes, os direitos trabalhistas e organiza protestos sobre essas questões. A organização tem enfrentado repressão desde sua fundação, incluindo ataques, ameaças de morte, estigmatização e perseguição judicial. Meztli também estava fazendo campanha por justiça para seu pai, Rubén Sarabia Sánchez, e seus irmãos, Xihuel Sarabia Reyna e Atl Rubén Sarabia Reyna, que foram presos políticos por vários anos. As investigações do governo estão tentando apresentar a ação como um assassinato baseado em uma disputa pessoal, embora o atirador tenha anunciado sua intenção de matá-la na noite anterior ao ataque. .

prevenção de incidentes irreparáveis que possam comprometer a vida e a integridade das pessoas defensoras de direitos humanos e suas famílias. Nesse sentido, ao longo de 2015, a Comissão Interamericana concedeu duas medidas cautelares em favor de três defensoras de direitos humanos que se encontravam supostamente em situação de indefensabilidade”.

ATAQUES A INTEGRANTES DA COMUNIDADE LGBTI

Em 20 de abril de 2017, o corpo do ativista de direitos LGBTI e repórter freelancer, Juan José Roldán, foi encontrado em uma cidade a leste da Cidade do México, mostrando sinais de tortura.²²⁴ Nos cinco anos anteriores, Juan José estava fazendo campanha por melhores testes de HIV no México. Em 20 de maio de 2017, Jennifer López, mais conhecida como Campanita, foi assassinada em Ometepec, estado de Guerrero. Campanita era uma ativista transgênero que estava ativamente envolvida na defesa dos direitos humanos das pessoas LGBTI. Entre 1995 e 2014, houve pelo menos 1.218 assassinatos no México motivados por preconceito contra indivíduos por causa de sua orientação sexual real ou percebida e/ou identidade de gênero, segundo o relatório da Comissão de Cidadãos contra Crimes de Ódio Homofóbicos (CCCCOH). O relatório indica que o maior número desses assassinatos envolveu homens (976), seguido por integrantes da comunidade transgênero, com 226 casos notificados, e mulheres (16). Foi também reportado que mais de 80% dos registros mostram que as vítimas sofreram várias formas de agressão antes de serem mortas. A Comissão observa que houve algumas melhorias na Cidade do México em termos de tolerância a pessoas LGBTI, mas, como destacado por um representante da sociedade civil, “Cidade do México não é o México”, em referência aos estereótipos e preconceitos profundamente enraizados que persistem em muitas partes do país. De acordo com o Centro de Direito Transgênero (*Transgender Law Center*), “as taxas de violência contra as mulheres transgênero estão mais altas do que nunca. Ironicamente, a violência contra a comunidade LGBTI aumentou desde o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo em todo o México, em razão da reação a essas mudanças progressivas na lei”.²²⁵

VIOLÊNCIA IMPLACÁVEL E O CLIMA DE IMPUNIDADE

Pessoas defensoras no México são regularmente submetidas a perseguição judicial e detenção arbitrária. Durante o mandato de seis anos do presidente Felipe Calderón, de 2006 a 2012, houve 999 casos registrados de detenção arbitrária de pessoas defensoras. Nos primeiros quatro anos do mandato do presidente Enrique Peña Nieto, de dezembro de 2012 a maio de 2017, houve 2.449 casos registrados de detenção arbitrária. A diferença é ainda mais gritante quando olhamos para os números de execuções extrajudiciais (EJEs, em espanhol). Durante toda a administração de Calderón, houve 67 casos documentados de EJEs de pessoas defensoras. Desde que o presidente Peña Nieto chegou ao poder em 2012, houve 142 EJEs de pessoas defensoras. Em apenas um ano, de junho de 2016 a maio de 2017, o número de execuções extrajudiciais documentadas de defensores e defensoras de direitos humanos foi de 57. Em outras

EM VEZ DE TOMAR MEDIDAS PARA LIDAR COM AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS, ALTOS FUNCIONÁRIOS SISTEMATICAMENTE NEGAM OU MINIMIZAM A ESCALA E A NATUREZA DOS ASSASSINATOS, TORTURAS E DESAPARECIMENTOS

HUMBERTO MORALES SÁNTIZ



Em 28 de fevereiro, o defensor de direitos humanos Humberto Morales Sántiz foi brutalmente assassinado por um grupo de assaltantes no distrito de Carrizal, Chiapas. Humberto era um estudante de 13 anos, cheio de esperança e ambição de continuar seus estudos. Ele foi alvo porque ele e sua família defenderam ativamente o direito de sua comunidade à terra. Por volta das duas horas da tarde de 28 de fevereiro de 2017, o menino estava pegando lenha na montanha quando foi abordado por um grupo de pessoas armadas que atiraram na cabeça dele. Quando ele não voltou depois de várias horas, sua família ficou preocupada e

organizou uma busca, que levou à descoberta do cadáver. As autoridades locais nunca realizaram exames de balística, antropologia forense ou criminologia, mesmo após a exumação do corpo em meados de 2017. O grupo paramilitar Los Petules, identificado como o autor do crime, não foi chamado para depor; Este grupo tem assediado constantemente as comunidades organizadas. A OCEZ-FNLS, organização social que organiza e defende camponeses que lutam por suas terras e por um modo de vida digno, fez várias denúncias públicas e legais. A família de Humberto vive em uma de suas comunidades organizadas e, portanto, sua execução

significou uma ameaça coletiva aos defensores dos direitos humanos que trabalham pela defesa do direito à terra.

JUAN JOSÉ ROLDÁN ÁVILA

Na manhã de 16 de abril de 2017, o corpo de Juan José Roldán Ávila foi encontrado em uma



estrada de terra no bairro de San Rafael, em Calpulalpan, Tlaxcal. Juan José era um jornalista freelancer e defensor de direitos humanos que defendia os direitos LGBTI. Ele foi espancado até a morte. Seu corpo mostrava sinais de tortura e havia sido queimado com ácido. Juan José Roldán trabalhou como repórter de uma emissora de televisão local em Calpulalpan até 2011. Depois disso, trabalhou como repórter freelancer para vários meios de comunicação e dedicou grande parte de seu tempo à promoção de direitos LGBTI. Ele também foi um defensor dos direitos dos animais. Em 24

de fevereiro de 2017, ele postou no Facebook falando sobre o número de ameaças que vinha recebendo. Juan José foi o sexto jornalista morto no México em pouco mais de três meses.

palavras, naquele ano somente, houve apenas 10 EJs a menos de pessoas defensoras de direitos humanos do que em todo o mandato de seis anos do presidente Calderón.

A natureza dos ataques a pessoas defensoras de direitos humanos mostra um padrão muito claro. Em 2014, a forma mais comum de ataque foram ameaças. Em 2015, a forma mais comum foi perseguição judicial, enquanto no período 2016 e 2017 o maior aumento registrado foi no número de EJs. Desaparecimentos forçados também são uma forma cada vez mais comum de violação dos direitos humanos no México. Nesse mesmo período de 2016 e 2017, 11 pessoas defensoras de direitos humanos desapareceram: cinco foram vítimas de execuções extrajudiciais, três foram posteriormente libertadas e três permanecem desaparecidas.²²⁶ Quando essas duas categorias de ataques são combinadas, fica claro que a tendência é cada vez mais direcionada a ataques violentos diretos contra pessoas defensoras. A aparente queda no número de desaparecimentos forçados não é considerada representativa de qualquer mudança política decisiva para uma maior proteção de defensores e defensoras de direitos humanos, mas sim uma reação automática ao desastre político e à pressão internacional resultante do caso Ayotzinapa, de 2014.

Os assassinatos de pessoas defensoras de direitos humanos ocorrem com quase total impunidade, porque as estruturas políticas e econômicas do Estado foram infiltradas em tal extensão, pelos narcotraficantes e outros elementos criminosos, que o Estado é incapaz e não deseja tomar medidas efetivas em defesa dos direitos humanos. Em agosto de 2016, o governo informou que o paradeiro de mais de 27.000 pessoas desaparecidas desde 2006 permanece desconhecido.²²⁷ Promotores/as de justiça e a polícia rotineiramente não tomam as medidas básicas de investigação para identificar os responsáveis pelos desaparecimentos forçados, muitas vezes dizendo às famílias das pessoas desaparecidas que investiguem por conta própria.²²⁸ As autoridades falharam em identificar restos e partes de corpos encontrados em vários locais, inclusive em sepulturas clandestinas, em todo o país.²²⁹

Há evidências substanciais que indicam que o governo mexicano iniciou uma política de uso de força indiscriminada e extrajudicial como parte da estratégia de segurança do governo para combater o crime organizado. É essa violência sancionada pelo Estado que sustenta o clima de impunidade em que as pessoas defensoras podem ser mortas sem qualquer risco significativo para os perpetradores. A conclusão é que o governo federal adotou uma política implícita que envolvia o uso indiscriminado e extrajudicial de força pública contra qualquer civil que supostamente estivesse relacionado/a com o “crime organizado”, enquanto assegurava quase total impunidade para os/as funcionários/as federais que realizaram tal violência. As pessoas defensoras de direitos humanos são frequentemente presas ou perseguidas com base em alegações espúrias de participação em atividades terroristas ou criminosas.²³⁰

O GOVERNO MEXICANO ENVIAM UMA MENSAGEM DE QUE NÃO HÁ PROBLEMA EM ATACÁ-LOS/AS – ESSENCIALMENTE TORNANDO O GOVERNO CÚMPLICE DOS CRIMES

O governo do México tem utilizado a luta contra o narcotráfico e o crime organizado como uma desculpa para justificar sua incapacidade de lidar com a onda de violência contra defensores e defensoras de direitos humanos.²³¹ O México tem recorrido fortemente às forças armadas para combater a violência relacionada às drogas e ao crime organizado, levando a violações generalizadas de direitos humanos por parte de militares. Dado o clima geral de impunidade para as violações de direitos humanos que já prevalecem no México, a recente introdução da Lei de Segurança Interna (Ley de Seguridad Interior), que ampliará o papel dos militares em operações normais de policiamento, é uma

preocupação especial. Entre 2006 e 2016, a Comissão Nacional de Direitos Humanos do México recebeu quase 10.000 denúncias de abusos de direitos humanos cometidos pelos militares – incluindo mais de 2.000 durante o atual governo. Constatou-se em mais de 100 casos que os militares cometeram sérias violações de direitos humanos, embora a grande maioria desses casos nunca tenha sido totalmente investigada.²³² A impunidade continua sendo a norma para esses abusos.²³³ Em seu relatório de 2016 sobre a situação dos direitos humanos no México, a CIDH afirmou que “são particularmente preocupantes os relatos de desaparecimentos, execuções extrajudiciais e tortura, bem como a situação de insegurança para mulheres, crianças, migrantes, pessoas defensoras de direitos humanos e jornalistas, as quais são vítimas de assassinatos, desaparecimentos, sequestros, tortura, assédio e ameaças”.²³⁴ O relatório da CIDH também afirmou que “a atual crise de graves violações dos direitos humanos no México é, em parte, consequência da impunidade que persiste desde a ‘Guerra Suja’²³⁵ e, até então, ela estimulou a repetição dessas violações”.²³⁶

RESPOSTA DO ESTADO

Em 2012, a pressão da sociedade civil levou o governo a criar um Mecanismo de Proteção para Defensores de Direitos Humanos e Jornalistas. No entanto, o Mecanismo continua a ter um número insuficiente de funcionários/as, o que resulta em medidas de proteção que muitas vezes não são implementadas. Em alguns casos, foi relatado que a mesma unidade policial identificada como agressora era a autoridade designada para fornecer proteção.²³⁷ Até meados de 2016 e desde seu início, ele ofereceu proteção a 333 pessoas, mas também foi criticado por grupos de direitos humanos por sua lentidão e insuficiente compromisso do governo. Em sua análise de abril de 2018 sobre o Mecanismo de Proteção, o *Espacio OSC* (uma rede de 22 organizações da sociedade civil) destacou o fato de que das 58 recomendações feitas ao governo para fortalecer o Mecanismo apenas 2 haviam sido totalmente implementadas, 42 haviam sido parcialmente implementadas e em 14 não houve progresso algum.²³⁸

Em várias ocasiões, no início de 2016, oficiais do governo ou seus aliados atacaram verbalmente pessoas defensoras de direitos humanos, descrevendo-as, sem nenhum fundamento, como integrantes de um grupo “mafioso” que obtinha ganhos financeiros com críticas ao governo.²³⁹



Protesto em razão do assassinato de Javier Valdez

Os funcionários do Estado costumam usar linguagem cifrada para se referir ao trabalho de pessoas defensoras, usando termos como “obstrução de estradas públicas” ou ataques à “riqueza nacional”. Em vez de tomar medidas para lidar com violações de direitos humanos, altos funcionários do governo negam e minimizam consistentemente a escala e a natureza dos assassinatos, torturas e desaparecimentos, além de fazerem afirmações genéricas e infundadas de que as vítimas desses crimes são elas mesmas criminosas. Altos funcionários têm atacado integrantes das Nações Unidas, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, de organizações da sociedade civil e de outros órgãos que destacam essas atrocidades.²⁴⁰

Um relatório de 2017 documentou o uso pelo governo mexicano de software antiterrorista (*Pegasus*) para monitorar as atividades de jornalistas, ativistas anticorrupção e pessoas defensoras de direitos humanos denunciando desaparecimentos forçados e abusos sexuais.²⁴¹ Essa vigilância visava os telefones celulares de defensores e defensoras de direitos humanos, jornalistas e ativistas anticorrupção. O spyware enviava mensagens de texto contendo links maliciosos que permitiam que o Pegasus acessasse qualquer informação armazenada no dispositivo, bem como ativasse o microfone e a câmera sem ser detectado. A resposta imediata do presidente Peña Nieto foi negar qualquer possível envolvimento do governo e pedir o indiciamento daqueles/as que fizeram falsas acusações contra o governo.

O Estado tem como alvo pessoas defensoras de direitos humanos cujos protestos podem afetar a economia e, em particular, grupos ou indivíduos cujo trabalho expõe o fato de que aqueles que ganham com essas violações de direitos humanos são frequentemente agentes estatais envolvidos em abusos de direitos humanos, os quais possuem vínculos com o crime organizado ou se beneficiam da privatização dos recursos naturais.²⁴² Como resultado, há muitos casos de ataques abertos de agentes do Estado contra defensores e defensoras de direitos humanos que se opõem a grandes projetos organizados por grandes empresas. Nesses casos em que as violações de direitos humanos foram cometidas indubitavelmente por agentes do Estado, a resposta oficial é sempre a mesma:

- ❖ negar os fatos;
- ❖ distorcer os fatos para alegar que foi o/a defensor/a que iniciou a violência;
- ❖ acusar terceiros/as desconhecidos/as; e
- ❖ se o agressor é, indubitavelmente, um agente do Estado, afirma-se que foi um incidente isolado por um “elemento nocivo” e que isso não reflete a política do Estado.

A IMPUNIDADE SE TORNOU CAUSA E EFEITO DA INSEGURANÇA GERAL DE PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS NO MÉXICO

É notável que esses supostos “elementos nocivos” que estavam “fora de controle” e “atuando não oficialmente” sempre se comportam da mesma maneira, atacando pessoas cujas atividades de direitos humanos são vistas como ameaças aos interesses do Estado e de seus aliados corporativos.

No México, mecanismos federais e locais para a proteção de pessoas defensoras e jornalistas já existem, incluindo o Mecanismo de Proteção a Defensores dos Direitos Humanos e Jornalistas. As promotorias de justiça em todo o país, incluindo a Procuradoria-Geral, são obrigadas a investigar crimes contra jornalistas e pessoas defensoras de direitos humanos. No entanto, casos recentes demonstram que tais mecanismos não têm sido eficazes na prevenção de ataques contra jornalistas e pessoas defensoras de direitos humanos ou no atendimento de suas necessidades de proteção. A impunidade para esses casos de ataques e crimes antigos perpetua e agrava o ciclo de violência e abuso: quando não há investigações ou consequências sérias para crimes contra jornalistas e defensores/as, o governo mexicano envia uma mensagem de que não há problema em atacá-los/as – essencialmente tornando o governo cúmplice dos crimes.²⁴³

Ao final de sua primeira visita ao México, em janeiro de 2017, o Relator Especial da ONU sobre a situação de pessoas defensoras de direitos humanos, Michel Forst, declarou: “a impunidade se tornou causa e efeito da insegurança geral de pessoas defensoras de direitos humanos no México. A maneira de garantir a segurança de defensores e defensoras de direitos humanos é levar aqueles que tentam prejudicá-los/as à justiça”.²⁴⁴ Em particular, ele instou o governo do México a fortalecer o Mecanismo de Proteção para pessoas defensoras em risco, incluindo pessoas trabalhando em instituições nacionais de direitos humanos. Ele acrescentou: “apesar do fato de que a existência do Mecanismo Nacional contribuiu para prevenir certas violações contra as pessoas defensoras de direitos humanos, ele não tem sido suficiente como uma ferramenta de política pública para transformar o ambiente no qual defensores e defensoras operam. Sua natureza, até o momento, tem sido mais reativa que preventiva. Seu foco tem sido a entrega de medidas de segurança fragmentadas, em vez de adotar uma abordagem mais holística à proteção. Ele não examinou suficientemente as causas na origem do risco. Isso não apenas mina a eficácia de suas medidas de proteção, mas também expõe o Mecanismo Nacional à sobrecarga de sua capacidade devido a um grande número de casos que continuam sem solução”.²⁴⁵

As Nações Unidas e organizações da sociedade civil instaram repetidamente o governo mexicano a fornecer mais recursos ao Mecanismo de Proteção a Defensores dos Direitos Humanos e Jornalistas, para que ele implementasse análises de risco, ampliasse medidas preventivas em mais estados e melhorasse as medidas de proteção, inclusive em uma perspectiva de gênero. Há também a necessidade de o Mecanismo fortalecer a coordenação entre as procuradorias federais e estaduais, a fim de melhorar a investigação de crimes.²⁴⁶ No entanto, procuradores federais têm evitado processar atores estatais e não-estatais por atrocidades. A obstrução à denúncia assumiu várias formas: reclassificando as atrocidades



como delitos menores, atrasando as investigações na confusão burocrática, desencorajando as vítimas a apresentar denúncias e adulterando ou fabricando provas. Isso tem sido possível, em grande parte, porque os serviços forenses e de proteção de testemunhas não são independentes, mas estão localizados dentro das próprias procuradorias e promotorias. Quando pressionados em relação à responsabilização criminal por atrocidades, os governos de Calderón e Peña Nieto demonstraram um padrão de lançamento de iniciativas e reformas com grande fanfarra, apenas para privá-las de recursos e apoio político posteriormente. Vários mecanismos e planos especiais não conseguiram localizar os/as desaparecidos/as e fornecer apoio, representação e reparação às vítimas de crimes.²⁴⁷ “O México possui amplos recursos e capital humano para prevenir, processar e punir com eficácia atrocidades – a maioria cometida pelas próprias forças do Estado. A questão é se o México tem a vontade política para fazê-lo.”²⁴⁸

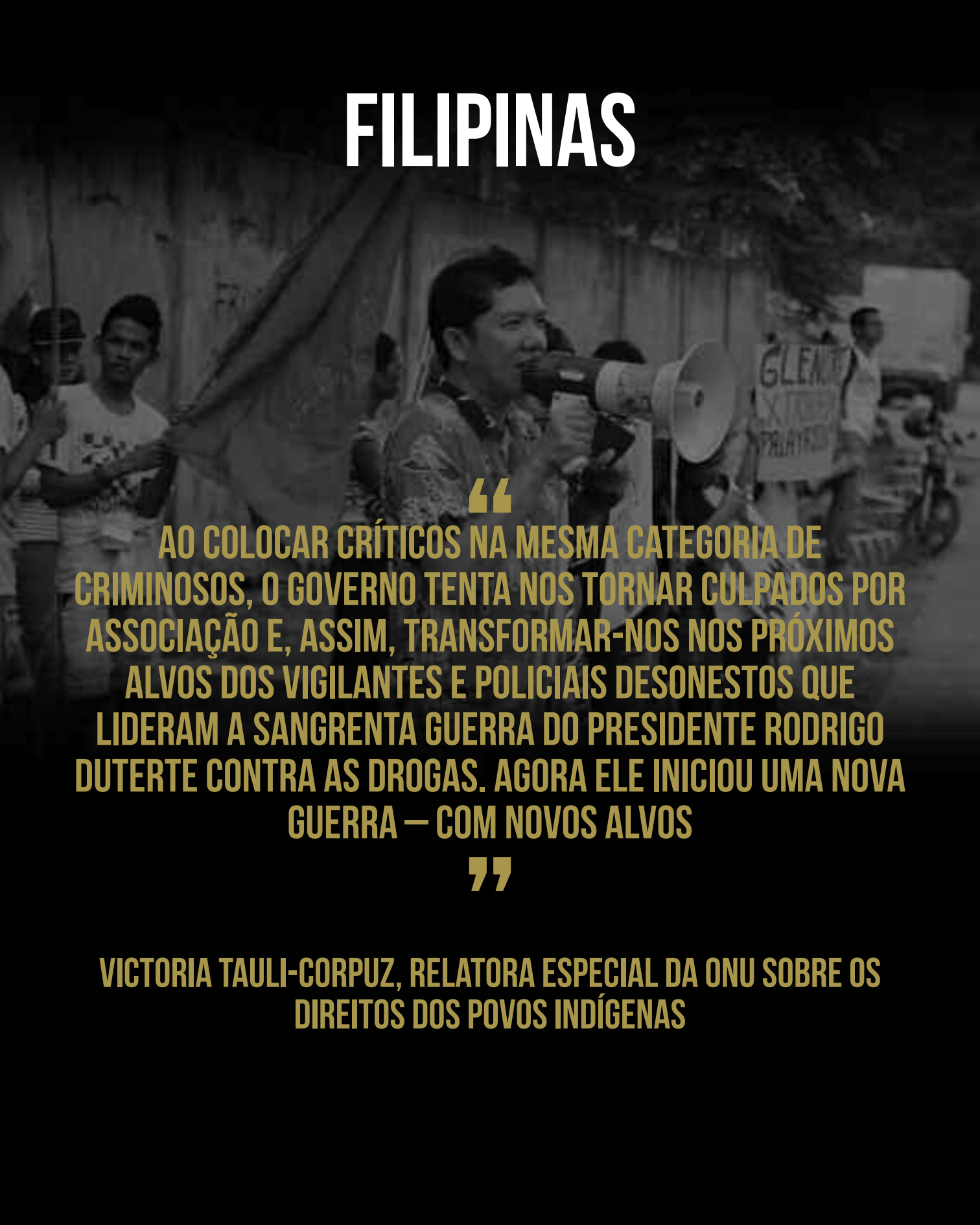
Protesto após o assassinato do prominente jornalista investigativo, Javier Valdez

RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO DO MÉXICO

Para demonstrar vontade política e inspirar esperança genuína para o fim da atual crise de atrocidades e impunidade no México, são necessárias medidas ousadas. O Estado mexicano deve:

- ❖ Implementar as numerosas recomendações de direitos humanos feitas nos últimos anos por vários/as Relatores/as e funcionários/as da ONU, bem como pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- ❖ Implementar as recomendações específicas feitas pelo Relator Especial da ONU sobre a situação de pessoas defensoras de direitos humanos, Michel Forst, após sua primeira visita ao México em janeiro de 2017.²⁴⁹
- ❖ Garantir investigações abrangentes de todas as ameaças às pessoas defensoras de direitos humanos.
- ❖ Assegurar o indiciamento de perpetradores e autores intelectuais de ataques a pessoas defensoras de direitos humanos
- ❖ Fornecer todo o apoio político e recursos financeiros necessários para providenciar um sistema eficaz de proteção às pessoas defensoras de direitos humanos em risco
- ❖ Criar um órgão de investigação com os recursos adequados, com poderes para investigar e documentar de forma independente violações graves de direitos humanos e recomendar o início de investigações legais contra os autores
- ❖ Prestar assistência técnica à Procuradoria-Geral e aos Ministérios Públicos estaduais para permitir que eles realizem investigações abrangentes
- ❖ Produzir relatórios públicos e propostas para a reforma do sistema de justiça e do Estado de Direito no México
- ❖ Reportar sobre o progresso da justiça criminal em casos de desaparecimentos, tortura e assassinatos,
- ❖ Garantir clareza jurídica no processo de reforma legal, classificando as EJE como “um homicídio no qual agentes estatais ou civis participam, com a aquiescência do Estado”.
- ❖ Abordar toda a gama de direitos humanos das vítimas, incluindo: os direitos à justiça, memória, verdade e compensação integral pelos abusos sofridos, bem como medidas estatais para garantir que os abusos não sejam repetidos.

FILIPINAS



“

AO COLOCAR CRÍTICOS NA MESMA CATEGORIA DE CRIMINOSOS, O GOVERNO TENTA NOS TORNAR CULPADOS POR ASSOCIAÇÃO E, ASSIM, TRANSFORMAR-NOS NOS PRÓXIMOS ALVOS DOS VIGILANTES E POLICIAIS DESONESTOS QUE LIDERAM A SANGRENTA GUERRA DO PRESIDENTE RODRIGO DUTERTE CONTRA AS DROGAS. AGORA ELE INICIOU UMA NOVA GUERRA — COM NOVOS ALVOS

”

VICTORIA TAULI-CORPUZ, RELATORA ESPECIAL DA ONU SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

O CLIMA DE IMPUNIDADE QUE PREVALECE NAS FILIPINAS, COMBINADO COM O ENCORAJAMENTO da administração a assassinatos extrajudiciais de supostos usuários de drogas, bem como a linha cada vez mais dura tomada pelo exército em relação à Frente Nacional Democrática das Filipinas, resultou na grave deterioração da situação de pessoas defensoras de direitos humanos no país.²⁵⁰

Desde a eleição do presidente Rodrigo Duterte em maio de 2016, defensores e defensoras de direitos humanos enfrentaram uma onda de assassinatos e violência. A perseguição judicial e a criminalização de pessoas defensoras continuam sendo comuns, com políticos e atores privados, como empresas de mineração, usando o sistema de justiça criminal para silenciar aqueles e aquelas que se opõem a seus interesses. Defensores e defensoras foram acusados/as de crimes violentos ou de serem integrantes do Novo Exército Popular, o braço armado do Partido Comunista. Defensores e defensoras de direitos humanos também relataram casos de monitoramento e vigilância por parte das autoridades de segurança.²⁵¹ De certa forma, esse é o mesmo padrão de abuso de direitos humanos visto nas administrações dos presidentes Arroyo e Aquino, mas o que distingue o governo do presidente Duterte dos regimes anteriores é a natureza explícita e escancarada de seu ataque direto ao Estado de Direito, à mídia independente e às instituições estatais destinadas a proteger os direitos humanos. Esta agenda de combate aos direitos humanos tem sido cada vez mais direcionada às pessoas defensoras de direitos humanos. Em dezembro de 2017, o Movimento em Defesa dos Direitos Humanos e da Dignidade (iDEFEND) e a Aliança Filipina de Defensores de Direitos Humanos (PAHRA, em inglês) condenaram “nos mais fortes termos – o ataque contínuo contra pessoas defensoras de direitos humanos nas Filipinas, que agora é agravado pelas políticas e ações contra os direitos humanos do governo de Duterte, as quais estão criando um ambiente mais hostil para o trabalho em direitos humanos”.²⁵²

Isso levou a “um efeito inibidor na oposição do país, na sequência de ataques contra figuras proeminentes que criticaram as políticas de Duterte, incluindo a prisão de uma das principais críticas ao governo, a senadora Leila de Lima,²⁵³ a remoção do presidente da Suprema Corte de seu cargo e ameaças contra o Procurador-Geral”.²⁵⁴ Ataques à Comissão Nacional de Direitos Humanos também se intensificaram, pois os legisladores a acusam de “aliar-se a supostos criminosos”, no contexto da campanha antidrogas. Os congressistas também causaram alvoroço ao aprovar um orçamento anual para a Comissão de somente US\$ 20,00, tendo posteriormente a decisão sido derrubada no Senado.²⁵⁵ Como resultado, o Índice de Estado de Direito (Rule of Law Index) de 2018 do Projeto World Justice classificou as Filipinas em 88 dos 113 países, visto que o país vivenciou “a queda mais significativa em termos de restrições a poderes do governo, direitos fundamentais, justiça criminal, ordem e segurança”.²⁵⁶

CAMPANHAS DE DESPRESTÍGIO E PERSEGUIÇÃO JUDICIAL CONTRA PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

Essa hostilidade declarada ao trabalho de pessoas defensoras de direitos humanos está alimentando um padrão crescente de assédio e intimidação de defensores e defensoras, incluindo campanhas de desprestígio por parte de autoridades estatais.

As campanhas de desprestígio ou difamação são usadas para minar a credibilidade

de pessoas defensoras de direitos humanos e ajudam a identificá-las como alvos em potencial. Muitas vezes, uma campanha de difamação é a precursora de um ataque direto. Essas campanhas foram reforçadas pelas próprias ameaças do presidente de matar defensores e defensoras de direitos humanos por causa de suas críticas a sua política de atirar para matar na “guerra às drogas”: “Os [defensores de] direitos humanos disseram que eu ordenei os assassinatos. Eu disse a eles: ‘Ok, vamos parar’. Vamos deixar que eles [usuários de drogas] se multipliquem para que, quando chegar a hora da colheita, mais pessoas morram. Vou incluir vocês, porque vocês são a razão pela qual seus números aumentam.”

Esse nível de ameaças aumentou tanto que, durante a sessão de março de 2018 do Conselho de Direitos Humanos da ONU, Elceer Carlos, falando em nome da PAHRA e iDefend, conclamou a ONU a suspender as Filipinas do Conselho de Direitos Humanos e a iniciar uma investigação independente sobre os casos.²⁵⁷ Este apelo foi apoiado por Anistia Internacional, ARTIGO 19, Fórum Asiático pelos Direitos Humanos e Desenvolvimento (FORUM-ASIA), FIDH - Federação Internacional pelos Direitos Humanos, Franciscans International, Serviço Internacional pelos Direitos Humanos (ISHR) e a Organização Mundial contra a Tortura (OMCT). O Presidente Duterte também “encorajou a atirarem em mulheres nas genitais, gabou-se de matar seus inimigos e declarou jornalistas como alvos legítimos de assassinato”.²⁵⁸ Da mesma forma, em 28 de março de 2018, o prefeito de Cebu, Tomas Osmeña, disse em uma entrevista: “O que percebo é que os criminosos não têm mais medo porque possuem direitos humanos e as vítimas não têm direitos humanos. Então o que aconteceu? Assim haverá mais vítimas. A Comissão de Direitos Humanos tem grande parte nisso.”²⁵⁹ O efeito combinado do discurso de ódio pelas autoridades, do endosso presidencial do uso de força letal contra a população civil e do sistema legal ineficaz consolida o clima de impunidade para violações dos direitos humanos e contribui para um ambiente no qual o assassinato de pessoas defensoras de direitos humanos é normalizado.

Além de minar a credibilidade de defensores e defensoras de direitos humanos, as campanhas de desprestígio também são usadas para justificar processos judiciais contra eles/as, ajudando a dar credibilidade a falsas acusações. Pessoas defensoras que desafiam as políticas do presidente Duterte são detidas e encarceradas por meio de acusações forjadas. De acordo com os Missionários Rurais das Filipinas²⁶⁰: “A dissidência no país hoje carrega um preço alto, pois o governo a sistematiza como um ato de terrorismo. O método: plantar armas de fogo e

O QUE DISTINGUE O GOVERNO DO PRESIDENTE DUTERTE DOS REGIMES ANTERIORES É A NATUREZA EXPLÍCITA E ESCANCARADA DE SEU ATAQUE DIRETO AO ESTADO DE DIREITO, À MÍDIA INDEPENDENTE E ÀS INSTITUIÇÕES ESTATAIS DESTINADAS A PROTEGER OS DIREITOS HUMANOS

explosivos e forçar violentamente ativistas a admitirem que são integrantes do Novo Exército do Povo (NPA), o que é facilmente executado pelas forças do Estado – os militares e a polícia. É uma velha tática agravada porque a região de Mindanao foi colocada sob Lei Marcial até 31 de dezembro de 2018”.²⁶¹ Integrantes da equipe dos Missionários Rurais das Filipinas foram também alvo dessa estratégia, por causa de seu apoio a defensores e defensoras. Em março de 2018, Godfrey Palahang, um dos trabalhadores de campo da organização, foi preso e acusado de possuir munição letal.²⁶² Godfrey foi o segundo trabalhador de campo a ser preso sob a acusação de estar ligado ao Partido Comunista do Novo Exército Popular liderado pelas Filipinas.²⁶³ Além disso, sob o Ato de Segurança Humana de 2007, o Tribunal de Apelações pode autorizar agentes do governo a “rastrear, grampear, ouvir, interceptar e gravar comunicações, mensagens, conversas, discussões ou palavras faladas ou escritas de qualquer pessoa suspeita do crime de terrorismo ou do crime de conspiração para cometer terrorismo.”²⁶⁴ Esta legislação com formulação abrangente dá ao governo poderes quase ilimitados para perseguir e assediar defensores e defensoras de direitos humanos.

Declarações recentes de funcionários do governo são particularmente preocupantes, uma vez que eles tentam conectar organizações de direitos humanos ao tráfico de drogas. Em 26 de março de 2018, o Secretário de Relações Exteriores, Alan Cayetano, afirmou que as organizações de direitos humanos “estavam sendo usadas por traficantes”, “inconscientemente”.²⁶⁵ No dia seguinte, o porta-voz presidencial Harry Roque foi além, insinuando que grupos de direitos humanos podem ser parte de “planos de desestabilização” montados por chefes do tráfico contra o governo. Em 28 de março de 2018, um porta-voz da Agência Filipina para o Controle ao Abuso de Drogas (PDEA, em inglês) afirmou que a agência, juntamente à Polícia Nacional das Filipinas (PNP, em inglês), estava “investigando” os vínculos entre cartéis de drogas e grupos de direitos humanos.²⁶⁶ Segundo a Anistia Internacional: “As alegações são a mais recente tentativa perigosa do governo de atacar as pessoas defensoras de direitos humanos e deslegitimar seu trabalho, em vez de garantir a responsabilização por violações generalizadas e sistemáticas de direitos humanos na ‘guerra às drogas’. O governo filipino deve acabar com sua campanha de assédio e intimidação a defensoras e defensores de direitos humanos e se desculpar por suas últimas declarações, as quais colocam em risco a segurança daqueles e daquelas que criticam o governo”.²⁶⁷

ATAQUES A MÍDIA

Em seu Relatório Anual de 2017, a Federação Internacional de Jornalistas classificou as Filipinas como o segundo país mais perigoso do mundo para jornalistas, depois do Iraque.²⁶⁸ Em seu Relatório Anual de 2017, o Comitê para a Proteção de Jornalistas reportou o assassinato de quatro jornalistas nas Filipinas. A retórica hostil em relação a integrantes da mídia pelo presidente Duterte exacerbou ainda mais uma situação já perigosa para jornalistas.²⁶⁹ Por exemplo, poucas semanas depois de sua eleição, o presidente afirmou que “repórteres corruptos não estão livres de serem assassinados”.²⁷⁰ Jornalistas que investigam o papel do governo em execuções extrajudiciais, realizadas como parte de sua guerra contra as drogas, frequentemente enfrentaram perseguição e ameaças de morte. De acordo com o Centro Filipino de Jornalismo Investigativo,²⁷¹ “esses assassinatos, ameaças de morte, tentativas de homicídio, difamações, assédios

EM SEU RELATÓRIO ANUAL DE 2017, A FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE JORNALISTAS CLASSIFICOU AS FILIPINAS COMO O SEGUNDO PAÍS MAIS PERIGOSO DO MUNDO PARA JORNALISTAS, DEPOIS DO IRAQUE

ELISA BADAYOS E ELEUTERIO MOISES



Elisa Badayos, coordenadora regional do grupo de direitos humanos Karapatan, foi assassinada no dia 28 de novembro de 2017, na cidade de Bayawan,

Negros Oriental, quando dois atiradores não identificados abriram fogo contra ela e dois colegas, Eleuterio Moises e Carmen Matarlo. Eleuterio também foi morto, enquanto que Carmen ficou gravemente ferida. Elisa e seus colegas estavam retornando de entrevistas com agricultores/as que tinham sido hostilizados/as por seguranças de um reclamante de terras, o qual está envolvido em uma disputa de terras com as vítimas. A missão de investigação estava averiguando casos reportados de assassinatos, assédio e outras violações de direitos humanos em várias cidades de Negros Oriental. Há evidências que sugerem o possível envolvimento de policiais e outros agentes do Estado no caso.

PADRE MARCELITO “TITO” PAEZ



Em 4 de dezembro de 2017, o padre Marcelito “Tito” Paez, coordenador dos Missionários Rurais das Filipinas no Centro de Luzon, foi morto a tiros em Nueva Ecija. Em 1980, ele havia sido o líder da Aliança de Luzon Central para as Filipinas Soberanas (CLASP, em inglês) e fez campanha pela remoção das bases militares dos EUA nas Filipinas. Ele também foi um ativista antinuclear. O padre aposentado de 72 anos foi atacado quando estava dirigindo para casa depois de facilitar a libertação do preso político Rommel Tucay, na cidade de Cabanatuan.

Em seus 32 anos de serviço na diocese da cidade de San José, padre Marcelito sempre defendeu os direitos humanos dos oprimidos, especialmente no centro de Luzon.

online, ataques a sites, revogação de registro ou negação de renovação de franquias, abusos verbais, repreensões e vigilância policial de jornalistas e agências de mídia – de 30 de junho de 2016 a 1º de maio de 2018 – tornaram a prática do jornalismo um empreendimento ainda mais perigoso sob Duterte”.²⁷²

Em uma ação destinada a atender às preocupações de longa data de jornalistas sobre sua segurança, o presidente Duterte emitiu em outubro de 2017 uma ordem criando o Grupo de Trabalho Presidencial sobre Violações ao Direito à Vida, Liberdade e Segurança de Membros da Mídia, que recebeu o poder de investigar crimes contra jornalistas. No entanto, nenhuma investigação relevante foi iniciada até o final do ano.²⁷³ Como resultado, o assédio e a intimidação à mídia independente continuaram. Em 15 de janeiro de 2018, a Comissão de Valores Mobiliários das Filipinas decidiu que o grupo de mídia on-line Rappler havia violado leis que proíbem a propriedade e controle estrangeiro de mídia local, e decidiu revogar seu registro. A decisão baseou-se em acusações de que o Rappler recebera fundos da Omidyar Network, um fundo criado pelo empresário e fundador do eBay, Pierre Omidyar, para promover sociedades abertas. Maria Ressa, fundadora e editora do Rappler, questionou o que ela e outros do grupo veem como “uma decisão politizada visando sufocar a cobertura jornalística crítica ao governo e às políticas do presidente Rodrigo Duterte, incluindo a campanha letal de ‘guerra às drogas’ que resultou em milhares de mortes”.²⁷⁴ Na ausência de qualquer estrutura formal para investigar os ataques a pessoas defensoras de direitos humanos, a resposta padrão do Estado é negar qualquer envolvimento de seus agentes, difamar as vítimas ou, se houver pressão pública suficiente, prometer uma investigação que nunca se concretizará.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS E ATAQUES A PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

De acordo com a Anistia Internacional, desde que o presidente Duterte assumiu o cargo, estima-se que 12 mil assassinatos extrajudiciais tenham sido relacionados à sua campanha antidrogas,²⁷⁵ enquanto o governo protege de qualquer prestação de contas, por todos os meios possíveis, os criminosos que fazem parte da polícia. O presidente Duterte declarou repetidamente que perdoaria qualquer policial acusado de obedecer às suas ordens.²⁷⁶ Segundo a Anistia Internacional, “o resultado é um país ainda mais perigoso – onde as autoridades violam o Estado de Direito em vez de defendê-lo, onde grupos armados se encorajam e onde as pessoas mais vulneráveis sofrem”.²⁷⁷

Em seu relatório de maio de 2017 ao Conselho de Direitos Humanos, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), “expressou preocupação com a perpetração continuada de execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados. O Escritório se mostrou particularmente preocupado com a proliferação de exércitos privados e grupos de vigilantes que foram parcialmente responsáveis por esses crimes, bem como pelo grande número de armas de fogo ilegais”.²⁷⁸ As execuções extrajudiciais continuam a ser a mais grave ameaça enfrentada por pessoas defensoras de direitos humanos nas Filipinas, onde elas há muito têm sido atacadas/as: 474 pessoas defensoras foram mortas durante a presidência de Arroyo (2001-2010) e 139 durante a presidência de Aquino (2010-2016).²⁷⁹ Essa situação continua no presente. Em seu Relatório Anual cobrindo o período de janeiro a

EM SEU RELATÓRIO ANUAL COBRINDO O PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017, A FRONT LINE DEFENDERS RELATOU O ASSASSINATO DE 60 PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS NAS FILIPINAS, TORNANDO-SE O PAÍS COM O MAIOR NÚMERO DE ASSASSINATOS DE DEFENSORES E DEFENSORAS FORA DAS AMÉRICAS

GLORIA CAPITAN



Em 1 de julho de 2016, a defensora de direitos humanos Gloria Capitan foi morta a tiros por dois homens não identificados na vila de Lucanin, no município de Mariveles, província de Bataan. Desde o início de seu trabalho em oposição a um projeto de mineração e armazenamento de carvão em 2015, Gloria Capitan havia enfrentado intimidações e ameaças de representantes das empresas proprietárias das instalações de carvão. Gloria Capitan era uma das lideranças do Movimento Bataan Livre de Carvão e Presidente da Associação dos Cidadãos Unidos de Lucanin (Samahan ng Nagkakaisang Mamamayan ng Lucanin),

uma organização comunitária que se opõe pacificamente à operação e expansão de usinas e instalações de armazenamento aberto de carvão no bairro de Mariveles, as quais trouxeram consequências danosas para a população local. Como parte de seu trabalho de direitos humanos, Gloria Capitan organizou campanhas, apresentou reclamações na Justiça, coletou assinaturas para petições e iniciou outras ações públicas, exigindo o fechamento permanente do projeto de carvão.

JIMMY SAYPAN



Em 8 de outubro de 2016, Jimmy Saypan, Secretário-Geral da Associação de Agricultores de Compostela (CFA, em inglês), viajou a Montevista para a despedida da “Lakbayang ng Pambansang Minorya”, uma caravana de campanha de minorias nacionais que levavam seu protesto à região metropolitana de Manila. Na manhã de 10 de outubro, Jimmy estava voltando para casa em sua moto quando foi perseguido e baleado três vezes por um atirador, supostamente membro do 66º Batalhão de Infantaria-Exército das Filipinas (IBPA, em inglês). Ele morreu no dia seguinte no Hospital Regional de

Davao. Desde 2012, Jimmy Saypan era um ferrenho defensor antimineração e fez campanha pela descontinuação da exploração mineira na área. Ele também havia feito campanha pela retirada do exército da região de Compostela, com base no fato de que a presença militar apenas resultaria em uma série de violações de direitos humanos e causaria medo na comunidade.

dezembro de 2017, a Front Line Defenders relatou o assassinato de 60 pessoas defensoras de direitos humanos nas Filipinas, tornando-se o país com o maior número de assassinatos de defensores e defensoras fora das Américas.²⁸⁰ Isso foi quase o dobro dos 31 assassinatos de pessoas defensoras de direitos humanos relatados pela Front Line Defenders em seu relatório anual de 2016.²⁸¹ Em duas cartas separadas submetidas a Agnes Callamard, Relatora Especial da ONU sobre execuções extrajudiciais, e Michel Forst, Relator Especial da ONU sobre a situação de pessoas defensoras de direitos humanos, a organização Karapatan²⁸² solicitou a investigação de 25 casos emblemáticos de assassinatos sumários de defensores e defensoras de direitos humanos, cometidos “como parte da intensificação do programa de contrainsurgência do governo”.²⁸³ O programa identifica arbitrariamente indivíduos, grupos e movimentos como “inimigos do Estado” e não faz distinção entre civis armados e desarmados. Enquanto isso, defensoras de direitos humanos estão sob risco aumentado. De acordo com a Associação de Defensoras de Direitos Humanos das Filipinas (Tanggol Bayi), pelo menos 17 defensoras foram mortas entre a posse do presidente Duterte, em junho de 2016, e novembro de 2017.²⁸⁴ O discurso do presidente à AFP, no qual ele aparentemente releva estupros cometidos por soldados durante operações de contrainsurgência,²⁸⁵ aumentou a preocupação com a segurança de defensoras de direitos humanos. Em sua declaração de dezembro de 2017 condenando os ataques a pessoas defensoras de direitos humanos, a Aliança Filipina de Defensores de Direitos Humanos (PAHRA, em inglês) declarou: “Nós, portanto, responsabilizamos o governo de Duterte pela sistemática violência contra defensores e defensoras de direitos humanos que estão realizando um trabalho pacífico e legítimo para fazer mudanças significativas no país. O presidente Duterte deve ser lembrado de que o governo filipino tem a obrigação legal de respeitar os direitos humanos de todos e todas e de se esforçar para proteger todas as pessoas defensoras de direitos humanos sem exceção”.²⁸⁶

ATAQUES A PESSOAS DEFENSORAS DO MEIO AMBIENTE

As Filipinas têm um valor estimado de 840 bilhões de dólares em recursos minerais não explorados, de acordo com o Departamento de Minas e Geociências das Filipinas, que é responsável por permitir que empresas explorem áreas de mineração e iniciem operações.²⁸⁷ Uma alta porção dessas riquezas está em terras pertencentes a povos indígenas, criando assim a base para conflitos entre comunidades locais e empresas de mineração. Hoje as Filipinas são um dos lugares mais mortíferos do mundo para defender o direito a um meio ambiente saudável. Em seu relatório de 2017, intitulado Defensores da Terra (*Defenders of the Earth*), a Global Witness reportou 28 assassinatos de ativistas ambientais em 2016.²⁸⁸ Em seu relatório de 2018, intitulado Guardiões da Floresta (*Guardians of the Forest*), a Global Witness reportou a morte de 41 ativistas

ambientais nas Filipinas.²⁸⁹ A maioria desses assassinatos estava vinculada a lutas contra a mineração e outras indústrias extrativas.²⁹⁰ Teresita Navacilla,²⁹¹ uma defensora de direitos humanos preocupada com o impacto do projeto de mineração King-King no sul de Mindanao, a segunda maior mina de ouro e cobre das Filipinas, foi atacada em razão de seu trabalho e morreu em razão de ferimentos de bala em janeiro de 2016. Em julho de 2016, Gloria Capitán,²⁹² uma expoente defensora do meio ambiente, foi morta a tiros em sua cidade natal Mariveles. Ela fazia oposição ao uso de instalações de armazenamento de carvão e à expansão de uma usina movida a carvão em meio a preocupações sobre os potenciais impactos negativos sobre a saúde e os meios de vida da comunidade local. Até o

momento, ninguém foi responsabilizado por sua morte. Nenita Andes Condez, uma líder indígena subanen de Mindanao, defende seu povo em face de denúncias de violações de direitos humanos e danos ecológicos causados por empresas de mineração canadenses. Em 2017, ela colocou sua vida em risco para visitar o Canadá como parte de uma delegação de lideranças filipinas que buscavam a responsabilização de empresas canadenses e funcionários do governo. Nenita diz que vive sob constante ameaça de morte e atualmente não pode retornar à sua aldeia.²⁹³ Após o assassinato da advogada de direitos humanos e defensora do meio ambiente Mía Mascariñas-Green,²⁹⁴ a PAHRA emitiu uma declaração ressaltando os perigos enfrentados por pessoas defensoras de direitos ambientais: “Os assassinatos de Atty, Mía e muitas pessoas defensoras do meio ambiente, como Gerry Ortega,²⁹⁵ Armin Marin,²⁹⁶ padre Fausto Tentorio,²⁹⁷ entre outras, trazem um alerta implacável para defensores e defensoras de direitos ambientais, em que as probabilidades estão contra eles/as. A impunidade reina na maioria dos casos de ataques e violência contra pessoas defensoras do meio ambiente”. perder. La impunidad reina en la mayoría de los casos de agresiones y violencia contra las personas que defienden los derechos ambientales». ²⁹⁸

ATAQUES A POVOS INDÍGENAS

Segundo a Relatora Especial das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, “a atual militarização de Mindanao está tendo um impacto massivo e potencialmente irreversível sobre os direitos humanos de algumas comunidades indígenas Lumad da ilha. Milhares de Lumad já foram deslocados/as à força pelo conflito e viram suas casas e meios de subsistência serem destruídos. [...] Tememos que a situação se deteriore ainda mais se a extensão da lei marcial, até o final de 2018, resultar em uma militarização ainda maior”.²⁹⁹ Durante uma Cúpula dos Povos Indígenas na cidade de Davao, em 1º de fevereiro de 2018, o Presidente declarou que os Lumad deveriam deixar seus ancestrais domínios, pois ele iria intermediar a atração de investimentos, particularmente em óleo de palma e mineração, para essas terras: “Nós vamos começar agora e amanhã vou dar algo a vocês. Preparem-se para se mudarem” - veio seu aviso enigmático. As lideranças Lumad temem que o assédio que suas comunidades enfrentam se deva a esse plano.³⁰⁰ Nas últimas duas décadas, quase 500.000 hectares em Mindanao foram

NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS, QUASE 500.000 HECTARES EM MINDANAO FORAM INUNDADOS POR MINERAÇÃO EM LARGA ESCALA, AGRONEGÓCIO E PROJETOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA

inundados por mineração em larga escala, agronegócio e projetos de geração de energia. Agora, o movimento é em direção às terras ancestrais dos povos indígenas, que são ricas em recursos naturais, oferecendo aos empresários o potencial para grandes lucros.

Outro elemento de risco é que militares são contratados como seguranças privados para proteger esses projetos e, portanto, é de seu interesse vê-los prosseguir.³⁰¹ Em março de 2018, o Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas expressou “suas graves preocupações com as acusações do governo filipino contra pessoas defensoras de direitos humanos indígenas como sendo afiliadas a grupos terroristas”.³⁰² Isso foi motivado por uma petição apresentada pelo Procurador do Departamento de Justiça, buscando incluir várias pessoas defensoras indígenas em uma lista de mais de 600 indivíduos identificados como “organizações e/ou grupo de pessoas terroristas e ilegais” sob a Lei de Segurança Nacional de 2007.³⁰³ A lista de supostos/as terroristas inclui lideranças indígenas e pessoas defensoras de direitos humanos nacionalmente e internacionalmente renomadas das regiões de Cordillera e Mindanao. Entre elas estão Victoria Tauli-Corpuz, Relatora Especial da ONU sobre os direitos dos povos indígenas, e Jeanette Ribaya Cawiding, Coordenadora Regional em Cordillera da *Alliance of Concerned Teachers* (ACT). Em um editorial publicado no Financial Times em maio de 2018, Victoria Tauli-Corpuz declarou: “Ao colocar críticos na mesma categoria de criminosos, o governo tenta nos tornar culpados por associação e, assim, transformar-nos nos próximos alvos dos vigilantes e policiais desonestos que lideram a sangrenta guerra do presidente Rodrigo Duterte contra as drogas. Agora ele iniciou uma nova guerra – com novos alvos”.³⁰⁴

Em um incidente em dezembro de 2017, oito pessoas da comunidade Lumad foram mortas no que foi inicialmente apresentado como um confronto armado com o exército, mas, de acordo com uma investigação independente conduzida pela igreja filipina e grupos de direitos humanos, foi, na verdade, um massacre. O principal alvo do ataque foi Victor Danyan, morto por ter sido um enfático defensor da reivindicação de sua comunidade em face de uma porção de terra disputada. Parece que Victor foi deliberadamente morto de modo a silenciar a dissensão na área.³⁰⁵ Victor era presidente da Tamasco, um grupo tribal formado em 2006 para recuperar 1.700 hectares de terra ancestral utilizada para plantio de café. A organização também estava protestando contra as operações de mineração de carvão em suas terras ancestrais. As alegações do exército de terem sido alvo de um ataque armado foram desacreditadas pelas evidências coletadas pelo Dr. Benito Molino, um perito forense que disse que “pelo menos 300 cartuchos de munição vazios e intactos de rifles M14 e M16 foram recuperados de vários locais onde os soldados aparentemente dispararam suas armas”.³⁰⁶ Ele concluiu que “não houve confronto – todos os disparos vieram do exército”.³⁰⁷

NOVOS PADRÕES DE OPRESSÃO

O sul das Filipinas tem uma longa história de conflito, com grupos armados, incluindo separatistas islâmicos em Marawi, comunistas, milícias de clãs e grupos criminosos ativos na região de Mindanao.³⁰⁸ Segundo as Nações Unidas, a declaração de lei marcial em Mindanao em 23 de maio de 2017, após confrontos entre forças do governo e militantes islâmicos, somente agravou uma situação de direitos humanos que já se deteriorava.³⁰⁹ Além disso, pelo menos 25 grupos paramilitares com ligações diretas com os militares foram responsáveis por violações de direitos contra os povos Lumad e outras comunidades rurais.

Entre julho de 2016 e dezembro de 2017, a organização filipina de direitos humanos Karapatan³¹⁰ documentou 126 vítimas de assassinatos políticos, a maioria na Região Sul de Mindanao (SMR, em inglês) e 235 tentativas de assassinatos. Em dezembro de 2017, após a violência na cidade de Marawi e a corrente situação de segurança em Mindanao, a Comissão Nacional de Direitos Humanos solicitou ao governo “investigar alegações de saques pelos militares, prisões arbitrárias/ilegais, presença militar em campos de deslocados internos, casos de coleta de dados pessoais de indivíduos, assédio por parte de militares, desaparecimentos forçados, tortura e execuções extrajudiciais”.³¹¹ A Comissão também instou o governo a “responsabilizar os atores estatais e não estatais responsáveis pelas atrocidades cometidas contra os moradores locais”.

IMPUNIDADE: NEGAÇÃO DE JUSTIÇA

Até o momento, o governo das Filipinas tem consistentemente deixado de abordar as violações de direitos humanos do passado, ou de enfrentar os continuados assédios e assassinatos de pessoas defensoras de direitos humanos, além de seu fracasso em abordar a questão das mortes no contexto da guerra contra as drogas. Em julho de 2007, a Suprema Corte das Filipinas tentou assumir um papel mais ativo na defesa dos direitos humanos de cidadãos e cidadãs. Após uma cúpula de dois dias, a “Ação de Amparo”,³¹² que foi descrita pelo ex-presidente da Suprema Corte, Reynato Puno, como “a maior arma legal para proteger os direitos constitucionais de nosso povo”, entrou em vigor.³¹³ Em agosto de 2007, o ex-presidente Puno também decidiu sobre a ação de Habeas Data.

A Ação de Amparo tinha a intenção de impedir que oficiais militares, em procedimentos judiciais, se esquivassem de responsabilização por abusos de direitos humanos simplesmente negando qualquer conhecimento do caso – em petições sobre desaparecimentos ou execuções extrajudiciais –, uma opção que é legalmente permitida nos procedimentos de Habeas Corpus.³¹⁴ O Habeas Data é um recurso disponível para qualquer pessoa cujo direito à privacidade na vida pessoal, liberdade ou segurança seja violado ou ameaçado por um ato ilegal de qualquer oficial ou funcionário, ou ainda indivíduo ou entidade privada, envolvidos na reunião, coleta ou armazenamento de dados ou informações. O Habeas Data funciona como um remédio independente e como complemento ao Habeas Corpus e à Ação de Amparo – ambos os quais visam proteger o direito à vida, à liberdade e à segurança, especialmente das vítimas de crimes com motivação política. No âmbito do Habeas Data, uma pessoa pode obrigar a liberação de informações ou atualizar, retificar, suprimir ou destruir informações de bancos de dados ou arquivos no controle dos

impetrados da ação. Essas medidas legais foram introduzidas em resposta a um alarmante aumento no número de desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais, incluindo assassinatos de pessoas defensoras de direitos humanos, ativistas de esquerda e jornalistas, durante o governo de Arroyo.³¹⁵ Elas foram especificamente planejadas para lidar com as limitações do Habeas Corpus. No entanto, embora esses remédios tenham sido introduzidos pela Suprema Corte, eles permaneceram ineficazes, até hoje, porque as forças armadas negam consistentemente qualquer envolvimento nos assassinatos de pessoas defensoras, além de a Suprema Corte não poder torná-los efetivos por falta de cooperação do Estado. De acordo com o relatório de agosto de 2017 do *Global Impunity Index*, as Filipinas têm a mais alta taxa geral de impunidade para crimes no mundo, com uma pontuação de 75,6% dentre os 69 países estudados.³¹⁶ A experiência das pessoas defensoras de direitos humanos está alinhada com essa estatística, embora a ausência de uma agência estatal centralizada para coletar dados sobre ataques a defensores e defensoras signifique que os relatórios produzidos por organizações da sociedade civil são a única fonte confiável.

De acordo com a Global Witness, “dos 67 assassinatos nas Filipinas de pessoas defensoras de direitos ambientais investigados e documentados por elas, entre 2002 e 2013, apenas 2 perpetradores foram presos por seus crimes”. Em agosto de 2017, Karapatan informou que 40 dos/as seus/as funcionários/as de direitos humanos foram mortos/as pelas forças de segurança do Estado desde 2001,³¹⁷ mas até hoje ninguém foi levado à justiça por nenhum desses assassinatos.³¹⁸ A resposta do governo é ofuscar e negar, como corroborado pela declaração da Human Rights Watch sobre assassinatos no contexto da guerra contra as drogas: “O governo frustrou os esforços da mídia e de outros observadores independentes de manter uma contagem verificável e transparente de tais mortes por meio da divulgação de dados contraditórios”.³¹⁹ Enquanto isso, a Comissão Nacional de Direitos Humanos das Filipinas expressou sua preocupação com a restrição ao devido processo legal: “Todos os seres humanos têm o direito ao devido processo legal nos tribunais. Independentemente de suas circunstâncias, execuções sumárias não são justiça e qualquer afirmação de que suas mortes são merecidas é um sinal da falência do sistema Judiciário”.³²⁰ Diferente da situação em países como Brasil, Colômbia e México, onde o Estado reconheceu sua obrigação de proteger pessoas defensoras de direitos humanos e criou sistemas formais (embora ineficazes) para protegê-las, nas Filipinas ainda não existe um mecanismo formal para a proteção de defensores e defensoras.

A justiça continua distante para vítimas de violações históricas de direitos cometidas pela AFP e grupos paramilitares durante os regimes de Arroyo e Aquino. Os perpetradores do massacre de Lianga, bem como as forças de segurança do Estado responsáveis por EJs (execuções extrajudiciais) de camponeses e povos indígenas, permanecem livres de prisão e julgamento, mesmo quando há um mandado de prisão pendente. Enquanto algumas violações de direitos humanos sob a administração Aquino estão sendo investigadas nos tribunais, processos como o recente

indiciamento de oficiais militares envolvidos na morte de padre Fausto Tentorio, em 2011, são uma ocorrência rara.³²¹ O padre Tentorio era um firme defensor contrário à atividade de mineração e defendeu os direitos dos povos indígenas Lumad. Antes de ser morto, ele havia recebido várias ameaças de morte.³²² Enquanto isso, a longa lista de pessoas defensoras de direitos humanos mortas por causa de seu ativismo pacífico continua a crescer.

A decisão de abril de 2018 da Suprema Corte, ordenando que a Polícia Nacional Filipina (PNP) apresente dados sobre a campanha do governo contra as drogas ilegais³²³ é um passo bem-vindo para garantir a responsabilização, mas o que é necessário é que o governo retire seu apoio à prática

de EJs, reconheça o trabalho legítimo de pessoas defensoras de direitos humanos e introduza uma reforma abrangente do sistema legal. No entanto, mesmo as reformas limitadas introduzidas pelo governo para proteger os direitos humanos, como a Lei Anti-Desaparecimentos Forçados de 2012, a Lei Antitortura de 2009 e a Lei da República no.10368 (também conhecida como Lei de Reparação e Reconhecimento das Vítimas) de 2013, não foram efetivamente implementadas e, na verdade, foram amplamente ignoradas.³²⁴ Desde 2015, a Comissão Nacional de Direitos Humanos tem trabalhado para desenvolver um sistema para documentar violações contra defensores e defensoras de direitos humanos, mas, até hoje, não foi possível encontrar uma maneira de fazer isso funcionar na prática. A causa principal dessa inação é a hostilidade explícita do governo ao trabalho de pessoas defensoras de direitos humanos.

RESPOSTA ESTATAL

Em março de 2018, o presidente Duterte anunciou sua intenção de retirar-se do Tribunal Penal Internacional (TPI) em resposta ao anúncio do TPI de que pretendia iniciar uma investigação preliminar sobre os assassinatos no contexto da guerra contra as drogas.³²⁵ Diante disso, a Comissão Nacional de Direitos Humanos emitiu uma declaração “conclamando o governo, especialmente o setor de segurança, os promotores e os juízes a garantirem que o Estado de Direito prevaleça e que a justiça seja implementada de forma expedita. Transparência, justiça e devido processo legal devem ser primordiais na investigação e julgamento de casos. Isso será para o benefício do Estado, pois mostrará à comunidade internacional que o sistema judiciário filipino é de confiança e está funcionando. Assim, não haverá razão para o TPI intervir”.³²⁶

Em março de 2018, o Alto Comissário para os Direitos Humanos apresentou seu Relatório Anual ao Conselho de Direitos Humanos. Em relação às Filipinas, ele declarou: “Deploro a declaração do presidente Duterte na semana passada de que as unidades policiais não devem cooperar ‘quando se trata de direitos humanos, ou qualquer relator que seja’ e a continuada difamação em relação à Relatora Especial para execuções extrajudiciais deste Conselho, por parte de autoridades. O governo tem o dever de defender os direitos humanos e de interagir com pessoas nomeadas por este Conselho. Preocupa-me o aprofundamento da repressão e o aumento das ameaças a indivíduos e grupos com visões

A JUSTIÇA CONTINUA DISTANTE PARA VÍTIMAS DE VIOLAÇÕES HISTÓRICAS DE DIREITOS COMETIDAS PELA AFP E GRUPOS PARAMILITARES DURANTE OS REGIMES DE ARROYO E AQUINO

independentes ou dissidentes, incluindo senadores da oposição, atuais e ex-funcionários públicos, a Comissão de Direitos Humanos, defensores de direitos humanos e jornalistas. Vários processos de impeachment ou demissão foram iniciados contra integrantes da Suprema Corte, do Gabinete do Procurador-Geral e de outras instituições que representam garantias democráticas. A senadora de Lima está arbitrariamente detida há mais de um ano, sem acusações claras. Essa abordagem autoritária à governança ameaça prejudicar irreparavelmente 30 anos de esforços louváveis das Filipinas para fortalecer o Estado de Direito e o respeito pelos direitos humanos do povo”. Esse padrão é reforçado pela constante estigmatização de pessoas defensoras de direitos humanos e pelas ameaças diretas do presidente de atacar defensores e defensoras, os/as quais ele identificou como “inimigos/as do Estado”.³²⁷

Em 21 de fevereiro de 2018, a senadora Leila de Lima apresentou um projeto de lei no Senado³²⁸ para garantir a proteção de pessoas defensoras de direitos humanos. O projeto de lei estabelecia um tribunal de direitos humanos e penas de prisão de 12 a 20 anos para perpetradores de violência contra defensores e defensoras de direitos humanos.³²⁹ No entanto, o projeto de lei não avançou e a senadora de Lima está atualmente detida por acusações politicamente motivadas. De acordo com os Relatórios sobre Práticas de Direitos Humanos em 2017, elaborados pelos Estados Unidos e divididos por países, houve “pouco progresso na implementação e execução de reformas destinadas a melhorar as investigações e indiciamento de supostas violações de direitos humanos. Muitas vezes, potenciais testemunhas foram incapazes de obter proteção por meio do programa de proteção de testemunhas, administrado pelo Departamento de Justiça, devido a financiamento insuficiente, atrasos processuais ou falha em seguir adiante devido a dúvidas sobre a eficácia do programa”.³³⁰ A grande maioria dos criminosos parece desfrutar de impunidade devido à debilidade do Judiciário e das agências de aplicação da lei. As alegações de envolvimento dos serviços de segurança em assassinatos são uma característica de muitos casos.³³¹ A resposta do governo às preocupações da comunidade internacional em relação a questões fundamentais de direitos humanos é tão ultrajante quanto a retórica violenta do presidente Duterte. Entre as recomendações rejeitadas pelo governo durante a terceira Revisão Periódica Universal na ONU, em setembro de 2017,³³² havia 18 relacionadas com a questão dos desaparecimentos forçados e todas as 13 relativas à proteção de pessoas defensoras de direitos humanos e jornalistas. Em vez de tomar nota e agir em relação às violações relatadas, o governo de Duterte recorreu a ataques pessoais e insultos verbais. O presidente Duterte ameaçou dar um tapa em Agnes Callamard, a Relatora Especial da ONU para execuções extrajudiciais, se viesse a encontrá-la.³³³ A mensagem que o governo está enviando às pessoas defensoras de direitos humanos é que elas não podem esperar qualquer proteção das autoridades e que, de fato, podem ser consideradas como “alvos legítimos” de ataques.





RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO DAS FILIPINAS

O governo das Filipinas deve tomar medidas imediatas para acabar com a estigmatização e os ataques às pessoas defensoras de direitos humanos, em reconhecimento ao seu papel vital na criação de sociedades mais justas e iguais. O governo também deve rever completamente suas políticas em relação à guerra contra as drogas e ao programa de contrainsurgência, a fim de acabar com a violência indiscriminada contra defensores, defensoras e a sociedade civil. Em particular, o governo das Filipinas deve:

- ❖ Reconhecer que as pessoas defensoras de direitos humanos possuem um papel legítimo na manutenção da paz, justiça e democracia
- ❖ Assegurar investigações rápidas e exaustivas sobre ameaças e ataques contra pessoas defensoras de direitos humanos
- ❖ Trazer à justiça tanto os autores intelectuais quanto os autores materiais de ataques a defensores e defensoras de direitos humanos
- ❖ Fornecer proteção efetiva às pessoas defensoras de direitos humanos em risco

RECOMENDAÇÕES À COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DAS FILIPINAS

Além disso, na ausência de um programa formal de proteção às pessoas defensoras de direitos humanos, a Comissão Filipina de Direitos Humanos (PCHR, em inglês)³³⁴ deve implementar sua resolução de 2015 sobre o monitoramento e investigação de casos de violação de direitos humanos contra defensores e defensoras.

Ademais, a PCHR deve tomar medidas para garantir investigações rápidas e completas, por parte de seus escritórios regionais, sobre reclamações apresentadas por defensores e defensoras e seus familiares.

Notas

introdução

- 1 <http://www.ohchr.org/EN/Issues/SRHRDefenders/Pages/Declaration.aspx>
- 2 <https://sustainabledevelopment.un.org/sdg16>
- 3 <https://www.frontlinedefenders.org/en/resource-publication/annual-report-human-rights-defenders-risk-2017><http://www.ohchr.org/EN/Issues/SRHRDefenders/Pages/Declaration.aspx>
- 4 A documentação desses assassinatos por organizações nacionais de direitos humanos nas Américas é claramente muito mais forte do que na África e na Ásia, embora, mesmo nas Américas, haja quase certamente uma subestimação dos números verdadeiros.
- 5 <https://www.frontlinedefenders.org/en/resource-publication/2015-annual-report>
- 6 <https://www.frontlinedefenders.org/en/resource-publication/2016-annual-report>
- 7 <https://www.frontlinedefenders.org/en/resource-publication/annual-report-human-rights-defenders-risk-2016>
- 8 <https://latinamericanpost.com/index.php/es/derechos-humanos-latinoamerica/20010-colombia--violencia-contra-mujeres-activistas--lideres-y-defensoras->
- 9 <https://scroll.in/article/844192/more-than-25-dalit-activists-murdered-in-tamil-nadu-over-the-past-year-says-madurai-ngo>
- 10 https://elpais.com/internacional/2016/10/13/colombia/1476363052_773671.html
- 11 <http://www.dosmanzanas.com/2017/01/en-el-ano-2016-se-han-cometido-343-asesinatos-de-personas-lgtb-en-brasil.html>
- 12 <https://www.theguardian.com/world/2018/jan/22/brazil-lgbt-violence-deaths-all-time-high-new-research>
- 13 <https://www.efe.com/efe/english/life/202-members-of-lgbt-community-killed-in-mexico-over-three-year-period/50000263-3269433>
- 14 <https://transrespect.org/en/research/trans-murder-monitoring/>
- 15 <http://time.com/5167995/amnesty-2018-state-of-worlds-human-rights-report/>

Brasil

- 16 [HTTPS://www.amnesty.org/en/countries/americas/brazil/report-brazil/](https://www.amnesty.org/en/countries/americas/brazil/report-brazil/)
- 17 https://www.upr-info.org/sites/default/files/document/brazil/session_27_-_may_2017/js21_upr27_bra_e_main.pdf
- 18 <http://www.bbc.com/news/world-latin-america-35810578>
- 19 <https://www.forbes.com/sites/kenrapoza/2017/06/06/world-bank-brazil-is-the-worst-economy-in-latin-america/#fd0733429f0a>
- 20 Ibid
- 21 <http://unpo.org/article/20547>
- 22 CEDOC Dom Tomas Balduino – CPT <https://www.cptnacional.org.br/>
- 23 Disponível em: on <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/destaque/3768-2016-ano-do-golpe-e-do-aumento-da-violencia-no-campo>> Acesso em 18/06/2017.
- 24 http://comiteddh.org.br/wp-content/uploads/2017/07/terra-de-direitos_dosie_040717_web.pdf
- 25 <http://comiteddh.org.br/>
- 26 <https://www.frontlinedefenders.org/en/resource-publication/annual-report-human-rights-defenders-risk-2017>
- 27 <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/download/60-dados-2017/14074-assassinatos-conflitos-no-campo-2017-cpt-assessoria-de-comunicacao>
- 28 Massacre se refere a um ataque indiscriminado que resulta em múltiplas vítimas fatais.
- 29 Os estados do Pará, Maranhão e Rondônia registram os maiores números de mortes.
- 30 <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/10/RPU-Defensores.pdf>
- 31 <https://www.reuters.com/article/brazil-landrights-militias/brazilian-farm-owners-form-militias-to-attack-land-activists-rights-group-idUSL5N1F24IY>
- 32 <http://www.nybooks.com/daily/2018/03/05/blood-on-the-land-in-brazil/>
- 33 http://comiteddh.org.br/wp-content/uploads/2017/07/terra-de-direitos_dosie_040717_web.pdf
- 34 <https://www.globalwitness.org/en/>
- 35 <https://www.globalwitness.org/en/blog/new-data-reveals-197-land-and-environmental-defenders-murdered-2017/>
- 36 <http://comiteddh.org.br/en/home/>
- 37 Dados preliminares coletados pela Comissão Pastoral da Terra e pelo Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.
- 38 <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/26-documentos/14062-carta-do-ato-denuncia-por-direitos-e-contra-a-violencia-no-campo>
- 39 http://www.oas.org/en/iachr/media_center/PReleases/2018/022.asp
- 40 <http://www.funai.gov.br/>
- 41 <http://www.incra.gov.br/>
- 42 <https://news.mongabay.com/2017/12/brazil-2017-environmental-and-indigenous-rollbacks-rising-violence/>
- 43 Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/comissoes/comissoes- especiais/CPI/RELATÓRIO%20CPI%20FUNAI-IN CRA%202.pdf>> Acesso em 18/06/2017.
- 44 <https://trabalhoindigenista.org.br/nota-do-cti-sobre-o-assassinato-de-clodiodi-de-souza-guarani-kaiewa/>
- 45 <http://www.bbc.com/news/world-latin-america-36573075>
- 46 Diante da escalada na violência urbana no Rio de Janeiro, o presidente assinou um decreto de intervenção colocando o exército a cargo da segurança.
- 47 <http://www.global.org.br/blog/2017-rio-de-janeiro-registra-maior-letalidade-policia-da-decada/>

48 <https://www.theguardian.com/world/2018/mar/25/police-operation-in-rio-favela-leaves-at-least-eight-people-dead>
 49 Página 55 http://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/WEB_Terra-de-Direitos_Vidas-em-Luta_100817_web.pdf
 50 <https://grupogaydabahia.com.br/>
 51 <http://www.dosmanzanas.com/2017/01/en-el-ano-2016-se-han-cometido-343-asesinatos-de-personas-lgtb-en-brasil.html>
 52 <https://www.theguardian.com/world/2018/jan/22/brazil-lgbt-violence-deaths-all-time-high-new-research>
 53 <http://www.newnownext.com/gay-murder-brazil-highest/01/2018/>
 54 O Brasil é o país com a mais alta taxa de homicídios de pessoas trans do mundo. Em janeiro de 2018, a ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transsexuais informou que 179 transexuais e travestis haviam sido assassinados/as em 2017.
 55 https://www.vice.com/pt_br/article/z4b8wx/partido-nacionalista-fascista-curitiba-brasil
 56 Página 10 http://www.mstbrazil.org/sites/default/files/Open%20letter%20from%20the%20Brazilian%20Committee%20of%20Human%20Rights%20Defenders_0.pdf
 57 Disponível em <<https://atodenuncia.wordpress.com/carta/>> Acesso em 16/05/2017.
 58 <http://www.loc.gov/law/foreign-news/article/brazil-new-law-defines-criminal-organization-and-provides-for-investigatory-and-other-procedures/>
 59 <https://www.encyclopedia.com/humanities/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/brazil-national-security-law>
 60 <http://www.loc.gov/law/foreign-news/article/brazil-new-anti-terrorism-law-enacted/>
 61 <http://www.mstbrazil.org/content/what-mst>
 62 Página 40 http://comiteddh.org.br/wp-content/uploads/2017/07/terra-de-direitos_dosie_040717_web.pdf
 63 O texto completo das recomendações submetidas pelo CBDDH está disponível na página 71 http://comiteddh.org.br/wp-content/uploads/2017/07/terra-de-direitos_dosie_040717_web.pdf

Colombia

64 <https://www.somosdefensores.org/index.php/en/>
 65 <https://www.irishtimes.com/opinion/colombian-peace-doomed-if-human-rights-defenders-not-protected-1.3195978>
 66 <http://www.bbc.com/news/world-latin-america-36605769>
 67 <https://colombiareports.com/el/>
 68 Página 6 <https://choco.org/documentos/informe-anual-2017-piedra-en-el-zapato.pdf>
 69 Entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018, o Programa Somos Defensores realizou entrevistas não estruturadas com Indepaz, Cinep, CCJ, OACNUDH, Kroc Institute e CERAC para comparar os achados dessas instituições com os do Programa Somos Defensores.
 70 <http://www.elcolombiano.com/colombia/tasa-de-homicidios-en-colombia-bajo-en-2017-GX7918080>
 71 Programa Somos Defensores – Sistema de informação sobre ataques a defensores e defensoras de direitos humanos
 72 <https://www.theguardian.com/global-development/2018/may/01/2017-deadliest-year-on-record-colombian-human-rights-defenders>
 73 Página 15 <https://choco.org/documentos/informe-anual-2017-piedra-en-el-zapato.pdf>
 74 Página 88 <https://choco.org/documentos/informe-anual-2017-piedra-en-el-zapato.pdf>
 75 Ibid
 76 Página 9 <https://choco.org/documentos/informe-anual-2017-piedra-en-el-zapato.pdf>
 77 <http://www.semana.com/nacion/articulo/lideres-y-defensores-de-derechos-humanos-asesinados-en-colombia-en-el-2017/551193>
 78 Ibid
 79 <https://www.hrw.org/es/news/2017/06/07/colombia-grupos-armados-oprimen-comunidades-riberenas>
 80 <https://www.amnesty.org/es/documents/document/?indexNumber=amr23%2f7357%2f2017&language=en>
 81 <http://www.semana.com/nacion/articulo/lideres-y-defensores-de-derechos-humanos-asesinados-en-colombia-en-el-2017/551193>
 82 <http://www.omct.org/human-rights-defenders/urgent-interventions/colombia/2017/07/d24455/>
 83 http://desarrollos.defensoria.gov.co/desarrollo1/ABCD/bases/marc/documentos/textos/Informe_Defensorial_Dinamicas_de_violencia_en_las_ciudades_capitales_de_la_region_Caribe.pdf
 84 Ibid
 85 https://www.somosdefensores.org/attachments/article/148/STOP_20WARS_Conclusiones_y_recomendaciones_baja.pdf
 86 <http://www.omct.org/human-rights-defenders/urgent-interventions/colombia/2017/07/d24455/>
 87 <https://www.insightcrime.org/news/analysis/the-trail-of-death-30-years-of-massacres-in-colombia/>
 88 <http://www.elpais.com.co/colombia/presidente-santos-ordeno-redoblar-esfuerzos-en-proteccion-de-defensores-de-derechos-humanos.html>
 89 <https://www.elespectador.com/noticias/judicial/denuncian-desproteccion-de-mujeres-y-minorias-en-el-proceso-de-paz-articulo-723042>
 90 <https://www.fiscalia.gov.co/colombia/noticias/destacada/grupo-especial-investiga-amenazas-y-homicidios-contra-defensores-de-derechos-humanos/>
 91 <https://www.somosdefensores.org/index.php/en/sala-de-prensa/noticias>
 92 <http://www.defensoria.gov.co/es/nube/noticias/7039/Comunicado-de-prensa-08-de-febrero-de-2018-defensor%C3%ADa-del-Pueblo-Ministro-del-Interior-alertas-tempranas.htm>
 93 <http://www.verdadabierta.com/victimas-seccion/los-resistentes/6598-defensoria-del-pueblo-mite-informe-de-riesgo-sobre-lideres-sociales>
 94 <http://www.defensoria.gov.co/es/nube/noticias/7039/Comunicado-de-prensa-08-de-febrero-de-2018-defensor%C3%ADa-del-Pueblo-Ministro-del-Interior-alertas-tempranas.htm>
 95 Ibid
 96 <http://www.unidadvictimas.gov.co/es/decreto-898-del-29-de-mayo-de-2017/37040>

97 http://www.mininterior.gov.co/sites/default/files/decreto_1066_de_2015_unico_reglamentario_del_sector_administrativo_del_interior.pdf
 98 <http://www.unidadvictimas.gov.co/es/decreto-898-del-29-de-mayo-de-2017/37040>
 99 Página 18 <https://choco.org/documentos/informe-anual-2017-piedra-en-el-zapato.pdf>
 100 Ibid.
 101 <https://www.fiscalia.gov.co/colombia/wp-content/uploads/2017-DECRETO-016-14-y-898-17-INTEGRADO-ESTRUCTURA-FGN.pdf>
 102 <https://drive.google.com/file/d/1uYBhdmmw1jISkYJ7tdEwhGyTzyANfDKh/view?int=masinfo>

Guatemala

103 <https://elperiodico.com.gt/opinion/2017/08/28/crisis-de-estado-y-ruta-de-salida/>
 104 <https://es.insightcrime.org/guatemala-crimen-organizado/guatemala/>
 105 <http://www.cicig.org/index.php?page=background>
 106 <https://www.du.edu/korbel/hrhw/researchdigest/latinamerica/guatemala.pdf>
 107 <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Guatemala2017-es.pdf>
 108 Ibid.
 109 Ibid.
 110 <https://www.hrw.org/report/2017/11/13/running-out-clock/how-guatemalas-courts-could-doom-fight-against-impunity>
 111 Ibid
 112 Ibid
 113 <http://www.cicig.org/>
 114 <https://nacla.org/news/2017/11/27/fighting-impunity-seeking-justice-guatemala>
 115 <https://www.hrw.org/es/world-report/2018/country-chapters/313308>
 116 Ibid.
 117 <https://www.insightcrime.org/news/analysis/how-organized-crime-infiltrated-the-guatemalan-state/>
 118 <https://www.insightcrime.org/about-us/>
 119 Ibid
 120 Ibid
 121 <https://www.facebook.com/FundacionContraElTerrorismoGuatemala/>
 122 <https://www.plazapublica.com.gt/content/pdh-sanciona-mendez-ruiz-por-discurso-insidioso-y-agresivo-y-solicita-investigacion-al-mp>
 123 <https://www.amnesty.org/download/Documents/AMR3466802017ENGLISH.pdf>
 124 <https://www.frontlinedefenders.org/en/case/case-history-yuri-melini>
 125 <https://www.frontlinedefenders.org/en/case/case-history-calas>
 126 <https://www.frontlinedefenders.org/en/case/killing-jeremy-abraham-barrios-lima>
 127 <https://elperiodico.com.gt/nacion/2017/01/30/pdh-censura-a-presidenta-de-la-corte-suprema-por-comportamiento-administrativo-lesivo-hacia-defensores-de-los-derechos-humanos/>
 128 <https://cerigua.org/article/fmm-presento-denuncia-contrala-presidente-del-org/>
 129 Ponto 1 <https://www.trocaire.org/sites/default/files/resources/policy/latin-america-extractives.pdf>
 130 <https://www.fidh.org/es/temas/defensores-de-derechos-humanos/guatemala-asesinato-de-sebastian-alonzo-juan-y-actos-de-intimidacion>
 131 <https://www.fidh.org/es/temas/defensores-de-derechos-humanos/guatemala-asesinato-de-eugenio-lopez-y-lopez-en-el-contexto-del>
 132 <https://www.frontlinedefenders.org/es/profile/abelino-chub-caal>
 133 <http://www.omct.org/es/human-rights-defenders/urgent-interventions/guatemala/2018/01/d24670/>
 134 <https://www.fidh.org/>
 135 <https://www.frontlinedefenders.org/en/profile/aura-lolita-chavez>
 136 Página 16 https://www.awid.org/sites/default/files/atoms/files/sp_whrd_confronting_extractive_industries.pdf
 137 <http://www.ishr.ch/news/iduvinahernandez-human-rights-defender-guatemala>
 138 <http://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-43232751>
 139 <https://www.frontlinedefenders.org/en/resource-publication/2015-annual-report>
 140 <https://www.frontlinedefenders.org/en/resource-publication/2016-annual-report>
 141 <https://www.frontlinedefenders.org/en/resource-publication/annual-report-human-rights-defenders-risk-2016>
 142 <https://www.frontlinedefenders.org/en/resource-publication/annual-report-human-rights-defenders-risk-2017>
 143 <http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2017/088.asp>
 144 <https://www.amnesty.org/download/Documents/AMR0162112017ENGLISH.pdf>
 145 <https://www.amnesty.org/download/Documents/AMR0162112017ENGLISH.pdf>
 146 Ponto 37 página 10 <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G17/004/61/PDF/G1700461.pdf?penElement>

Honduras

- 147 <https://www.frontlinedefenders.org/en/location/honduras>
- 148 <http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=21947&LangID=E>
- 149 Ibid
- 150 <https://www.analitica.com/actualidad/actualidad-internacional/comisiones-firman-en-honduras-el-acuerdo-tegucigalpa-san-jose-dialogo-guaymuras/>
- 151 Relatório da Comissão da Verdade e Reconciliação “Hallazgos y recomendaciones: Para que los hechos no se repitan”, disponível em: <https://www.oas.org/es/sap/docs/DSDME/2011/CVR/Honduras%20>
- 152 Página 24 Relatório do Secretário de Direitos Humanos, Justiça, Governança e Descentralização sobre a Situação de Direitos Humanos em Honduras 2016 – 2017, disponível em: <http://observatorio.sdhjgd.gob.hn/biblioteca-irtual/publicaciones/informes/249-informe-sobre-la-situaci%C3%B3n-de-los-derechos-humanos-en-honduras-2016-2017/file>
- 153 <https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/honduras>
- 154 <http://conadeh.hn/>
- 155 Página 30 <http://conadeh.hn/wp-content/uploads/2017/04/Informe-Anual-2016.pdf>
- 156 <https://www.insightcrime.org/news/brief/honduras-attorney-general-civil-society-challenge-impunity-pact/>
- 157 Ibid
- 158 Página 3 https://carnegieendowment.org/files/Chayes_Corruption_Final_updated.pdf
- 159 <https://www.reuters.com/article/us-honduras-corruption/head-of-oas-anti-corruption-mission-in-honduras-resigns-idUSKCN1G00A2>
- 160 <https://www.independent.co.uk/news/world/worlds-most-dangerous-countries-colombia-yemen-el-salvador-pakistan-nigeria-a7934416.html>
- 161 <http://colectivoansur.org/wp-content/uploads/2018/01/Informe-Situacional-de-Defensores-DDHH-2017.pdf>
- 162 <http://www.oas.org/es/cidh/multimedia/2016/honduras/honduras.html>
- 163 Ibid
- 164 <https://criterio.hn/2018/02/04/regimen-joh-amenaza-suspender-personeria-juridica-ongs-defienden-al-pueblo/>
- 165 <http://www.ohchr.org/SP/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=22799&LangID=S>
- 166 Ibid
- 167 Ponto 25 – página 11 http://www.ohchr.org/Documents/Countries/HN/2017ReportElectionsHRViolations_Honduras_SP.pdf
- 168 <https://www.fidh.org/es/temas/defensores-de-derechos-humanos/honduras-tortura-y-asesinato-de-luis-fernando-ayala-adolescente-de-16>
- 169 <https://www.fidh.org/en/issues/human-rights-defenders/THE-OBSERVATORY-FOR-THE-PROTECTION>
- 170 Ibid
- 171 <https://laradiodelsur.com.ve/2018/01/continuan-asesinatos-de-manifestantes-hondurenos-a-manos-de-cuerpos-represivos-del-estado/>
- 172 <https://www.movimientoampio.org/>
- 173 <https://criterio.hn/2018/01/23/continuan-los-asesinatos-manifestantes-manos-los-cuerpos-represivos-del-estado/>
- 174 <https://www.es.amnesty.org/en-que-estamos/paises/pais/show/honduras/>
- 175 <https://www.theguardian.com/world/2018/mar/02/berta-caceres-death-murder-ex-honduran-military-intelligence-officer-arrested>
- 176 <https://www.frontlinedefenders.org/en/case/attacks-against-copinh-members>
- 177 <http://www.sdhjgd.gob.hn/quienes-somos/11-noticias/697-sistema-nacional-de-proteccion-para-personas-defensoras-de-derechos-humanos-periodistas-comunicadores-sociales-y-operadores-de-justicia-presento-avances>
- 178 <https://www.frontlinedefenders.org/en/resource-publication/2015-annual-report>
- 179 <https://www.frontlinedefenders.org/en/resource-publication/2016-annual-report>
- 180 <https://www.frontlinedefenders.org/en/resource-publication/annual-report-human-rights-defenders-risk-2016>
- 181 <https://www.frontlinedefenders.org/en/resource-publication/annual-report-human-rights-defenders-risk-2017>
- 182 <https://www.frontlinedefenders.org/en>
- 183 <https://www.hrw.org/es/news/2016/10/21/honduras-debe-investigar-asesinatos-de-defensores-del-derecho-la-tierra>
- 184 Ibid
- 185 <https://www.nytimes.com/2018/03/03/world/americas/honduras-berta-caceres.html>
- 186 <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2018/03/honduras-arrest-of-des-a-executive-must-be-followed-by-further-action-against-those-behind-the-killing-of-berta-caceres/>
- 187 <https://www.hrw.org/es/news/2016/10/21/honduras-debe-investigar-asesinatos-de-defensores-del-derecho-la-tierra>
- 188 <https://www.gaipe.net/wp-content/uploads/2017/10/Represa-de-Violencia-ES-FINAL-.pdf>
- 189 <https://www.insightcrime.org/news/analysis/berta-caceres-murder-coordinated-plot-made-months-prior-report/>
- 190 <http://conadeh.hn/>
- 191 <https://iudpas.unah.edu.hn/observatorio-de-la-violencia/boletines-del-observatorio-2/unidad-de-genero/>
- 192 <https://im-defensoras.org/en/>
- 193 <http://im-defensoras.org/2017/10/open-letter-repression-and-criminalization-worsens-against-social-movements-and-women-human-rights-defenders-in-honduras/>
- 194 <http://conadeh.hn/impune-el-91-de-los-crime-cometidos-contra-personas-ligadas-a-medios-de-comunicacion/>
- 195 <https://www.amnestyusa.org/happening-now-journalists-being-murdered-in-honduras/>
- 196 <http://www.cattrachas.org/>
- 197 <http://www.cattrachas.org/index.php>
- 198 <http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2017/118.asp>

199 <https://hrdmemorial.org/es/hrdrecord/paola-barraza/>
 200 <https://www.frontlinedefenders.org/es/case/case-history-rene-martinez>
 201 <http://comunidadgaysampedrana.blogspot.ie/>
 202 <http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2017/118.asp>
 203 <https://www.facebook.com/lgtip.arcoiris/>
 204 <https://www.frontlinedefenders.org/es/case/case-history-sherlyn-montoya>
 205 <http://prensa-latina.cu/index.php?o=m&id=159562&SEO=denuncian-en-onu-violacion-de-los-derechos-humanos-en-honduras>

México

206 Página 31 <https://www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/undeniable-atrocities-en-20160602.pdf>
 207 Página 25 <http://redtdt.org.mx/acciondefensores/index.php/2017/09/05/personas-defensoras-en-el-periodo-de-ept/#page/1>
 208 www.oas.org/en/iachr/reports/pdfs/Mexico2016-en.docx
 209 <http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=2111&LangID=E>
 210 Ver página 15 <https://www.comitecerez.org/spip.php?article2867&lang=es>
 211 <http://redtdt.org.mx/acciondefensores/index.php/2017/09/05/personas-defensoras-en-el-periodo-de-ept/#page/1>
 212 <https://www.comitecerez.org/spip.php?article2881&lang=es>
 213 <http://www.vientodelibertad.org/spip.php?rubrique188>
 214 <http://www.vientodelibertad.org/spip.php?article3581>
 215 <http://www.cnnexpansion.com/negocios/2014/01/23/energetica-traera-conflictos-por-tierra>
 216 <http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=22417&LangID=E>
 217 Página 90 <https://www.comitecerez.org/spip.php?article2867&lang=es>
 218 <https://www.theguardian.com/world/2015/jul/03/mexican-soldiers-ordered-to-kill-in-san-pedro-limon-claim-rights-activists>
 219 A ocupação dos ônibus acontecia anualmente, como parte dos protestos anuais regulares, e não estava relacionada com a violência
 220 <http://www.latimes.com/world/mexico-americas/la-fg-mexico-ayotzinapa-20160926-snap-story.html>
 221 <https://im-defensoras.org/2017/12/statement-national-network-of-women-human-rights-defenders-in-mexico-29november-in-mexico-an-attack-every-day-against-women-defenders/>
 222 Ibid
 223 Página 39 <https://www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/undeniable-atrocities-en-20160602.pdf>
 224 <https://www.pinknews.co.uk/2017/04/20/mexican-lgbt-advocate-journalist-dead/>
 225 <https://transgenderlawcenter.org/wp-content/uploads/2016/05/CountryConditionsReport-FINAL.pdf>
 226 <http://acuddeh.org/spip.php?article4091>
 227 Ibid
 228 <https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/mexico>
 229 <https://www.hrw.org/world-report/2017/country-chapters/mexico>
 230 <https://www.escri-net.org/news/2016/escri-net-denounces-media-smear-campaign-against-mexican-members>
 231 Página 38 <https://www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/undeniable-atrocities-en-20160602.pdf>
 232 <https://www.hrw.org/world-report/2017/country-chapters/mexico>
 233 <https://www.hrw.org/news/2017/12/07/mexico-reject-internal-security-law>
 234 Página 11 <http://www.oas.org/en/iachr/reports/pdfs/Mexico2016-en.pdf>
 235 <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/11/21/AR2006112101740.html>
 236 Página 11 <http://www.oas.org/en/iachr/reports/pdfs/Mexico2016-en.pdf>
 237 <https://www.wola.org/wp-content/uploads/2016/05/WOLA-PBI-Mexicos-Mechanism-to-Protect-Human-Rights-Defenders-and-Journalists.pdf>
 238 <http://espacio.osc.mx/proteccion-integral-para-personas-defensoras-de-derechos-humanos-y-periodistas-la-deuda-del-estado-mexicano-evaluacion-de-la-implementacion-de-las-recomendaciones/>
 239 D13-16 <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2017/mexico>
 240 <https://www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/undeniable-atrocities-en-20160602.pdf>
 241 <https://www.fidh.org/en/issues/human-rights-defenders/mexico-illegal-surveillance-against-several-human-rights-defenders>
 242 <http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=19784&LangID=E>
 243 <https://www.wola.org/2017/12/wolas-statement-violence-journalists-human-rights-defenders-mexico/>
 244 <https://sipazen.wordpress.com/2017/02/05/national-uno-special-rapporteur-visits-mexico-to-evaluate-human-rights-situation/>
 245 Ibid
 246 <http://www.lawg.org/action-center/lawg-blog/69-general/1834-the-human-rights-situation-in-mexico-2017-first-quarter-update>
 247 Página 18 <https://www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/undeniable-atrocities-en-20160602.pdf>
 248 Página 13 <https://www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/undeniable-atrocities-en-20160602.pdf>
 249 <http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=2111&LangID=E>

- 250 <https://www.frontlinedefenders.org/en/location/philippines>
- 251 <https://www.frontlinedefenders.org/en/statement-report/upr-submission-philippines>
- 252 <https://idefend.ph/news/statements/stop-the-attack-against-human-rights-defenders>
- 253 <https://www.amnesty.org/en/countries/asia-and-the-pacific/philippines/report-philippines/>
- 254 <https://www.fidh.org/en/issues/human-rights-defenders/philippines-release-of-senator-leila-de-lima-urged-on-the-one-year>
- 255 <http://newsinfo.inquirer.net/930547/senators-to-restore-chr-budget>
- 256 https://worldjusticeproject.org/sites/default/files/documents/WJP%20Rule%20of%20Law%20Index%20-%20Global%20PR%202018_FINAL_eng.pdf
- 257 <https://idefend.ph/news/statements/37th-regular-session-of-the-un-human-rights-council>
- 258 <http://time.com/5169861/philippines-duterte-autocrat-human-rights-world-threat-report/>
- 259 <https://www.hdcentre.org/wp-content/uploads/2016/07/CARHRIHL-16-March-1998.pdf>
- 260 <http://www.rmp-nmr.org/content/about-us>
- 261 <http://www.rmp-nmr.org/articles/2018/05/05/heavy-price-dissent>
- 262 <http://www.rmp-nmr.org/articles/2018/03/06/attacks-against-rmp-nmr-staff-drag>
- 263 Ibid
- 264 <https://www.hrw.org/news/2007/07/17/philippines-new-terrorism-law-puts-rights-risk>
- 265 <http://newsinfo.inquirer.net/977874/cayetano-rights-groups-being-used-by-drug-lords>
- 266 <http://www.amnesty.org.ph/news/threats-hrorgs/>
- 267 Ibid
- 268 <https://www.rappler.com/nation/191744-philippines-deadliest-country-journalists-asia-reporters-without-borders-2017-report>
- 269 <https://cpj.org/about/Final.Annual.Report.Spreads.Online.Version.pdf>
- 270 <https://www.reuters.com/article/us-philippines-politics-journalists/philippines-duterte-denounced-for-defending-killing-of-some-journalists-idUSKCN0YN3TK>
- 271 <http://pcij.org/about/>
- 272 <http://pcij.org/uncategorized/speak-truth-to-power-keep-power-in-check/>
- 273 <https://freedomhouse.org/report/freedom-press/2017/philippines>
- 274 <https://cpj.org/blog/2018/04/rappler-fights-to-survive-amid-rising-threats-to-j.php>
- 275 <https://www.hrw.org/news/2018/01/18/philippines-dutertes-drug-war-claims-12000-lives>
- 276 <https://www.philstar.com/headlines/2017/07/12/1718906/duterte-repeats-promise-protect-cops-following-his-orders>
- 277 <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2017/07/one-year-on-duterte-remains-a-human-rights-nightmare/>
- 278 <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G17/046/97/PDF/G1704697.pdf?OpenElement>
- 279 <http://www.karapatan.org/node/1573>
- 280 <https://www.frontlinedefenders.org/en/resource-publication/annual-report-human-rights-defenders-risk-2017>
- 281 <https://www.frontlinedefenders.org/en/resource-publication/annual-report-human-rights-defenders-risk-2016>
- 282 <http://www.karapatan.org/>
- 283 <http://newsinfo.inquirer.net/949353/karapatan-human-rights-violations-extrajudicial-killings-cristina-palabay>
- 284 <http://bulatlat.com/main/2017/11/29/17-women-rights-defenders-killed-duterte/>
- 285 <http://newsinfo.inquirer.net/900121/duterte-told-rape-a-heinous-crime-never-a-laughing-matter>
- 286 <https://www.frontlinedefenders.org/en/statement-report/philippines-spate-killings-human-rights-defenders>
- 287 <http://business.inquirer.net/47013/philippines-sits-on-840-b-of-mine%E2%80%9494us>
- 288 <https://www.globalresearch.ca/the-destructive-impacts-of-corporate-mining-in-the-philippines-the-tampacan-copper-gold-mining-project-in-mindanao/5436594>
- 289 <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/defenders-earth/>
- 290 <https://www.globalwitness.org/en/blog/new-data-reveals-197-land-and-environmental-defenders-murdered-2017/>
- 291 <https://www.frontlinedefenders.org/en/case/case-history-teresita-navacilla>
- 292 <https://www.frontlinedefenders.org/en/case/case-history-gloria-capitan>
- 293 <https://www.kairosCanada.org/human-rights-ombudsperson-will-bring-long-awaited-accountability-canadian-mining>
- 294 <http://news.abs-cbn.com/news/02/17/17/environmental-lawyer-murdered-in-bohol>
- 295 <https://www.rappler.com/newsbreak/iq/106638-timeline-gerry-ortega-murder-case>
- 296 <http://newsinfo.inquirer.net/201699/antimining-group-hits-acquittal-of-suspect>
- 297 <http://www.gmanetwork.com/news/news/regions/235642/italian-priest-the-third-from-pime-murdered-in-mindanao/story/>
- 298 <https://philippinehumanrights.org/news/11-statements/19-justice-for-atty-mia-mascarinas-green-justice-for-all-slain-environmental-rights-defenders>
- 299 <https://www.fidh.org/en/issues/human-rights-defenders/philippines-extrajudicial-killings-and-attacks-against-human-rights>
- 300 <http://www.ohchr.org/en/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=22567&LangID=E>
- 301 <http://www.miiis.org/type/reports/why-duterte-playing-salesman-lumads-ancestral-lands>
- 302 Ibid
- 303 <https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/about-us.html>

304 <https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/news/2018/03/unpfii-indigenous-human-rights-defenders-in-the-philippines/>

305 <https://rightsandresources.org/en/in-the-philippines-they-are-shooting-the-messengers/#.Wul2wogbNPY>

306 <https://www.ucanews.com/news/probe-concludes-killing-of-mindanao-tribesmen-was-massacre/81250>

307 Ibid

308 <http://www.bbc.com/news/world-asia-17038024>

309 <http://www.manilatimes.net/un-experts-warn-vs-martial-law-abuses/371287/>

310 http://www.karapatan.org/files/K%20Monitor%202017%20Issue%202_web.pdf

311 <http://chr.gov.ph/statement-of-the-commission-on-human-rights-on-the-further-extension-of-martial-law-in-mindanao-until-december-2018/>

312 <http://hrlibrary.umn.edu/research/Philippines/The%20Rule%20On%20The%20Writ%20Of%20Amparo.pdf>

313 <https://globalvoices.org/2007/11/13/philippines-writ-of-amparo-as-human-rights-weapon/>

314 Ballaran, Jhoanna (October 18, 2017). "Manila residents ask SC for writ of amparo vs police". Inquirer. Retrieved 2018-04-24.

315 <http://www.tfdp.net/publications/hr-situationer/143-january-2001-march-2009>

316 <http://news.abs-cbn.com/news/09/22/17/philippines-has-worst-impunity-in-the-world-study>

317 <https://www.globalwitness.org/en-gb/campaigns/environmental-activists/filipinos-front-line/>

318 <http://www.karapatan.org/Human+rights+defenders+bill+should+be+enacted%2C+amid+violations+vs+activists>

319 <https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/philippines>

320 <http://news.abs-cbn.com/news/04/01/18/presuming-criminals-innocent-until-proven-guilty-is-not-defending-them-chr-says>

321 <http://news.abs-cbn.com/news/12/27/17/2-military-officials-several-others-face-murder-raps-over-fr-pops-slay>

322 <http://www.gmanetwork.com/news/news/regions/235642/italian-priest-the-third-from-pime-murdered-in-mindanao/story/>

323 <http://chr.gov.ph/statement-of-the-chr-on-sc-decision-ordering-pnp-to-submit-data-on-anti-illegal-drugs-campaign/>

324 Página 56 https://issuu.com/protectioninternational/docs/092017_focus_report_pi_en_web

325 <https://www.theguardian.com/world/2018/mar/14/rodrigo-duterte-to-pull-philippines-out-of-international-criminal-court-icc>

326 <http://news.abs-cbn.com/news/03/02/18/chr-no-reason-for-icc-to-step-in-if-ph-probes-drug-war-deaths>

327 <http://news.abs-cbn.com/news/10/04/17/pro-duterte-groups-target-yellowtards-enemies-of-the-state>

328 http://www.senate.gov.ph/press_release/2018/0221_delima3.asp

329 <https://asiancorrespondent.com/2018/04/philippines-de-lima-calls-for-greater-protection-of-rights-defenders-under-duterte/>

330 <https://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/humanrightsreport/index.htm#wrapper>

331 Ibid

332 <http://cnnphilippines.com/news/2017/09/23/Philippines-human-rights-report-United-Nations.html>

333 <https://www.rappler.com/nation/187899-duterte-threat-slap-un-rapporteur-callamard>

334 <http://chr.gov.ph/>

BASTA DE ASSASSINATOS

ESTE RELATÓRIO FOI PRODUZIDO COMO PARTE DO MEMORIAL DE DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS. ESTE É UM PROJETO ÚNICO, DESENVOLVIDO POR UMA COALIZAO INTERNACIONAL DE ORGANIZAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS, PARA HOMENAGEAR TODAS AS PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS QUE FORAM MORTAS DESDE A DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS, EM 1998.



HOMENAGEANDO AQUELAS PESSOAS QUE FORAM MORTAS
NA DEFENSA DOS DIREITOS HUMANOS

DUBLIN

Front Line Defenders – Escritório Sede
Segundo Andar, Grattan House
Temple Road, Blackrock, A94 FA39
Co. Dublin, Irlanda

Tel: +353 1 212 37 50
Fax: +353 1 212 10 01
Email: info@frontlinedefenders.org

BRUXELAS

Front Line Defenders – Escritório na
União Europeia
Praça Marie-Louise 72
1000 Bruxelas, Bélgica

Tel: +32 230 93 83
Fax: +32 230 00 28
Email: euoffice@frontlinedefenders.org

Siga a Front Line Defenders no Facebook,
Twitter, YouTube e Instagram

www.facebook.com/FrontLineDefenders
twitter.com/FrontLineHRD
www.youtube.com/FrontLineHRD
www.instagram.com/frontlinedefenders/



A Front Line Defenders adere ao Código de Conduta Dóchas sobre Imagens e Mensagens



WWW.FRONTLINEDEFENDERS.ORG



As ideias, opiniões e comentários nessa publicação
são inteiramente de responsabilidade da Front Line
Defenders e não necessariamente representam ou
refletem as políticas da Irish Aid.

IRIS O'BRIEN
FOUNDATION



A responsabilidade sobre o conteúdo recai
inteiramente sobre a Front Line Defenders. O
governo da Suécia não compartilha necessariamente
das visões e interpretações expressadas.